



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO**

DÉBORA SILVA BARBOSA

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ: A POSIÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS**

**CASCADEL – PR
2023**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO**

DÉBORA SILVA BARBOSA

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ: A POSIÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração: educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador(a): Prof^a Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira.

**CASCADEL – PR
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Barbosa, Debora Silva

O Movimento Escola Sem Partido, e suas implicações para a Educação Pública no Paraná: A posição das Câmaras Municipais / Debora Silva Barbosa; orientadora Francis Mary Guimarães Nogueira. – Cascavel, 2023. 111 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, 2023.

1. Escola Sem Partido. 2. Doutrinação. 3. Educação. 4. Estado do Paraná.
I. Nogueira, Francis Mary Guimarães, orient. II. Título.



DÉBORA SILVA BARBOSA

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ: A POSIÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

A handwritten signature in black ink, reading 'Francis Mary Guimarães Nogueira'.

Orientador(a) - Francis Mary Guimarães Nogueira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

A handwritten signature in black ink, reading 'Roberto Antonio Deitos'.

Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Parecer assinado

João Jorge Correa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Cascavel, 27 de julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, de quem me aproximei ainda mais nestes últimos anos e que esteve ao meu lado o tempo todo, zelando por mim e me fazendo permanecer firme, mesmo com todas as dificuldades que surgiram pelo caminho.

Agradeço a minha mãe, que foi minha incentivadora nos estudos desde antes de frequentar a escola, que me ensinou desde sempre que a mudança acontece através da educação, e que me fortaleceu todas as vezes em que eu me senti cansada ou incapaz de continuar.

Agradeço ao meu pai, que sempre valorizou a educação e me ensinou que os estudos tinham tanta importância para a vida, que deveriam estar sempre na minha lista de prioridades.

Agradeço também aos professores de história, sociologia e filosofia que eu tive a honra de conhecer no caminho que trilhei, e que suscitaram em mim o desejo pela busca por respostas, o gosto pelo estudo das ciências humanas e sociais, o que me levou a ansiar por uma sociedade mais justa e humana.

Agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que forma profissionais e pesquisadores capacitados e comprometidos com a transformação humana e social, demonstrando isso em posturas e atitudes empáticas, humanizadas e éticas, que se pôde observar ao longo desses dois anos.

Agradeço com muito carinho aos docentes do município de Foz do Iguaçu que lutaram e conquistaram o direito à formação continuada a nível de pós-graduação, o que me possibilitou dedicar o tempo necessário para exercer o papel de pesquisadora e mergulhar no objetivo de me tornar mestre em Educação.

EPÍGRAFE

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa."

(FREIRE, 1967, p. 97).

BARBOSA, S. Débora. **O Movimento Escola Sem Partido, e suas implicações O Movimento Escola Sem Partido, e suas implicações para a Educação Pública no Paraná: a posição das câmaras municipais.** 2023. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

RESUMO

A pesquisa que se desenvolveu aborda o tema Escola Sem Partido, movimento criado por Miguel Nagib, procurador do Estado de São Paulo, cujo objetivo segundo seu criador, era provar que havia doutrinação nas escolas cometida por professores, sendo esses acusados de difundir ideias de esquerda e que confrontam os valores da classe dominante e conservadora do Brasil. O movimento acontecia através de um site, que servia para hospedagem de vídeos de professores dando aula, fotos de atividades, depoimentos de alunos e pais de alunos e artigos de pessoas do setor liberal que serviriam para embasar o combate à suposta doutrinação. No início, o movimento não apresentou uma adesão expressiva, mas isso mudou no final do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, e se intensificou com sua reeleição, se tornando tema de debates nas universidades, sindicatos, na mídia, redes sociais e até mesmo nas eleições. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o movimento Escola Sem Partido em seu cerne, tendo o Estado do Paraná como lócus, em que se buscou pesquisar nos 399 municípios, em quais câmaras municipais foram protocoladas as proposições que buscavam instituir o Escola Sem Partido em suas legislaturas. Buscou-se entender como acontecia a apresentação dos projetos, quais os discursos utilizados como justificativa por seus propositores e seus partidos políticos, o que auxiliou no traçado do perfil dos apresentadores dos projetos e seu possível pertencimento à extrema-direita política. Para a elaboração da dissertação foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, com enfoque em Marilena Chauí, Luiz Antônio Cunha, Louis Althusser e Karl Marx no que tange ao conceito de ideologia, e Gaudêncio Frigotto que dedicou diversas obras à temática da Escola Sem Partido. Além da leitura de outros autores que tratam do tema aqui abordado, em artigos, livros e demais pesquisas de pós-graduação, foi executada uma pesquisa nos sites de todos os municípios do Paraná, através do recurso de busca por Matérias Legislativas dos próprios sites, ou, em raros casos, através de uma pesquisa mais ampla por notícias através da plataforma Google. Buscou-se também as respostas do setor jurídico quanto à legalidade das proposições e os impactos da aprovação destas para a Educação escolar. Os resultados da pesquisa que se desenvolveu para a dissertação foram que, apesar da não expressividade quantitativa de proposições, os debates e repercussões do tema no meio social e educacional acarretaram impactos significativos para toda a sociedade que já vinha sendo polarizada em razão dos discursos de ódio constantemente propagados. Para a educação escolar, o impacto aconteceu na forma da instalação de um clima de medo e perseguição contra professores, principalmente os das áreas das ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: Doutrinação; Estado do Paraná; Movimento Escola Sem Partido.

BARBOSA, S. Débora. **The Moviment Apolitical schools, and its implications for Public Education in Paraná: the position of city councils.** 2023. 111 f. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, State University of Western Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2023.

ABSTRACT

The research that was carried out addresses the theme Apolitical schools, a movement created by Miguel Nagib, attorney for the State of São Paulo, whose objective, according to its creator, was to prove that there was indoctrination in schools committed by teachers, who were accused of spreading leftist ideas and which confront the values of Brazil's ruling and conservative class. The movement took place through a website, which served to host videos of teachers teaching classes, photos of activities, testimonials from students and parents of students, and articles by people from the liberal sector that would serve to support the fight against supposed indoctrination. At first, the movement did not show significant support, but that changed at the end of the first term of former President Dilma Rousseff, and intensified with her re-election, becoming the subject of debates in universities, unions, in the media, social networks and even even in elections. This research aims to analyze the Apolitical schools movement at its core, having the State of Paraná as a locus, in which it sought to research in the 399 municipalities, in which city councils the proposals that sought to institute the Apolitical schools in their legislatures. For the elaboration of the dissertation, bibliographical research was used, focusing on Marilena Chauí, Luiz Antônio Cunha, Louis Althusser and Karl Marx regarding the concept of ideology, and Gaudêncio Frigotto, who dedicated several works to the theme of Apolitical schools. In addition to reading other authors who deal with the subject addressed here, in articles, books and other postgraduate research, a search was carried out on the websites of all municipalities in Paraná, through the search feature for Legislative Matters on the websites themselves, or, in rare cases, through a broader search for news through the Google platform. The results of the research that was developed for the dissertation were that, despite the non-quantitative expressiveness of propositions, the debates and repercussions of the theme in the social and educational environment resulted in significant impacts for the whole society that was already being polarized due to the speeches of hate constantly propagated. For school education, the impact took the form of the installation of a climate of fear and persecution against teachers, mainly those in the areas of human and social sciences.

Keywords: Apolitical schools movement; Indoctrination; State of Paraná.

LISTA DE TABELAS

Tabela	Título	P.
Tabela 1	Projetos de Lei/Emendas e Decretos apresentados nas câmaras Federal, Estadual e Municipal no Brasil.	38
Tabela 2	Projetos de Lei/Emendas e Decretos apresentados nas câmaras municipais do Estado do Paraná	83

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

Siglas	Significado
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
ARS	Análise das Redes Sociais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CSI	Creation Studies Institute
ESP	Escola Sem Partido
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, intersexuais, assexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
PATRI	Patriotas
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SAPL	Sistema de Apoio ao Processo Legislativo
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Supremo Tribunal Federal
UNIÃO	União Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS DISPUTAS POLÍTICO IDEOLÓGICAS PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A ESTRATÉGIA DAS MÍDIAS SOCIAIS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	22
1.1 Contexto histórico, político e econômico no processo de fortalecimento do Movimento Escola Sem Partido.....	23
1.2 O que é a ideologia e qual o seu papel para o funcionamento do sistema capitalista.....	25
1.3 A narrativa da escolarização como progresso e desenvolvimento social e econômico	31
1.4 O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) e suas políticas educacionais: o estopim dos movimentos de direita.....	34
1.5 <i>Fake news</i> e a crise no jornalismo: a ferramenta que auxiliou na amplificação das notícias falsas	40
1.6 A escola que se deseja segundo o Movimento Escola Sem Partido e seus defensores liberais.....	46
2. CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ: MAPEAMENTO DS PROJETOS PROTOCOLADOS SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO	48
3. AS CÂMARAS MUNICIPAIS QUE PROTOCOLARAM O QUESTIONAMENTO DOUTRINÁRIO NAS ESCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.....	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

O tema de estudo dessa dissertação se refere ao Movimento Escola Sem Partido, que expressa as disputas pelo domínio ideológico da educação escolar pública, tanto pelo discurso educacional que se pretende difundir, como consequentemente pelo tipo de sociedade que se deseja consolidar. Essas disputas ocorrem no campo das relações sociais e de trabalho, em que a classe dominante presente nas demais instâncias (igreja, mídias, família etc.) da sociedade, tenta tomar o controle da Escola, ampliando nela sua narrativa meritocrática e liberal de modo que, a formação de uma determinada sociedade seja inspirada por essa ideologia e desenvolva a partir dessa base, a capacidade de formar indivíduos que atuem na sociedade brasileira e reproduza sua ideologia liberal.

A escolha em pesquisar esse tema ocorre em um momento de reflexão de uma professora da rede pública de Foz do Iguaçu/PR, que nasceu em um período de reconstrução da democracia, e que observou e vivenciou um período de retomada da agenda conservadora e liberal se instituir não só em nível político, mas também educacional. Além disso, decorre da preocupação a respeito dos rumos que a educação brasileira vem tomando, tendo em vista o crescimento das forças reacionárias, liberais e conservadoras em todo o país.

Tal escolha, para além das inclinações pessoais e profissionais, se deve também a necessidade de compreender o que é o Movimento Escola Sem Partido em sua totalidade, desvendando suas intenções e práticas explícitas para o ensino, prática docente e para o aprendizado, bem como sua finalidade para com o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A preocupação aqui expressa tem como base os argumentos do discurso conservador de direita, que se apropriou de princípios e valores amplamente divulgados pelas camadas religiosas, associados com os discursos totalitários e fascistas que defendem desde o patriotismo, até o fim da criminalidade através da violência, criando um cenário de pertencimento a um só grupo e partido. Essa temática em questão será abordada a partir do trabalho do autor Laion Gonçalves e Ruth Amossy, que analisou a utilização das mídias e técnicas de argumentação pré-determinadas para garantir o convencimento e a sensação de pertencimento, sendo esta uma parte primordial para a compreensão da disseminação das questões conservadoras.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o Movimento Escola Sem Partido e sua difusão e adesão social no Estado do Paraná mediante o mapeamento dos projetos apresentados nas câmaras municipais. Os objetivos específicos são:

- a) Examinar a relação entre liberalismo, educação escolar e ideologia;
- b) Relacionar e analisar o movimento Escola Sem Partido com o crescente movimento da extrema direita contra a educação pública;
- c) Discutir o contexto político e social em que emergiram o movimento e os projetos de lei;
- d) Catalogar todos os projetos Escola Sem Partido ingressados na câmara Federal, e as audiências públicas realizadas naquela casa;
- e) Mapear e analisar em quais e em quantas câmaras de vereadores dos municípios do Paraná foram encaminhados, na forma de projeto legislativo cujo objeto foi a Escola sem partido, e que foram aprovados nessa instância.

O Movimento brasileiro foi inspirado em outros movimentos, como por exemplo, o *No Indoctrination*, criado nos Estados Unidos por Luann Wright sob o pretexto de que supostamente um professor estaria sendo tendencioso nas aulas críticas sobre os negros contra brancos, e em outros movimentos ligados a grupos cristãos denominados *Creation Studies Institute* (CSI). (ESPINOZA e QUEIROZ, 2017, p. 50)

Durante o desenvolvimento deste trabalho, buscaremos mostrar que há uma tendência em apontar fatos isolados e diálogos recortados ocorridos em sala de aula para corroborar com a acusação de doutrinação, de forma a sustentar a criação de projetos de lei que sirvam para coibir a expressão de opiniões, e o direito de cátedra garantido constitucionalmente em aulas que abordam temas como racismo, igualdade de gênero, respeito à diversidade, desigualdade social ou qualquer tema que contrarie as ideias políticas conservadoras vigentes.

Assim como nos Estados Unidos tentam combater o ensino progressista, tentando fazer prevalecer o conservadorismo associando o lucro com a venda de pacotes de ensino variados para educar os filhos em casa, como no caso do Movimento pelo ensino domiciliar, o chamado *homeschooling*¹, que ganhou força a partir da intensificação das discussões sobre o Esp, mas que arrefeceu após julgada

¹ Ensino domiciliar.

sua ilegalidade pelo judiciário brasileiro. O Movimento Escola Sem Partido utiliza do mesmo argumento da doutrinação para se instalar no sistema educacional brasileiro.

Tendo início em 2004, o Movimento Escola Sem Partido encontrou razões, quando uma das filhas do advogado e procurador Miguel Francisco Urbano Nagib chegou da escola contando que seu professor de História teria comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. A comparação refere-se ao fato de o primeiro renunciar a tudo pela ideologia política e o segundo pela ideologia religiosa. Para Nagib, o professor estaria comparando Che Guevara a um santo (BEDINELLI, 2016, em MOURA, 2016, p. 24). A partir desse episódio, o procurador Miguel Nagib criou um site e iniciou um movimento de perseguição aos professores considerados por ele como doutrinadores.

À primeira vista, tanto o criador, como seus colaboradores demonstram em seus textos explicativos uma preocupação com uma educação democrática e de qualidade. Desde a escolha das palavras, a descontextualização do material ali divulgado, até a organização estética do site foi pensado para acolher, familiarizar e convencer seu público de que existe uma tentativa de doutrinar os alunos em favor de uma ideologia ou de um partido político de esquerda, como acusam os apoiadores do movimento.

O que se propõe no Movimento, é uma suposta neutralidade ideológica no ato de ensinar por parte dos professores, que de acordo com os defensores deste Movimento, não devem tratar de questões de gênero, e ao tratar de questões históricas, sociais, étnicas e religiosas, deve se apresentar “os dois lados da história”, além de violar a liberdade de cátedra e a liberdade de ensinar e aprender, como está disposto na Lei 9394/96 da Lei de Diretrizes de Bases:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. (LDB, 1996)

Ressalta-se que apesar de a legislação não deixar dúvida acerca da liberdade de ensinar e aprender, e a mencionar a importância da pluralidade de pensamentos e ideias, o movimento Escola sem Partido investe fortemente na ideia de criminalizar a liberdade de cátedra, cercear a prática docente e emplacar leis que deturpam os

princípios educativos, sob o argumento de que determinados assuntos devem ficar restritos aos ensinamentos familiares.

O que novamente é ignorado, é que a família pode sim possuir suas próprias concepções religiosas, políticas e ideológicas, transmitindo-as para seus filhos, porém, justamente por este motivo é que existe a pluralidade de ideias que são levadas até o ambiente escolar pelos alunos, sejam elas expressas de maneira verbal, seja na forma de comportamentos, ou se tornando objetos de debate.

Podemos questionar o porquê de a Escola ser necessária para além da educação familiar. Com o processo de industrialização, e posteriormente o da globalização, foi necessário que se formasse pessoas capacitadas (mão-de-obra) para operar as máquinas com maior produtividade. Além disso, com o novo sistema governamental eleito através do voto, precisava-se que mais pessoas fossem alfabetizadas para que pudessem votar e eleger seus candidatos. Sendo assim, a escolarização passou a ser ofertada para a população, partindo do mínimo necessário para votar e operar máquinas – para a classe trabalhadora -, e uma educação mais elaborada para os filhos da classe dominante.

A escola, como está organizada hoje, é uma das instituições responsáveis pela transmissão do conhecimento e de valores para a formação dos cidadãos que compõem uma sociedade. Com o crescimento da difusão e adesão das ideias da direita conservadora e de economia neoliberal, o currículo e o processo de ensino tem se tornado objeto de discussão nos setores políticos, econômicos e religiosos, onde a maioria conservadora defende uma educação que limite-se a ensinar apenas o necessário para o ingresso no mercado de trabalho, almejando principalmente que não se discuta questões históricas e sociais com o argumento de que a abordagem desses temas favoreça uma doutrinação ideológica de esquerda.

Foi neste cenário que surgiu e cresceu o movimento Escola Sem Partido, que se desdobrou em proposições de lei que foram apresentadas em vários Estados e Municípios brasileiros, e foi responsável também por um crescente movimento de vigilância do trabalho pedagógico realizado pelos professores.

Analisaremos também nesta pesquisa, como os apologistas do Movimento Escola Sem Partido agiram para convencer as famílias de que a escola estava inculcando ideias transgressoras nos estudantes, e como ele também serviu de aliado para criminalizar e perseguir professores, estudantes e militantes das causas sociais minoritárias do país.

No primeiro capítulo, trataremos da transição ocorrida a partir da revolução burguesa que destituiu a aristocracia do poder, criando o que conhecemos hoje o pensamento liberal que fundamenta o modo de produção capitalista. Partindo de Rousseau, que explica o surgimento do Estado para regular a propriedade privada e das análises de Marilena Chauí, Louis Althusser e Marx, no tocante ao processo de produção e reprodução dos meios de produção capitalista. Os mesmos autores também nos orientam na discussão da concepção de ideologia, esclarecendo o papel da igreja, da família e da escola na reprodução da lógica do pensamento burguês.

Ao analisar o autor Luiz Antônio Cunha, percorreremos o trajeto seguido pela instituição da escolarização e seu objetivo técnico formativo, ou seja, como a educação ganhou o papel de solução para as desigualdades sociais e porque esse papel é ilusório e ideológico.

Em outro momento, traremos a leitura da jornalista Eliane Brum e Ronaldo de Almeida sobre os governos petistas que perduraram de 2003 até 2016, citando não só suas boas conquistas em termos de políticas públicas, mas também sua desmoralização a partir dos escândalos de corrupção que eclodiram durante seus governos.

Para encerrar o primeiro capítulo, trataremos da forma de argumentação nos discursos da direita pela ótica de Laion Gonçalves, como citado acima que por sua vez se baseou Ruth Amossy, uma estudiosa da análise do discurso, argumentação e retórica, configurando elemento salutar na compreensão do processo de convencimento da população e união desta em um só grupo, sendo este, a direita conservadora e reacionária.

Abordaremos as formas utilizadas pela classe dominante para influenciar a consciência popular e projetar suas ideias, sua ideologia ou sua visão de mundo, e como cada uma contribui para a construção de um modelo de sociedade almejado para satisfazer o projeto burguês de dominação cultural, social, político e econômico e em seguida, iniciaremos a análise do movimento Escola Sem Partido como uma das formas de convencimento e implementação do ideal de educação produzida pela classe dominante.

Por meio da análise do contexto social, colocaremos luz a uma situação que se repete no cenário brasileiro. O Brasil é marcado por interrupções da democracia, como o golpe militar de 1964 que foi instaurado para coibir uma suposta ameaça

comunista, que instalou a censura e causou inúmeros retrocessos na educação e na superação das desigualdades sociais. Seus principais apoiadores eram e continuam pertencendo à mesma esfera social: a classe dominante e grande parte a classe média, composta por grandes e pequenos empresários, profissionais liberais, banqueiros, latifundiários, senhores do agronegócio, políticos, religiosos e agentes da grande mídia.

No processo de redemocratização no final dos anos de 1980, a direita brasileira tratou de criar um clima de combate à corrupção e de ataque a esquerda, elegendo um “salvador da pátria” à presidência, Fernando Collor de Melo, que não tardou a ser deposto da presidência, pela corrupção que grassou em seu governo. Posteriormente, se elegeu Fernando Henrique Cardoso, trazendo a agenda neoliberal importada do Banco Mundial, do Consenso de Washington e outros Organismos Multilaterais Internacionais tanto para a economia, como também para a educação escolar. Percebe-se então uma semelhança entre as transições governamentais ocorridas durante a década de 1980 e 1990, e as ocorridas mais recentemente, dos anos 2000 em diante, ou mais estritamente, em 2005 e entre os anos de 2010 a 2016.

Neste momento criou-se uma estratégia mais agressiva e convincente. Criou-se o personagem do “cidadão de bem”, para uso apelativo e para influenciar pessoas a se identificarem, uma vez que as características a elas atribuídas, na visão da direita conservadora, são as de pessoa trabalhadora, “pai ou mãe de família”, geralmente pertencentes a alguma religião, honestos e detentores da moralidade e valores éticos.

E com a criação deste personagem “divino” e correto, criou-se seu oposto: os esquerdistas, comunistas e “petistas” corruptos. Atribuiu-se a esse personagem as características a ser combatidas, tais como: defender a igualdade de gênero, combater a homofobia e o racismo, ser contra as desigualdades sociais e lutar por políticas públicas pois, segundo os defensores do movimento Escola sem Partido, levantar essas bandeiras, ou simplesmente promover o debate sobre essas questões é um claro indicativo de doutrinação, subversão e imoralidade.

Entre os exemplos de doutrinação expostos pelo movimento e consequentemente pelos projetos apresentados, estão a “ideologia de gênero” e o ensino de conteúdos que abordem diferentes religiões, ou ainda, aulas que promovam debates políticos.

No segundo capítulo, faremos o estudo das obras Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira, e a Educação Democrática: Antídoto a Escola Sem Partido. Ambas organizadas por Gaudêncio Frigotto. Nestas leituras, que contam com a participação de diversos autores importantes, serão levantadas a ligação dos proponentes do Escola Sem Partido aos institutos liberais, e as bancadas evangélica, ruralista e armamentista e outros setores da direita.

Abordaremos também o fato notório de que as publicações no site Escola Sem Partido são exclusivamente sobre a exposição de professores que fazem críticas ao capitalismo, críticas às ações do ex-presidente Jair Bolsonaro, ou que apresentem conteúdos considerados pauta da esquerda, como feminismo, desigualdade social, racismo, entre outros.

Taremos um levantamento de quantos projetos de lei para a instauração do programa Escola sem Partido foram apresentados primeiramente a nível federal, e por último a nível estadual, fazendo o recorte de proposições no Estado do Paraná, analisando os autores dos projetos, e a qual partido pertencem, e que ideologias defendem, para que possamos traçar um perfil entre os apoiadores, para que assim se demonstre que o este não se trata de um movimento popular como seu fundador quer que pareça, mas sim, um organismo organizado e ramificado, interligado a partidos políticos, e empresários diretamente alinhado às ideias e interesses da classe dominante, conforme exposto pelos autores:

Ante ao exposto, podemos afirmar que não passa de uma grande armadilha a preconização de que o Escola sem Partido possui natureza apartidária, e que não possui “qualquer espécie de vinculação política, ideológica”. A ARS nos permite perceber a profundidade das relações nitidamente partidárias entre os ideólogos do Escola sem Partido com parlamentares com posições políticas retrógradas e conservadoras, nos três níveis da federação brasileira. Também pode ser destacado o forte vínculo do Escola sem Partido com partidos ligados a segmentos evangélicos, como, por exemplo o PSC, cujo presidente é um pastor evangélico. (QUEIROZ e ESPINOSA, 2017, p. 61)

Concluído o levantamento dos projetos apresentados, apresentaremos as decisões judiciais que derrubaram as proposições, tanto as que tratavam da suposta “ideologia de gênero”, quanto as do ESP, por se tratar de leis que violam os princípios da liberdade de cátedra, sendo assim, inconstitucionais.

Sabendo que o movimento tem o interesse de perseguir e criminalizar professores que suscitam debates sociais e estimulam o senso crítico de seus alunos, ao que parece, o objetivo vai além. O que essa organização almeja na verdade é o controle das atividades escolares, docentes e da discussão educacional, em nome da defesa da moral, da família, e de valores considerados corretos, mas com vistas ao domínio da grande política, conforme Gramsci citado por Algebaile:

O que está efetivamente em disputa, neste caso é o caráter público e democrático da escola pública, inevitavelmente relacionado ao modo como ela é definida, por meio de que processos, de que sujeitos, é o que deve resultar da sua organização e ação: se é a possibilidade de bons negócios e a segmentação dos sujeitos segundo a classe social, como interessa aos propósitos privatistas e a lógica capitalista, ou se é a relação ampla com o conhecimento coletivamente tecida, como interessa a grande maioria dos sujeitos da escola. (ALGEBAILLE, 2017, p. 73-74)

O Movimento Escola Sem Partido, que defende uma suposta neutralidade “política, ideológica e religiosa” (NAGIB, M. Escola Sem Partido, 2019), tem alcançado cada vez mais pessoas e disseminado suas ideias nas esferas públicas e privadas, provocando um desconforto geral não só no âmbito político, mas principalmente dentro da sala de aula, uma vez que cada vez mais pais e alunos têm sido convencidos de que a escola é realmente doutrinadora, assim, como está posto em sua plataforma, o Movimento tem o objetivo de “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos.” (Extraídos do site da Escola Sem Partido, 2019a).

Tendo em vista que a educação quase sempre esteve a serviço da classe dominante, não é de se surpreender que em um período de grandes mudanças políticas e sociais, uma tentativa como essa encontre espaço na sociedade, como destacou o autor:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também geral e transmitir em quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma

subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2015, p. 35)

Buscaremos elucidar o real objetivo do Movimento Escola sem Partido, a fim de entender o que está subjacente em sua estratégia de criminalização e cerceamento a educação a fim de limitar o que os professores podem ensinar, e conseqüentemente limitar o que os alunos podem aprender, abrindo caminhos para mais exploração e abusos para com as classes dominadas, uma vez que eles não terão a compreensão dessas relações em sua totalidade, ou só compreenderão os fatos sob a perspectiva da classe dominante, ou seja, de acordo com o entendimento de Guilherme e Picoli (2018, p. 17) “o indivíduo que não compreende a sua História e as disputas políticas que a possibilitaram não age sobre ela e torna-se refém do acontecer”.

No terceiro e último capítulo, será feito um levantamento em cada um dos trezentos e noventa e nove municípios paranaenses, buscando aqueles que protocolaram projetos de lei sobre o Escola Sem Partido, como objeto central.

A realização das pesquisas do primeiro capítulo será de caráter bibliográfico, baseado na leitura dos autores principais que são Karl Marx, Louis Althusser, Luiz Antônio Cunha, Marilena Chauí, além de outros autores não menos importantes, que trazem a concepção de ideologia e tratam do contexto histórico, político, econômico e social que permearam a ascensão da extrema direita no Brasil. No segundo capítulo, além das bibliografias, serão pesquisados os projetos apresentados no Senado Federal e nas câmaras dos deputados.

Por último, no terceiro capítulo, além das leituras bibliográficas, será feita uma investigação minuciosa em cada câmara municipal do Paraná, utilizando a ferramenta de busca *Google*, inserindo na barra de pesquisa o nome do município somado à palavra “câmara”. Uma vez inserida em seu site, buscaremos o termo “Escola Sem Partido” nas opções “projetos de lei”, “projetos de lei orgânica”, “requerimentos”, “emendas”, “decretos do legislativo/executivo” e outras proposições, quando não existir o acesso a busca direta por “matérias legislativas” ou a ferramenta “SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo)”.

Durante as pesquisas, constatamos que alguns projetos haviam sido excluídos do histórico de proposições, sendo encontrados apenas através de busca

direta pelos termos “Escola Sem Partido na cidade x”, sendo que desta forma garantimos a obtenção dos resultados almejados.

O embasamento teórico é de suma importância para trazer suporte a pesquisa e para que se formule um trabalho pautado em informações concretas e devidamente documentadas. Para o desenvolvimento do trabalho, será analisada a página criada pelo advogado Miguel Nagib, onde consta a justificativa para a criação do movimento, a disponibilização de artigos que sustentem sua teoria de doutrinação escolar, denúncias enviadas por colaboradores de todo o Brasil, além de modelos de projetos de lei para que os atores políticos simpatizantes com a ideia possam utilizar e apresentar nas câmaras municipais e estaduais.

Para corroborar com a análise crítica realizada nesta dissertação, serão realizadas leituras de trabalhos produzidos por outros pesquisadores em sua maioria da área da Educação, que abordem não apenas o tema Escola sem Partido especificamente, mas também a educação democrática, a função do professor, o contexto social e político que culminou neste levante conservador e liberal, e a legalidade jurídica que embasam a aprovação ou não aprovação do projeto.

E buscando documentação comprobatória desse crescente movimento, será realizada uma busca minuciosa em todas as páginas das câmaras municipais dos municípios paranaenses, a fim de encontrar os projetos de lei protocolados, que se encontrarem em tramitação, aprovados ou rejeitados, bem como o perfil dos políticos que se dispuseram a apresentar tais proposições.

1. AS DISPUTAS POLÍTICO IDEOLÓGICAS PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A ESTRATÉGIA DAS MÍDIAS SOCIAIS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Quando pensamos em educação, nos vem à mente a ideia de que é através dela que nos tornamos pessoas bem instruídas e capazes de ascender socialmente e superar qualquer deficiência econômica que se possa ter. Reservada primeiramente aos meninos pertencentes à nobreza, a instrução escolar demorou a ser contemplada também por meninas – mesmo que exclusiva aos cuidados com o lar e comportamento feminino – e por todos os pertencentes à classe trabalhadora.

Com base na obra “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” de Luiz Antônio Cunha (1980), discorreremos sobre o papel atribuído à educação pelos revolucionários burgueses e liberais, fazendo um paralelo entre o objetivo de uma escolarização que sirva a equidade e outra que serve a ideologia responsável por manter o *status quo*. Em se tratando de ideologia, agregaremos as conceituações de Marilena Chauí, descritas em seu livro “O que é Ideologia”. E, ainda neste tópico, trarei contribuições de Louis Althusser sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, literatura que também traz concepção pertinente para a reflexão sobre o papel da Educação Escolar para o pleno funcionamento da sociedade capitalista.

Antes de descrever os conceitos de ideologia na visão dos autores citados acima, examinaremos o artigo constitucional que define a educação tal como está estabelecida desde 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Como diz em seu texto, ela deve ser um direito de todo cidadão, como sendo uma prévia garantia de igualdade de oportunidades. Entretanto, na Europa Ocidental, nem sempre foi assim. Durante a aristocracia, só quem possuía o direito ao ensino eram os homens, e filhos dos nobres.

Com a derrota do sistema monárquico pela burguesia, sendo este último, um grupo composto por comerciantes, proprietários de terra e iluministas contrários ao cerceamento da igreja aos estudos e avanços da ciência, a educação para todos, passou a ser defendida pelos filósofos liberais.

Primeiramente, a causa para a necessidade da escolarização se deu pela “modernização” ocorrida com o processo de industrialização que começou a se espalhar pelos países europeus. Portanto, como CUNHA (1980, p.19) afirmou, “Aparece aqui o papel principal da educação na modernização: a inculcação do “espírito de empresa”, de modo espontâneo, como nos países já industrializados”, correspondendo a corrente liberal por eles assumida.

Em segundo, surgiu também a necessidade de que a população fosse escolarizada para a conquista de votos, sendo que os analfabetos eram impedidos de votar até o primeiro século, e também para que se formasse mão de obra qualificada para as novas demandas do mercado de produção capitalista.

A educação ofertada, entretanto, não foi igualitária para todos, mesmo com a ideia de sua universalização. Várias limitações e ideologias permearam a instalação de instituições educacionais e o ensino para a classe trabalhadora.

1.1 Contexto histórico, político e econômico no processo de fortalecimento do Movimento Escola Sem Partido

Remontar o contexto histórico, econômico e político que serviu de alicerce para o surgimento e fortalecimento do Movimento Escola Sem Partido no Brasil, se faz necessário para conhecer as forças que atuaram em favor da ideia, revelando seus objetivos políticos e econômicos, como também as interligações entre apoiadores do Movimento aqui tratado, e ideias religiosas conservadoras, liberais e totalitárias.

Entretanto, antes de adentrarmos diretamente nas explicações que possibilitaram o fortalecimento do objeto deste trabalho, é preciso de antemão explicitar o mecanismo que torna a luta de classes pesada para quem tem a consciência dela, e ao mesmo tempo indecifrável para quem não a compreende e se torna vulnerável as narrativas ideológicas.

Para isto, passaremos sumariamente a apresentar os conceitos de Althusser, Marilena Chauí e Luiz Antônio Cunha, sobre a natureza da ideologia e como ela é direcionada, de forma que relacione sutilmente as crenças e ideias próprias de uma classe, sendo esta, a dominante.

A burguesia, representada hoje pela classe dominante (grandes empresários e investidores, latifundiários, banqueiros entre outros cujo poder, concentração de renda e expansão do capital seja o principal objetivo), foi na época uma classe

revolucionária diante do Antigo Regime, que se uniu ao chamado 3º. Estado para substituir o sistema aristocrata, por um novo, considerado na época como representante do progresso, da ciência e do iluminismo.

Assim como na revolução Francesa, a aliança entre a classe trabalhadora e a classe burguesa aconteceu primeiramente por um objetivo que se acreditava ser comum a ambos, mas conquistada a meta da classe dominante, que era a revolução burguesa em detrimento da derrocada aristocrática, a classe trabalhadora precisou lutar para conquistar ou permanecer em suas terras, e muitos outros, desapossados pela usurpação ou pela expulsão das terras onde trabalhavam, encaminhavam-se para as manufaturas que se instalavam, onde também trabalhavam mulheres e crianças, por quantias insuficientes para a sobrevivência.

Neste novo modo de produção capitalista, a sociedade é dividida entre classe trabalhadora e classe proprietária, em que a primeira, vende sua força de trabalho, e a segunda, dispõe dos meios de produção para o trabalho.

Essa transição do feudalismo para a burguesia, é explicado por Marilena Chauí (2008, p. 17) quando ela nos aponta que houve uma desvalorização do trabalho (aquele manual e praticado pela classe despossuída de bens materiais), para a “valorização da linhagem familiar e aristocrática”, o que favoreceu que essa parcela que já era dominante, continuasse a dominar no novo modo de produzir a vida, e a “valorização” desta classe de posses, por ter adquirido poder econômico, político e prestígio social como recompensa de seu esforço social, de sua capacidade de trabalho e de poupança”, ou seja, a ideia de meritocracia emerge como um dos pilares fundamentais do capitalismo, e mais à frente explicaremos o porquê.

A classe denominada “despossuída”, neste trabalho, foi chamada de “trabalhador livre”, pois não estão mais na condição de escravos ou servos em seu sentido literal, mas não possuem os meios de produção, ou seja, não possuem capital (CHAUÍ, 2008, p. 18), dispondo apenas de sua força de trabalho.

Tendo em vista as novas condições de vida a que a classe trabalhadora deveria se adaptar, a desigualdade se mostrou latente logo de início, se intensificando mais ou menos de acordo com o direcionamento do governo de cada país.

Para Rousseau (2013, p. 30), se fazia necessário a constituição de uma instituição reguladora, o Estado, que era representado pelos aristocratas antes do

capitalismo, de modo que o “estado de natureza” fosse superado, ou seja, que a lei do mais forte não fosse determinante para que alguns obtivessem mais privilégios que outros, como no trecho a seguir:

(...) É que o pacto fundamental ao invés de destruir a igualdade natural, substitui, ao contrário, por uma igualdade moral e legítima a desigualdade física que a Natureza pode pôr entre os homens, fazendo com que estes, conquanto possam ser desiguais em força ou em talento, se tornem iguais por convenção e por direito. (ROUSSEAU, 2013, p. 36)

Rousseau pensava uma sociedade em que as desigualdades fossem naturais e que apenas uma instituição reguladora poderia instituir leis que garantissem a partir de “regras jurídicas”, a “disputa de posições privilegiadas, sem distinção”, a todos os indivíduos. Esse mesmo posicionamento, é amplamente defendido também por ideólogos liberais, percebidos pelos “cinco princípios da doutrina liberal: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia”. Partindo destes princípios, “a sua realização resultaria numa sociedade aberta, onde todos os homens teriam iguais oportunidades de ocupação das posições nela existentes”. (CUNHA, 1980, p. 34).

Portanto, o Estado seria um garantidor da propriedade privada e do pleno funcionamento do sistema capitalista, no entanto, sob o discurso da defesa da “igualdade” perante a lei, sendo assim, mais adiante, mostraremos como as instituições atuam de forma colaborativa à reprodução, expansão do capital e exploração, ao invés de propiciar o fim da desigualdade em todos os aspectos.

1.2 O que é a ideologia e qual o seu papel para o funcionamento do sistema capitalista

Para analisar o esquema realizado na reprodução e manutenção das relações de poder, CHAÚÍ esclarece (2001, p. 15) que a relação do homem com a natureza no sentido de sua transformação, em razão da “vontade (divina e humana” que “é livre e age tendo em vista fins ou objetivos a serem alcançados”, e ainda,

A manifestação do homem livre no século XVII era a filosofia, a ciência e a ética; com o passar do tempo, a filosofia e a ciência não são mais para a contemplação da realidade, mas sim poder humano para transformar e dominar a realidade. (ibidem, p. 16)

Ou seja, o homem transforma a natureza, e por ela é transformado. Mas transforma na medida em que deseja adaptar a natureza para si, construindo não só

objetos materiais, mas também relações sociais, políticas e jurídicas, “ou seja, na medida em que o homem passa a dominar e transformar, a atividade pela qual faz isso é através do trabalho”. (CHAUÍ, 2001, p.16)

Para explicar, portanto, as relações sociais que vivenciamos hoje, Chauí (2001) explica que “a história não é sucessão de fatos no tempo” nem “progresso de suas ideias e realizações”, mas sim, “o modo como homens determinados em condições determinadas cria os meios e as formas de sua existência social que é econômica, política e cultura” (p.23), e continua:

Nessa perspectiva, a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua etc.)” (CHAUÍ, 2001, p.23)

Mas quem são esses homens que instauram um modelo social, cultural e produtivo para todos? Para quem e qual o objetivo de se tentar uma hegemonia do pensamento? Durante os séculos medievais, a aristocracia, aliada ao clero, determinavam quais eram os costumes, moral e modo de vida dos servos que compunham suas comunidades. Com a revolução burguesa que desmontou a aristocracia, o papel de determinar as novas formas de pensar e se comportar começaram a ser ditadas pela nova classe dominante.

A igreja, por sua vez, continuou seu processo de inculcação de valores, mas neste novo momento histórico, com o iluminismo, as justificativas divinas para toda sorte de acontecimentos já não possuíam tanta influência, levando a religião a assumir outros papéis que se adaptassem ao novo modo de vida humana, seja apoiando diretamente a burguesia, seja acolhendo e auxiliando a grande massa de pobres afetada pela revolução.

A classe trabalhadora que ficou à margem da sociedade após a revolução burguesa, em meio às reivindicações das condições de subsistência e melhoria de vida, se tornou uma ameaça à burguesia, que por sua vez, produziu e produz “ideias ou representações” para “explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural”. A ideologia, portanto, para a autora, é o “ocultamento da realidade social”, em que a classe dominante produz e legitima ideias para explicar a dominação de uma classe sobre a outra, a fim de

garantir a manutenção de seu “poder econômico, social e político”. (CHAUÍ, 2001, p. 24).

A doutrina liberal, assumida pela nova burguesia, tem em seus princípios a igualdade de direitos e de ascensão social como garantia a todos, garantia essa, que deve ser “função social da autoridade (do governo)”, e deve “permitir a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo da sua capacidade”. Defende que através do individualismo, diferentes sujeitos que possuem “atributos diversos” podem com eles atingir “uma posição social vantajosa ou não”, sendo este, o que chamamos de meritocracia. (CUNHA, 1980, p. 28).

Entretanto, ao mesmo tempo em que os liberais afirmam que: “se a autoridade não limita nem tolhe os indivíduos”, e “permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social” escolhe-se ignorar que grande parte da população que já não era proprietária antes da ascensão do capitalismo, permaneceu pobre ou empobreceu ainda mais com as novas condições de vida que lhes foi apresentada.

Segundo os liberais, cada indivíduo possui talentos que o diferem dos outros, além de difundirem que a cada indivíduo são oferecidas condições mínimas de trabalho, alimentação, saúde e educação de forma igual, constituindo assim uma competição igualitária por eles defendida. Mas, pelo contrário, Cunha (1980, p. 31) mostra um trecho de Voltaire, paráfrase de Laski (p.154), em que se afirma que é de conhecimento da doutrina liberal que igualdade “não significa igualdade de condições materiais. Assim como os homens não são tidos como iguais em talentos e capacidades, também não podem ser iguais em riquezas”, e continua:

Não temos todos talento igual e a propriedade é, em geral, uma retribuição ao talento. A propriedade igual para todos é um simples quimera; só poderia ser obtida por espoliação injusta. É impossível, em nosso feliz mundo, que os homens que vivem em sociedade não se dividam em duas classes: os ricos e os pobres. (ibidem, p. 31)

Assumido então que a igualdade pretendida é, portanto, uma narrativa inócua, defendeu-se que assim deveria ser em razão do “individualismo”, que

(...) para a doutrina liberal, como os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que seja socialmente iguais. Pelo contrário, a igualdade social é nociva, pois provoca uma

padronização, uma uniformização entre os indivíduos, o que é um desrespeito à individualidade de cada um. “CUNHA, 1980, p. 31)

Neste sentido, cabe fazer uma análise do que é considerado individualidade para os liberais, e porque a igualdade seria “uma restrição à personalidade individual” (CUNHA, 1980, p. 31). Uma das interpretações possíveis a partir dos últimos trechos supracitados, levam a uma compreensão de que as pessoas são diferentes em condições não só materiais, como também subjetivas (talentos próprios), e que isto é uma condição natural, justificando, assim, as desigualdades sociais existentes na sociedade.

No entanto, deve-se saber que as condições miseráveis de existência não são decorrentes da “personalidade” dos indivíduos, ou de sua falta de talentos, uma vez que as condições de acesso à qualidade de vida digna não é igual para todos: homens e mulheres da classe trabalhadora continuam trabalhando quase 2/3 do dia, recebendo salários que não suprem todas as suas necessidades, e, ainda, recebendo a educação e a cultura que propiciarão apenas a reprodução do capital e da força de trabalho, e, por fim, a conformação social.

Podemos compreender então, que há uma dissimulação nos princípios liberais defendidos pela classe dominante, e essa dissimulação acontece por vários meios de reprodução ideológicos, mas, neste trabalho, nos ateremos primeiramente à educação, que foi a principal narrativa utilizada pela burguesia para justificar sua crescente concentração de renda, paralelamente ao empobrecimento cada vez maior da população brasileira.

Essa dissimulação do real, segundo CHAUÍ (ANO, p. 47-48) acontece através da amostragem de uma realidade distorcida, “numa interpretação imaginária, como na ideologia”, em oposição a “interpretação do real”, através do “pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações”.

A dissimulação, ou, a ideologia, segundo a autora, só é possível porque “as ideias serão tomadas como anteriores à práxis, como superiores e exteriores a ela, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens” (CHAUÍ, ANO, p. 62), e, partindo disto, a ideologia na visão da autora é um “sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais” (ibidem, p. 63). E, para fazer um paralelo entre a ideologia e sua narrativa meritocrática, recortamos o seguinte trecho:

A ideologia burguesa, através de seus intelectuais irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens criam que são desiguais por desejo próprio, isto, é os que honestamente trabalha enriquecem e os preguiçosos empobrecem. (CHAUÍ, 2008, p. 73)

As razões para a ocultação do real fazem parte da lógica da classe dominante para manter a ilusão de que é possível a ascensão social da classe trabalhadora, que por sua vez, é a força motriz da expansão capitalista. Para compreendermos isto, trarei brevemente as contribuições de Althusser (2022) sobre a reprodução da força de trabalho e do capital.

Aludindo a Marx, Althusser (2022, p. 9) afirma que “se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver”, e, para isso, “A condição última da produção é portanto a reprodução das condições de produção.” Por este motivo,

(...) para existir, toda a formação social deve, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir as condições da sua produção. Deve pois reproduzir: 1) As forças produtivas, 2) As relações de produção existentes.
(ALTHUSSER, 2022, p. 11)

Para garantir a reprodução da força de trabalho “é assegurada dando à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário” (ibidem, p. 18), sendo este salário,

(...) apenas a parte do valor produzida pelo dispêndio da força de trabalho, indispensável à reprodução desta: entendamos, indispensável à reconstituição da força de trabalho do assalariado (ter casa para morar, roupa para vestir, ter de comer, numa palavra poder apresentar-se de amanhã – cada amanhã que Deus dá – ao portão da fábrica); acrescentemos: indispensável à alimentação dos filhos nos quais o proletário se reproduz (em x exemplares: podendo x ser igual a 0, 1, 2, etc....) como força de trabalho. (ALTHUSSER, 2022, p. 18)

Destarte, oferta-se um salário caracterizado como “mínimo”, que segundo o autor “é duplamente histórico pelo facto de não ser definido pelas necessidades históricas da classe operária <reconhecidas> pela classe capitalista, mas pelas necessidades impostas pela luta de classes proletária” (ALTHUSSER, 2022, p. 19), ou seja, esta remuneração poderia ser ainda menor, não fossem as lutas operárias “contra o aumento da duração do trabalho e contra a diminuição dos salários” (ibidem, p. 19)

O autor continua seu pensamento afirmando que para um desenvolvimento das forças produtivas, “a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e portanto reproduzida como tal”, e por “diversamente”, explica que ela (a força de trabalho) deve ser posta “segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes <postos> e <empregos>.” (ALTHUSSER, 2022, p. 19-20)

Assim como afirmou Cunha (1980), Althusser (2022) traz a educação como sendo uma das formas de reprodução da força produtiva e do capital, como afirmou no seguinte trecho: “esta reprodução da qualificação da força de trabalho” passa a ser compreendida não mais dentro da própria produção, “mas, e cada vez mais, fora da produção: através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições”. (ALTHUSSER, 2022, p. 20) Ou seja, segundo o autor, seria através da escola que se moldaria a força produtiva capitalista, sendo nela que:

(...) aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de <cultura científica> ou <literária> diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros uma outra para os quadros superiores etc.). Aprendem-se portanto <saberes práticos>. (ibidem, p. 20)

E, além de ofertar uma escolarização exclusivamente técnica, a reprodução da força de trabalho “exige não só uma reprodução da qualificação desta”, mas, também:

(...) uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, <pela palavra>, a dominação da classe dominante. (ALTHUSSER, 2022, p. 21-22)

Todo esse esforço para escamotear a realidade do sistema ao qual a classe trabalhadora está sujeita, é para ocultar a exploração explícita do trabalhador, em maior ou menor escala, através da mais-valia, da manutenção dos salários a quantidades suficientes apenas para a reprodução do capital e da força de trabalho, e da oferta de uma educação que legitime os ideais da classe dominante, refreando o processo de educação crítica da história, da política e da sociedade, servindo,

portanto, apenas ao sistema de expansão do capital através da alienação e da ideologia propagada por este (educação) e por todos os outros meios (mídias, entre outros)

Se, portanto, a reprodução do capital e das forças produtivas depende da educação, discutiremos no terreno da escolarização, fazendo um breve recorte da evolução educacional do século XX e XXI.

1.3 A narrativa da escolarização como progresso e desenvolvimento social e econômico

O século que antecedeu a entrada dos anos 2000 foi de profundas mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais. O Brasil começou a investir na escolarização primeiramente por duas razões: erradicação do analfabetismo e por consequência o aumento do número de votantes em eleições, e a narrativa de que a desigualdade social era causada pela falta de escolarização e conseqüentemente pela falta de acesso aos melhores cargos e salários, o que garantiria a ascensão social da classe trabalhadora.

Cunha (1980, p.113) afirmou que “a escola existiu em quase todas as sociedades”, mas na sociedade capitalista:

(...) se concebeu uma nova função para a escola: a de reclassificar as pessoas oriundas das diferentes classes sociais conforme suas motivações e potencialidades inatas. Entretanto, elaborada essa concepção nova de escola, e mesmo tendo ela passado a integrar a ideologia oficial, os sistemas escolares não estavam, sempre, organizados da mesma forma conforme esse alvo. Também não foram, sempre, suficientemente extensos de modo a escolarizar toda a população. (CUNHA, 1980, p. 113)

A partir de 1960, Cunha (1980) traz dados comparativos e análises sobre a abertura da educação no Brasil, que não era uma tarefa fácil, tendo em vista os reflexos da crise de 1929, o atraso na industrialização, e, posteriormente, a grande migração para as grandes cidades, que acentuou a dificuldade de escolarização da população moradora das áreas rurais, em razão da distância, e falta de investimento em infraestrutura e recursos pedagógicos, além de aumentar a demanda nas cidades industrializadas.

De 1960 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, o ensino primário era obrigatório para todos dos sete aos quatorze anos, entretanto, segundo dados trazidos por CUNHA (1980), a evasão escolar continha números alarmantes,

mostrando que muitos dos matriculados aos 7 anos, já não se matriculavam no ano posterior, e essa evasão aumentava a cada ano da escolarização, até chegar à conclusão de que pouquíssimos dos matriculados no ensino primário chegavam sequer ao ensino superior, sendo este último, alcançado em sua maioria por estudantes oriundos das classes mais altas.

As razões para a evasão vão desde a falta de fiscalização do poder público sobre a frequência na escola, como também a ingerência governamental no que tange a competência para garantir o acesso à escolarização para todos e de forma igualitária. Além das razões atribuídas ao Estado, vale ressaltar também que muitos destes alunos que ingressavam na escola aos sete anos ou mais, sofriam não só pela sensação de inadequação ao ambiente escolar elitista, como também, muitas vezes não conseguiam vaga para matrícula na série seguinte.

A ampliação das vagas e a permanência dos alunos na escola foi algo que demorou a ser conquistado e ainda não ocorreu por completo. O acesso à escolarização prometido pela classe governante e dominante não tinha como objetivo a universalização em sua totalidade. Mesmo após a criação da Lei de Diretrizes e Bases que ampliou o sistema educacional, o país ainda sofre com a evasão, falta de vagas e dificuldades na oferta de educação escolar. O objetivo da narrativa em favor de uma escolarização para todos, era mascarar o real motivo do enriquecimento absoluto da classe dominante ao passo que a classe trabalhadora não conseguia alcançar o suficiente para sobreviver, mesmo que trabalhassem incessantemente.

Escolas técnicas e ensinos profissionalizantes foram criados para prover uma educação que segundo seus propositores, promoveriam um nivelamento entre as desigualdades de acesso à educação e as boas oportunidades de emprego, mas outros fatores ainda eram impeditivos desta conquista, e falaremos disso mais adiante.

Como Marilena Chauí (2008, p. 3) afirmou, “a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes”,

A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato

de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. (Ibidem, p. 3)

Considerando essas afirmações, a escolarização “para todos”, não só não era para todos, como seu objetivo final, que era a oportunidade de a classe trabalhadora alcançar melhores cargos e salários, reduzindo assim a desigualdade, também fazem parte do ocultamento do real explicado pela autora. Cunha (1980), traz uma informação bastante relevante e que corrobora com a contradição da ideia de superação da desigualdade através da educação. O autor, em sua investigação sobre os motivos da educação e escolarização desigual, aponta a fome, como uma das principais causas da dificuldade de aquisição do conhecimento e do desenvolvimento humano e social da classe mais pobre, como no trecho a seguir:

A situação de fome determina que o desempenho escolar das crianças da classe trabalhadora seja muito baixo, comparativamente ao das crianças das camadas médias e da classe dominante. Desta maneira, a escola pode excluir aquelas crianças de um modo “legítimo”, sem que o seu papel discriminador apareça. (CUNHA, 1980, p. 222)

Portanto, além da dificuldade de acesso em zonas rurais por falta de acessibilidade, em zonas urbanas por falta de vagas, desenvolvimento físico, psíquico e social em razão da fome, temos também a precarização não só em termos de infraestrutura, como também em termos de recursos pedagógicos, como professores, que muitas vezes não tinham formação pedagógica necessária e precisavam escolarizar turmas mistas (com alunos de várias idades). Sobre isso, Cunha (1980) diz:

É comum imaginar-se que os mecanismos de discriminação existentes no sistema educacional são conjunturais, acessórios, produtos de carências momentâneas: falta de recursos para construir mais escolas, para treinar mais professores, para melhorar a qualidade do pessoal docente, para melhorar o material didático, para dar bolsas de estudos e, finalmente, para escolarizar mais cedo as crianças da classe trabalhadora, a fim de diminuir os efeitos danosos da educação familiar “insuficiente”. (CUNHA, 1980, p. 58-59)

Mas se esses deveriam ser os passos a serem dados para a superação da desigualdade, por que essas ações ficam apenas como paliativas e não solucionadoras de fato? Cunha (1980, p. 168) responde que “o sistema escolar desempenha a dupla função de discriminar e de dissimular essa discriminação”, e continua:

A discriminação se faz pela exclusão de certas classes sociais do sistema escolar (TIPO I), pela destinação de “partes” distintas do sistema escolar, com ensino de conteúdo específico para cada classe (TIPO II) ou, então, através de um sistema educacional unificado e homogêneo, mas de distintos padrões de qualidade conforme as classes sociais que frequentam cada escola ou cada grupo de escolas (TIPO III). Esta última forma é a que permite o exercício da função de discriminação social de forma mais eficaz justamente porque a dissimula mais; as diferenças de escolaridade entre as crianças e jovens das diversas classes passa a ser explicada por razões individuais como “falta de habilidade”, falta de “potencialidade inata”, falta de motivação, etc. (CUNHA, 1980, p. 168)

Sendo assim, a ideologia, faz com que as pessoas não se questionem acerca das causas das desigualdades sociais por acreditarem que essa é uma realidade natural. Não se oferta uma educação digna para todos, pois uma população que receba uma educação tão eficaz quanto os filhos da classe dominante, podem causar estremecimentos na base ideológica tão bem construída para o convencimento social. Como afirmou CHAÚÍ (2008):

O papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. (CHAÚÍ, 2008, p. 93)

Conhecido o mecanismo de convencimento utilizado pela classe dominante, que é a ideologia, explicando o porquê das tentativas de dissimular a realidade de exploração e desigualdade propositais para a manutenção da expansão do capital e do poder, traremos então a trajetória que permeou o início do século XXI, com a ascensão de um político de centro-esquerda, e as políticas educacionais daí decorrentes, que serviram não só para suscitar um levante liberal e de contenção, como também, conservador e persecutório.

1.4 O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) e suas políticas educacionais: o estopim dos movimentos de direita

Com altos índices de pobreza e desigualdade social, Fernando Henrique Cardoso cumpriu seus dois mandatos e Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência em 2003. Era a terceira eleição que o então presidente concorria, tendo ganhado de José Serra (PSDB).

Para compreendermos como se iniciou o processo do levante conservador e liberalizante da educação que se mostrou mais forte a partir do ano de 2014, é preciso reconstruir o cenário que representou os anos de, 2013 até à 2022 período que ocorreram reviravoltas em todos os âmbitos do país, trazendo insegurança, polarização social e política, e diversas tentativas de retrocessos, tendo alguns, resultado em sucesso. De fato se explicitou a luta de classes.

A partir dessas manifestações que atingiram todos os setores sociais devido a uma grande adesão da população, manipulada pela direita, veio à tona os impactos a crise do capital internacional, e a crise social como um todo se pôs em evidência, principalmente devido a dois fatores que foram cruciais daquele período: a pretensão da direita em assumir as próximas eleições no qual o argumento corrente deles era o de que o Partido dos Trabalhadores ocupava a presidência por um tempo muito longo e os escândalos de corrupção que envolvia toda a cúpula do governo e empresas privadas. Além disso, havia também uma incapacidade em observar as necessidades das classes baixas, e o avanço das ideias da extrema direita.

Vale ressaltar que o presidente eleito tinha uma longa trajetória como metalúrgico e líder sindical, acostumado a discursar em favor de greves e lutas pelos direitos dos trabalhadores. Agradava um grande público da população marginalizada há anos, pelos antigos governos e que ansiavam por um governante que lhes oferecesse a chance de uma vida digna. Como afirmou Eliane Brum (2019, p. 13) parafraseando Nicolau Sevcenko (1952-2014) “há coisas que não devemos nos perguntar o que farão por nós, elas já fizeram. Este é o caso da eleição de um trabalhador braçal para a história do país”, e, ainda:

Essa marca jamais pode ser esquecida, tanto por justiça histórica como pelo seu impacto nos acontecimentos que se seguiram. A mudança que Lula propõe como governante, porém, é a inclusão no mundo como ele está dado, não a confrontação da ordem do mundo. Essa proposta está muito longe da construção de um modelo próprio para o Brasil a partir das experiências de diversidade de um país marcado pela pluralidade – Brasil -, como foi a proposta de movimentos culturais ao longo da história e, também, o sonho de parte dos intelectuais que apoiaram o PT em seu início. (BRUM, 2019, p. 13)

Ao mesmo tempo em que grande parte se sentia esperançosa com o novo governo, a outra parte formada por parte das camadas médias e a burguesia

composta pelos donos do capital enxergavam problemas nas intenções de transferência de renda e das arrecadações para o sistema de seguridade social.

Demonstra-se as motivações que levaram as forças reacionárias e burguesas a tentar obter o controle das principais instituições que compõem a sociedade. O intuito de inserir nelas sua ideologia dominante e garantir a manutenção de seu poder, proteção e expansão do seu capital. Pois, na medida em que o presidente transfere recursos que antes seriam destinados aos interesses privados, para interesses públicos e sociais, cria-se um mal-estar entre os detentores do capital e os “donos” do mercado que lucram com a expansão, acumulação, concentração e centralização do capital.

É a partir desta contextualização, que poderemos exemplificar como o Escola Sem Partido surgiu como um movimento que eclodiu em um momento de crise democrática como a de 2013, que foi o pontapé inicial para todos os acontecimentos conturbados que viriam nos próximos anos.

A ressonância internacional de Lula, que se tornou pop no mundo da “primeira classe”, se deveu à mágica de reduzir a pobreza sem tocar na renda dos mais ricos. Os ricos ficaram ainda mais ricos, os bancos tiveram lucros recordes (alcançando R\$280 bilhões nos oito anos de mandato), fato de que Lula não se cansava de se orgulhar. E mais gente passou a fazer três refeições por dia, o que não é um dado qualquer num país como o Brasil, muito menos numa vida humana. Entre 2002 e 2010, 24 milhões de pessoas passaram a ter TV, 31,6 milhões tiveram acesso a geladeira e outras 31,5 milhões instalaram uma máquina de lavar roupa. No final do governo Lula, segundo o instituto Data Popular, a classe C era a maior consumidora de eletrodomésticos e eletrônicos do país como 45% dos gastos, contra 37% dos mais ricos (classe A e B). (BRUM, 2019, p. 13)

Essa política de bem-estar implantada pelo governo petista, promoveu diversos avanços nos setores sociais, como por exemplo a criação de dezoito universidades federais e trinta e oito institutos federais, a distribuição do Bolsa Família que incorporou o Programa Fome Zero, favoreceu a aquisição de imóvel por pessoas de rendas mais baixas através do Programa Minha Casa, Minha Vida, concedia aumento real do salário mínimo, criou o Prouni (Programa Universidade para Todos) e também o SISU (Sistema de Seleção Unificada), sendo estes últimos responsáveis pelo ingresso de muitas pessoas que não teriam condições de cursar uma universidade.

Ações de proteção às comunidades indígenas como demarcação de terras e fiscalizações também foram realizadas, bem como o acesso à educação por parte dos moradores de quilombos de acampamentos assentamentos também foram observados, resultando em políticas educacionais direcionadas a essa pluralidade que compõe o Brasil. Outras conquistas notórias em relação à pluralidade, foram as leis e políticas de proteção aos direitos LGBTQIA+ e às mulheres, como por exemplo a criação da Lei Maria da Penha, além da criminalização do racismo e da intolerância religiosa.

Essa retomada histórica dos governos petistas deve ser feita porque foram justamente as conquistas progressistas e sociais, unidas as acusações de corrupção apontadas para integrantes do PT, que despertaram conservadores e liberais para a luta pela derrubada da “esquerda” no governo.

O descontentamento geral com a política nacional não é um acontecimento atual, tendo em vista que o Brasil passou por vinte e um anos de ditadura militar, e enquanto ainda comemorava a promulgação da Constituição, teve sua poupança confiscada e o então presidente destituído do cargo. Em seguida, Fernando Henrique Cardoso com sua política neoliberal elevou as taxas de miséria no Brasil, favorecendo a eleição de Lula com seu discurso populista. Se por um lado grande parte da direita brasileira enfrentava com desconfiança um presidente dito de esquerda, por outro, a classe que esteve marginalizada por anos acreditava em novas oportunidades de crescimento.

No entanto, os acontecimentos que sucederam, colocaram em dúvida a idoneidade do governo, como o autor ALMEIDA (2019, p. 188) afirmou “foi a perda da bandeira da ética pelo campo político à esquerda, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (pt)”, e, ainda:

O discurso dos setores à esquerda sobre ética na política — que já se encontrava sob suspeita em alguns governos estaduais e municipais anteriores às eleições de 2002 — começou a ser demolido de maneira consistente ainda durante o primeiro governo Lula (2003-06), em torno do escândalo do Mensalão, cujo julgamento, em 2011 e 2012, foi sucedido por outro escândalo de corrupção na Petrobras (o Petrolão). Tudo isso aprofundou o descrédito dos políticos e da política (à esquerda, ao centro e à direita) a ponto de gerar em parte da população nas duas últimas eleições o desejo por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrárias a ele. (ALMEIDA, 2019, p. 188)

Com a análise acima do contexto histórico, político e econômico que propiciou um ambiente favorável para o surgimento e crescimento do Movimento Escola Sem Partido, sendo este, parte das ideias reacionárias, liberais e conservadoras, se tentou implantar com afinco nos últimos anos, pois “uma ruptura política, contudo, dificilmente ocorre a partir de um fato histórico isolado, mas em articulação com eventos anteriores e posteriores que ampliaram e aprofundaram a rachadura”. (ALMEIDA, 2019, p. 195)

Além dos motivos aqui elencados que iniciaram o processo de “fissura” na credibilidade do governo, é pertinente citar também as disputas que ocorreram em razão da construção da Usina de Belo Monte, e os gastos para sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas Mundiais em 2016, o que gerou uma descrença alimentada pela mídia na população, pelos gastos estratosféricos, que já vinha deixando de acreditar na honestidade do governo, e agora se sentia negligenciada.

Em 2013, ainda durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, havia questões pontuais em relação à economia, muitas devido à crise de 2008 que atingiu o Brasil nesse governo. No entanto, o fato que marcou o início da queda do Partido dos Trabalhadores começaria em Junho de 2013, quando manifestações começaram a surgir por todo o país, tendo como motivação o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo.

No entanto, um ano e meio depois, em 2014, os resultados das urnas indicaram o deslocamento do eleitorado para a direita no Congresso Nacional, o que se aprofundou nas eleições de 2016, tanto nos executivos como nos legislativos municipais. No mesmo movimento, em 2018, o discurso político vencedor foi construído em oposição à velha política ou ao pemedebismo, nos termos de Nobre, em 2013. Entretanto, diferentemente de suas expectativas naquele momento, a resultante do processo político apontou para a (extrema) direita. (ALMEIDA, 2019, 194-195)

Em 2014, com o surgimento da Lava Jato, o movimento de politização do jurídico, que antes se manifestava fora do foco mediático, começou a ganhar força, e a cada nova acusação criminosa associada ao Partido dos Trabalhadores, elegeu pela segunda vez a presidenta Dilma Rousseff. Deste ano em diante, se intensificou gradualmente as polarizações, surgindo dois grupos contrários. O primeiro, formado por cristãos (evangélicos e neopentecostais em sua maioria), liberais, e outros indivíduos cooptados pela aversão à crescente criminalidade das conquistas feministas e LGBTQIA+. O segundo grupo, é formado por pessoas que defendem as

chamadas “minorias”, em favor da igualdade de gênero, da diversidade e pluralidade, além, é claro, das pessoas partidárias aos partidos de esquerda. Este primeiro grupo, foi, e ainda é chamado de “cidadão de bem” pelo setor conservador de direita, resultando no julgamento do outro grupo como sendo seu oposto, fato esse que será melhor explicado no próximo capítulo.

Sobre a Lava-Jato e sua parcialidade na investigação de políticos, ALMEIDA (2019, p. 189) parafraseando (Mendes, 2019), nos revela que havia um “descompasso entre os ministros do stf e os juízes de primeira instância associados a procuradores públicos”, além de um “protagonismo político e midiático” por parte da Procuradoria Geral da República, Ministério Público e Polícia Federal (ibidem, p. 189). Essa investigação, que teve como representante o ex-juiz Sérgio Moro, foi uma das principais responsáveis pela desmoralização coordenada do partido petista, servindo de pano de fundo para os ataques coordenados que aconteciam em paralelo a este acontecimento.

Tendo isto em vista todos estes acontecimentos, coordenados por interesses diversos, efetivou-se o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e posteriormente, uma sucessão de acontecimentos que trouxeram à tona a onda liberalista e conservadora que crescia em âmbito político, econômico e social. Nas palavras de Almeida:

Tenho em mente os eventos críticos pontuais que causaram momentos de alta instabilidade nos últimos anos, como: as delações premiadas contra políticos e empresários; as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; o impeachment de Dilma Rousseff; o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (tse) da chapa Dilma-Temer; os dois pedidos de impeachment contra Michel Temer; a intervenção federal no Rio de Janeiro com as Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (psol-rj), e de seu motorista Anderson Gomes; a prisão de Lula; o locaute dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; entre outros. Tudo tem se passado como se estivéssemos em um mesmo processo social que se desdobrou em duas grandes coordenadas: na horizontal, o movimento de perda de legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade. Duas dimensões ortogonais do mesmo processo, cuja temporalidade é caracterizada pela percepção coletiva de insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas. (ALMEIDA, 2019, p. 192)

Neste cenário, a política brasileira estava sob suspeição, assim como as mídias, que acabaram perdendo o protagonismo e o papel de noticiar com ética e verdade, para a grande indústria de Fake News (notícias falsas), que não só levou as novas – velhas – narrativas a todos que possuíam um aparelho de celular, como também influenciou até mesmo nas eleições, tema que se discutirá à frente, e que mesmo não sendo o objeto dessa pesquisa, é preciso ser explicitado pela sua ligação direta com a estratégia de desmoralização da educação pública.

Na prática, formou-se no Brasil uma triangulação entre aparelho repressivo, mídia e fábricas de fake news. Informações contrárias a Lula e ao PT eram vazadas por policiais, procuradores ou juízes e repercutidas com alarde no noticiário; ou, então, a informação, apresentada como um furo de reportagem, motivava uma investigação da polícia ou do ministério público. Isso criava o clima de opinião propício para que organizações da extrema-direita produzissem seu próprio material – versões exageradas das notícias iniciais ou simples mistificações –, ancoradas na credibilidade original dos funcionários públicos e do jornalismo profissional. A mídia gerava, portanto, o ambiente para que as fake news prosperassem. Sem a reiterada afirmação de que Lula era o chefe e o PT, uma quadrilha criminosa, as histórias sobre seus filhos serem proprietários de grandes empresas ou ele possuir contas bilionárias no exterior teriam mais dificuldade para se propagar. (MIGUEL, 2019, p. 52)

Contextualizada a tentativa de derrocada do Partido dos Trabalhadores e em paralelo o crescimento da extrema-direita, no próximo título trataremos o papel das Fake News e do jornalismo durante o início da polarização entre a esquerda e a direita, e como ela contribuiu para espalhar o medo e a perseguição aos professores devido ao Movimento Escola Sem Partido e suas acusações, que veiculavam justamente por estes artifícios mencionados nesta pesquisa.

1.5 Fake news e a crise no jornalismo: a ferramenta que auxiliou na amplificação das notícias falsas

Se pensarmos nos meios pelos quais adquiriríamos informações há duas décadas atrás, já teremos um cenário completamente diferente do que temos hoje. Os sinais de rádio evoluíram para sinais de TV, que evoluíram para sinais de telefones, computadores e celulares, garantindo hoje que se não todos, a maioria das pessoas do mundo estejam conectadas à internet e recebendo informações o tempo todo.

Essas informações são capazes de trazer conhecimentos benéficos a todos, como também pode se tornar uma arma nas mãos de pessoas com más intenções. Mas o ponto que quero tratar aqui não é esse, e sim, o quanto as novas tecnologias afetaram o ramo jornalístico, não só em âmbito financeiro e de alcance, mas como também na credibilidade. Como afirma o autor:

As novas tecnologias da informação colocam em xeque todo este edifício, gerando um conjunto de desafios que o campo jornalístico tenta enfrentar. O desafio mais evidente toma a forma de uma crise de financiamento, que compromete a reprodução de suas práticas profissionais atuais. As novas plataformas da internet favorecem a circulação de informação grátis – e, mais do que isso, desconectada da publicidade comercial que, nos veículos que não cobravam diretamente dos consumidores, como rádio ou TV aberta, viria colada ao acesso à informação. Apesar dos gigantescos esforços das empresas, a propaganda online se mostra menos eficaz, seja porque é eliminada nos múltiplos compartilhamentos da informação, seja porque existem ferramentas para fugir dela, seja ainda porque enfrenta a resistência dos usuários que a veem como imposições que prejudicam a fruição dos conteúdos que desejam acessar. Ao mesmo tempo, um novo modelo de negócios, mais enxuto, compete por um lugar ao sol tendo como recompensa a remuneração que o Facebook ou o Youtube dão aos geradores de tráfego. Neste caso, a verba publicitária é destinada às plataformas, que transferem apenas uma fração aos produtores de conteúdo. Para que a conta feche, é necessário combinar um grande potencial para chamar a atenção do público (sensacionalismo) com um baixo custo de produção (amadorismo). (MIGUEL, 2019, p. 49)

A indústria jornalística então vem enfrentando o aumento da competitividade ao nível de tráfego da internet, precisando competir com as redes sociais gratuitas e de fácil utilização, como o Facebook e Whatsapp, além do Youtube, que monetiza de acordo com o número de visualizações obtidas, ou seja, muitos conteúdos “caça-cliques” obtém grande alcance, e muitas vezes estes conteúdos sequer cumprem com a verdade.

E o ponto que queremos destacar aqui, é que o principal público que se engajou nas mídias paralelas, como as das redes sociais, foram a extrema direita conservadora e junto dela, as pessoas convencidas por eles de que a mídia oficial, os canais de televisão, revistas e jornais sérios, não mereciam credibilidade por estarem supostamente beneficiando a esquerda com suas informações.

Essa desconfiança por parte da direita é explicada pelo autor no seguinte trecho:

(...) O antipetismo militante dos meios de comunicação empresariais brasileiros, manifesto desde que o PT se tornou uma força política

relevante e já amplamente descrito na literatura acadêmica (MIGUEL, 2002; RUBIM, 2004; LIMA, 2007), é um obstáculo permanente à manutenção mesmo de uma fachada de observância aos valores profissionais canônicos de objetividade, imparcialidade e neutralidade. Alguns veículos optaram por se despir de toda esta deontologia, apostando na coincidência de perspectivas sociais e preconceitos com o público como forma de manter sua confiança e levando ao extremo o processo de “objetivação de padrões morais” (ETTEMA; GLASSER, 1998, p. 71; ênfase retirada), isto é, de transformação de julgamentos em fatos – a revista *Veja* é o exemplo mais reluzente. Outros, porém, permaneceram se equilibrando na corda bamba, entre antipetismo e “imparcialidade jornalística”. Os processos paralelos de preparação do golpe de 2016 e de perseguição judicial contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva agravaram esta tensão. (MIGUEL, 2019, p. 51)

Ou seja, na visão do autor, os meios de informação tentavam acompanhar o fluxo de notícias que mais engajavam a população, obtendo assim uma certa responsabilidade dos meios jornalísticos na onda de fake News que tomou conta do Brasil. Os meios jornalísticos, mesmo os que admitiam parcialidade e saíam em defesa da extrema-direita, acabaram por ser substituídos pelos aplicativos de redes sociais com alto fluxo de informações, sendo muitas delas falseadas ou manipuladas.

Os jornais que continuavam a trabalhar com notícias que apontavam questões positivas da esquerda ou questões negativas da direita, fez com que essas mídias fossem deixadas de lado, fazendo com que seus leitores adotassem outras vias de informação. Este movimento de migração das grandes massas populares para outros meios de informações geraram a formação de grupos, ou bolhas, em que se agrupavam pessoas com ideias em comum e onde dentro destes grupos, ideias partidárias eram inculcadas, sem que fossem de fato percebidas, mas que eram absorvidas e assumidas pelos participantes como suas próprias ideias, movimento este que utilizou o Escola Sem Partido para seus objetivos.

O autor Gonçalves (2021, p. 17), analisou que “O “senso comum” ou crenças compartilhadas fazem parte da vida humana e funcionam como mecanismos de identificação moral de um grupo”, portanto, forma uma “ligação cultural entre seus integrantes por meio de suas concepções morais do que é justo/injusto, certo/errado, pertinente/impertinente, etc.” Neste sentido, há uma identificação por parte do participante do grupo com o que é compartilhado na mídia social, tornando as redes

sociais “um ambiente estimulante do recrudescimento de “bolhas”, ou, mais adequadamente, de tribos morais.”

Para explicar como isso acontece, Gonçalves (2021, p. 17) parafraseando (D’ANCONA, 2018, p. 55), aponta que a causa é devida aos “algoritmos (instruções computacionais de repetição programada) nos oferecerem conteúdos que já temos predisposição a gostar de acordo com a nossa atividade na internet”. A consequência deste processo é o fato de que “tendemos a nos aproximar de temas, produtos e pessoas semelhantes aos nossos gostos, intensificando a formação de tribos morais na web com suas doxas – pressupostos culturalmente estabelecidos entendidos enquanto “verdades” ou valores “autoevidentes”.” (GONÇALVES, 2021, p. 17 apud. AMOSSY, 2018, p. 112)

Na verdade, o instrumento tecnológico foi usado preferencialmente para deslegitimar adversários, aumentando-lhes a rejeição. O principal efeito, que ainda precisa ser mais bem investigado, foi colocar em suspeição as informações dos grandes meios de comunicação e dar crédito às informações vindas das redes fechadas e ancoradas em relações de confiança e proximidade. Sobreposta aos vínculos pelos quais se propagam mais eficazmente rumores e fofocas, a comunicação via WhatsApp valeu-se de fake news, termo em inglês rapidamente popularizado em todos os diferentes estratos sociais, para desconstruir adversários ou gerar dúvidas sobre eles. (ALMEIDA, 2019, p. 190-191)

Partindo desta premissa, sabe-se então que foram utilizadas estratégias de alcance de informação para atingir as massas e convencê-las, naquele momento, de que o governo petista havia trazido não apenas danos econômicos ao Brasil, mas também danos à moralidade, como aumento da violência, desrespeito às famílias em razão dos direitos LGBTQIA+, da defesa da igualdade de gênero e do combate ao racismo, e finalmente, que havia uma infiltração de esquerda nas escolas públicas brasileiras cuja intenção era desvirtuar alunos e transformar seus valores em valores de esquerda.

Esta narrativa foi utilizada por muitos candidatos de lideranças políticas nos períodos eleitorais a partir de 2014, mas quem se destacou na abordagem desta temática foi o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), que ampliou significativamente sua popularidade ao apresentar o falso “kit gay”, que segundo ele, era distribuído pelo Ministério da Educação em todas as escolas do Brasil.

(...) Porém, sem dúvida, o uso das redes sociais na campanha de Bolsonaro destoava das demais pela intensidade, pelas inversões de sentido e pela divulgação de falsas notícias, a exemplo da suposta

distribuição do chamado kit gay em escolas públicas por Fernando Haddad quando ministro da Educação do governo Dilma. Durante o primeiro turno, a campanha de Bolsonaro chegou a ser condenada pelo tse. (ALMEIDA, 2019, p. 203)

Gonçalves (2021, p. 113), ao trazer falas do próprio Bolsonaro, em que ele atribui “noções de “vagabundagem” e “vulgaridade” aos movimentos de esquerda, ele busca se associar a valores socialmente compartilhados que lhe autoriza a desmoralizar tais movimentos”, mas acrescentamos que não só desmoraliza os movimentos, como também os reduz, porque recorta pontos e os distorcem para objetivos próprios de convencimento, que no caso de Bolsonaro, é se posicionar ao lado dos “valores cristãos heteronormativos de gênero e o valor positivo dado ao trabalho”.

Para complementar sua argumentação, Bolsonaro discursivamente transforma estes valores sob o signo de “Brasil”. Ou seja, aqueles que se opõem aos valores cristãos (principalmente da família heteronormativa), à honestidade, ao mérito individual fundado no trabalho e às leis de Estado, estão “contra” o Brasil. (GONÇALVES, 2021, p. 113)

O trecho supracitado deixa explícita a divisão social que se pretendeu formar, e ainda, a marginalização de quem não concordava com todos os discursos ali proferidos, como nas palavras do próprio ex-presidente em questão:

[...] não é “nós contra eles”, é o Brasil contra o regime cubano, venezuelano; contra esse pessoal que roubou o Brasil até não querer mais; esse pessoal que ignorou a família; esse pessoal que tentou botar ideologia de gênero em sala de aula; esse pessoal que fez com que a violência crescesse no Brasil. (GONÇALVES, 2021, p. 113 apud. BOLSONARO, 2018)

Consolidou-se a partir destas estratégias aplicadas não só pelo ex-presidente Bolsonaro, como por outros candidatos e políticos conservadores e de direita, um clima de acusações e pânico, tanto da parte da direita que acreditava nas informações falseadas recebidas por seus líderes, como também por parte da esquerda, cuja militância foi mitigada e considerada subversiva, como nos mostra o autor no trecho a seguir:

Nas redes digitais, os bolsonaristas divulgaram memes contrapondo às cenas de tortura as de fetos abortados, como forma de neutralizar a investida também moral dos progressistas. Associado a essa linha de discurso, Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, por outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível às questões

relativas ao corpo e aos comportamentos. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. É contra o aborto e as causas lgbt. Combateu a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. “O pt é uma ameaça, um perigo”, ouviu-se dos que votaram em Bolsonaro, principalmente entre os evangélicos. (ALMEIDA, 2019, p. 205)

As narrativas de convencimento, apontadas principalmente por Marilena Chauí, Althusser e Luiz Antônio Cunha, são as já citadas “dissimulações” do real, ou seja, narrativas ideológicas, que servem a um objetivo final, e no caso da educação e das acusações de que há uma estratégia de escolarização para deturpação dos valores morais, o objetivo é retomar a maior parte do controle do ensino, seja através do currículo e grades curriculares, como por exemplo os já implantados: Reforma do Ensino Médio e a Nova Base Nacional Comum Curricular.

É por este motivo que a pesquisa que aqui se desenvolve busca elucidar as razões de existir do Movimento Escola Sem Partido, pois, conforme explicitado acima, a escola assume objetivos diferentes a depender da classe que a frequenta, sendo assim, a escola pública, frequentada pela classe trabalhadora, deve cumprir o papel social de formar sujeitos que aceitem o modo de vida capitalista e que a ele sejam úteis.

Pode se dizer, portanto, que o mecanismo das *Fake News* utilizado pelos liberais e principalmente pelos candidatos políticos foi estratégico e obteve sucesso em sua maior parte. Atualmente, muitas pessoas não sabem diferenciar uma notícia verdadeira de uma falsa, algumas também não sabem verificar a veracidade, e a maioria continua sustentando que as mídias jornalísticas que trazem manchetes negativas sobre a direita não são verdadeiras. Ou seja, essa era a situação almejada, e que foi conquistada.

Na instituição escolar, existem muitos professores que também acabaram por ser cooptados para esse grupo de incrédulos sobre as notícias que afrontam a direita e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Isso traz dois pontos: o primeiro, é o de que até mesmo os professores – que deveriam ser os primeiros a questionar fontes e dados de informação – foram levados a acreditar em notícias falsas, e o segundo, desmente que a classe docente seja parte da “esquerda manipuladora”, tendo em vista que muitos professores não se identificam com a esquerda.

Esses pontos, principalmente o segundo, não são desconhecidos pelos propositores da Escola Sem Partido, ou seja, essa informação é de conhecimento da direita. Portanto, não se trata de haver uma ameaça “esquerdista” na escola, e sim, como já havíamos afirmado desde o início, há a tentativa de obter o controle total da escola e do que é ensinado nela.

1.6 A escola que se deseja segundo o Movimento Escola Sem Partido e seus defensores liberais

A escola que se pretende, segundo os objetivos liberais, é aquela pautada pela meritocracia, ou seja, “o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa”. Além disso, são reforçados os conteúdos desconexos com a realidade do alunado, com vistas a repetição, memorização, solução de problemas, disciplina, formadora de valores de comportamento, e “produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas”, ou seja, se requer alunos condicionados as funções que irão executar e subordinados.

Podemos perceber que a educação se volta para a formação de um indivíduo apto para executar funções no mercado de trabalho, que saiba resolver problemas, e que enfatiza a responsabilização do indivíduo sobre sua realização social, ressaltando a ideia meritocrática do capitalismo. E, ainda, naturaliza o ensino mecânico e repetitivo, característica que não coincide com a formação do pensamento crítico e elaborado.

O que está em disputa, portanto, “é mais que a socialização do conhecimento e dos valores, trata da disputa sobre seu sentido na sociedade capitalista: a busca de sua afirmação e reprodução ou mediação crítica em sua superação” (FRIGOTTO, 2018, p.18). Ou seja, há uma disputa de classes pelo ensino escolar, abrangendo a construção de currículos para a formação dos alunos e de professores, e determinando o que deverá e o que não deverá ser ensinado na escola. Neste sentido, Frigotto (2018, p.19) traz novamente a visão de Durkheim e de Marx a respeito da função da escola:

Para ambos, a escola tem um papel científico. E é no antagonismo do sentido da cientificidade do conhecimento que se expressa o caráter inequívoco da função política da instituição escolar. No caso de Durkheim, a ciência funcional à reprodução capitalista numa perspectiva integradora, ainda que desigual. Para Marx, uma ciência que historicize a realidade e, como tal, desvele as relações de

desigualdade e exploração do sistema capitalista. A ciência dos seres humanos (da história e da natureza) como mediação fecunda contra todas as formas de alienação.

Sendo assim, fazer uma revisão dos pontos de vista de quem defende uma escola que sirva aos ideais liberais e de quem defende uma escola crítica, democrática e plural, nos serve para entender como o movimento Escola Sem Partido se constituiu e qual modelo social e econômico se pretende atingir, revelando assim o ideal de sociedade almejado por ele.

Os defensores do Movimento Escola Sem Partido, que acreditam que existe uma doutrinação marxista nas escolas devido à exposição das desigualdades e exploração do sistema capitalista, acabam por elaborar uma “doutrina da doutrinação” (SANTOS e MOTTIN, 2020 p. 298).

Da educação, se espera dos processos educativos um ensino que “centra no indivíduo toda a responsabilidade do seu destino”, a formação deve possuir “qualidade total” (na visão liberal), e “não há mais garantia de emprego, o sujeito tem que se tornar empregável, e tornar-se empregável implica escolher as competências que o mercado reconhece como necessárias aos seus objetivos” (FRIGOTTO, 2018, p. 21).

Neste sentido, os defensores do livre mercado além de requerer o estado mínimo, ou seja, posicionando-se contra as intervenções do Estado e defendendo que ele reduza os investimentos em seguridade social, ainda propõem uma educação escolar que promova a responsabilização dos indivíduos pela sua condição de vida, inculcando nos indivíduos suas ideias meritocráticas e incentivando o empreendedorismo, como se essa fosse a solução para a desigualdade social e ascensão econômica. Essa solução baseada na meritocracia só seria possível se todos tivessem respeitado o direito à dignidade humana, se os indivíduos partissem “do mesmo ponto de partida”, se recebessem a mesma educação de qualidade, e dispusessem das mesmas condições econômicas e de acesso.

Isto não acontece, e mesmo que essa contradição não passe despercebido pela classe dominante, é um fato ignorado justamente por ser o que mantém e reproduz seu sistema de dominação. O movimento escola sem partido surge então para minar ainda mais as chances de se propiciar uma educação que desenvolva o conhecimento de mundo que um aluno necessita para compreender as relações

humanas, sociais, políticas e econômicas de forma a se libertar desta educação tecnicista e homogeneizadora.

E partindo desta premissa de que há uma concepção de mundo voltado para o mercado e para o capital, e outra concepção de mundo de igualdade e respeito à pluralidade, e que ambas se encontram em disputa, que conseguimos compreender o cerne do movimento Escola Sem Partido e à qual concepção de mundo ele pertence, tema que será objeto principal do próximo capítulo.

2. CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ: MAPEAMENTO DS PROJETOS PROTOCOLADOS SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO

O protagonista do Movimento Escola Sem Partido, Miguel Francisco Urbano Nagib, é Procurador do Estado de São Paulo desde 1985 e foi assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1994 a 2002, e se identifica como católico, liberal e conservador.

Neste caso, pensamos ser pertinente lembrar quais são as proibições de um Procurador de Estado, que são:

Artigo 122 - Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, ao Procurador do Estado é vedado:

I - aceitar cargo, emprego ou função pública fora dos casos autorizados em lei;

II - exercer a advocacia fora do âmbito das atribuições institucionais;

III - empregar em qualquer expediente oficial, ou intervenção oral, expressão ou termo incompatíveis com o dever de urbanidade, tal como definido pelo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

IV - valer-se da qualidade de Procurador do Estado para obter qualquer vantagem;

V - exercer o magistério em desacordo com a Constituição Federal, observadas as diretrizes fixadas pelo Procurador Geral e pelo Corregedor Geral. (SÃO PAULO, 2015)

Durante as pesquisas empreendidas sobre Miguel Nagib e o site por ele criado, em nenhum momento encontramos a informação de que ele havia deixado seu cargo de procurador do Estado, sendo assim, levanta-se a dúvida sobre a legalidade de ele como Procurador, em colocar em questão sobre a alegada doutrinação de esquerda nas Escolas, Fornece em seu *site* modelos de projetos de lei, abrindo espaço para exposição de alunos e professores que se sintam “doutrinados” por algum professor ou professora.

Sua trajetória no movimento Esp², como já mencionei anteriormente, se iniciou em 2004, após sua filha lhe contar que seu professor havia comparado Che Guevara³ ao Santo São Francisco de Assis⁴ por ambos terem abandonado tudo em nome de uma ideologia. Interpretou a atitude do professor como uma ação doutrinadora em favor de uma ideia Marxista e de esquerda, ao afirmar que o professor comparou as atitudes do ditador com as do santo.

Insatisfeito com a situação, escreveu uma carta aberta ao professor e ainda distribuiu cerca de trezentas cópias no estacionamento da escola para pais e alunos, atitude que gerou efeito contrário ao esperado, pois além de não receber apoio dos pais aos quais recorreu, a direção da escola defendeu o professor, e alunos manifestaram apoio ao docente através de passeata, além das inúmeras ofensas que o procurador recebeu dos estudantes.

Seu próximo passo então, foi fundar o site Escola Sem Partido, site em que hospedaria suas ideias relativas ao movimento, se inspirando nos movimentos como o *No Indoctrination*⁵, criado nos Estados Unidos, que conta com o apoio de diversos grupos religiosos do país, situação que se repetiu também aqui no Brasil, como mostraremos mais à frente.

Além do movimento *No Indoctrination*, houve outras inspirações para a criação do ESP, como “Creation Studies Institute⁶ (CSI), que também se coloca contrária a uma suposta doutrinação em escolas americanas. O CSI é ligado a grupos cristãos e propaga a teoria criacionista em oposição à evolucionista de

² Utilizaremos a sigla “Esp” para fazer referência ao movimento Escola Sem Partido.

³ Che Guevara (1928 – 1967) foi um revolucionário marxista, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino, atuou como figura importante da Revolução Cubana.

⁴ São Francisco de Assis (1182-1226) foi um religioso italiano, fundador da Ordem dos Franciscanos.

⁵ O No Indoctrination é uma organização de pais cujo objetivo é conectá-los a recursos e informações, bem como a outros pais, alunos e membros da comunidade que desejam ver educação, não doutrinação, nas escolas que pagam.” Disponível em: <https://educationnotindoctrination.com/>

⁶ O Create Studies Institute, é uma organização religiosa que acredita ser a teoria da evolução uma mentira e que esta se tornou uma “pedra de tropeço para muitos em seu caminho para a salvação”, por isso, seu objetivo é “remover essa pedra de tropeço ensinando a verdade de que Deus é nosso Criador, que fomos feitos à Sua imagem e que por Ele e por Ele todas as coisas foram feitas.” E, acrescentam que “nossa visão e objetivo principal é disseminar informações que apoiem as origens do homem e do universo, conforme declarado na interpretação literal do relato de Gênesis, equipando os cristãos, o público em geral e a comunidade científica por meio de programas educacionais exemplares, emocionantes expedições de campo da criação, oficinas práticas de criação, seminários e um centro e museu interativo de ciências da criação no campus. Disponível em: <https://creationstudies.org/about-us/history-mission/>

Darwin.”. O instituto americano não se restringiu ao seu país, como também “O CSI já possui até uma filial na América Latina, especificamente na Colômbia, e se dedica à propagação do criacionismo bíblico e à venda de serviços de homeschooling”. (FRIGOTTO, 2018, p. 38)

Além da clara tendência anti esquerda, da defesa do conservadorismo e do liberalismo, Miguel Nagib também possuía ligações com o Instituto Millenium, fundado em 2005, chamado anteriormente de Instituto da Realidade Nacional, e segundo seus idealizadores ele é “reconhecido como uma entidade que defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento do país”. (INSTITUTO MILLENIUM, s/a)

O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária. Com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito. (Ibidem, s/a)

Segundo a análise realizada por Espinosa e Queiroz (2017), Frigotto (2018, p.38-39) mostra que a este respeito, elas revelaram “ligações da organização com entidades que propagam pensamento liberal, como o Instituto Millenium, do qual Miguel Nagib foi colaborador por determinado período”, e que isso faria entender o porquê da oposição “da ESP aos professores críticos do sistema econômico capitalista”.

[...] E quais são os valores do Millenium? Propriedade privada, responsabilidade individual e meritocracia. Esta análise comparativa e para além da aparência do discurso propagado, permite notar que por trás de um discurso de neutralidade, valores liberais e conservadores são mobilizados, ou seja, é necessário um esforço aprofundado e pleno de mediações para captar a essencialidade do caráter político dessa proposta. (FRIGOTTO, 2018, p.38-39)

Para compreender melhor a ligação do fundador do ESP com o Instituto Millenium e sua relação ideológica com a política, a economia e a educação, elaboramos uma busca em seu site e o que encontramos explicita com clareza os ideais de Estado e Economia que defendem, como por exemplo, este fragmento retirado de uma matéria da página aqui referida:

“Como a gente vai fazer essa revisão dos gastos obrigatórios? Uma parcela foi feita com a reforma da previdência, agora a reforma administrativa é importante. Mas, fora isso, precisamos rever todos

os outros gastos obrigatórios. Tem vários programas sociais que o Brasil já possui que precisam ser revistos. Podemos melhorar a eficiência e a qualidade dos gastos, sem gerar um aumento no gasto. Precisamos focar mais na qualidade do que na quantidade daqui pra frente”, finalizou. (INSTITUTO MILLENIUM, SROUR, 2020)

Essa citação acima revela o caráter dos ideais neoliberais que é a redução com gastos públicos, eficácia em seus gastos e promovendo uma “qualidade” de mercado, que se expressa por financiamentos limitados às várias áreas, com destinações específicas, como no caso da educação, que é a formação para a mão de obra produtiva, e não para a formação integral e humanista, pois isso demandaria gastos considerados por eles como desnecessários, e nas entrelinhas, trariam prejuízos aos objetivos da sociedade neoliberal.

Em um dos textos encontrados no site, depara-se com um que fala especificamente da educação e democracia, e que se posicionam em defesa as ideias defendidas por Nagib e pelo liberalismo:

Educar para a democracia é ensinar desde cedo o valor da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, do respeito às diferenças, da pluralidade, da tolerância, da empatia, da preservação dos direitos políticos, das liberdades civis, da transparência, do livre acesso à informação e, principalmente, do respeito às liberdades individuais para a construção da cidadania. Passa também por ensinar crianças e adolescentes a participarem da sociedade de forma ética e responsável, promovendo assim o exercício pleno e consciente do direito à liberdade de expressão. (BLANCO, 2020)

Afirmando defender a democracia, a tolerância e o respeito às diferenças na contramão de seu caráter totalitário e hegemônico de pensar a sociedade e a educação, expressando-se com clareza tanto no movimento ESP de Miguel Nagib, quanto em suas atuações políticas e econômicas dentro da sociedade.

Além do disposto acima, é relevante apontar outros textos do site dedicados exclusivamente a fazer críticas ao Partido dos Trabalhadores⁷, e aos movimentos sociais⁸, atribuída por eles como característica do ex-governo petista. Tendo isso em vista, pode-se perceber que o site Instituto Millenium do qual Miguel Nagib fez parte traz inúmeras pistas do pensamento que se deseja difundir na sociedade e principalmente na escola.

⁷ Disponível em: <<https://www.institutomillenium.org.br/lista-pt/>>.

⁸ Disponível em: <<https://www.institutomillenium.org.br/pto-palcio-os-movimentos-sociais/>>

Ao entrar no site Escola Sem Partido atualmente, nos deparamos primeiramente com a mensagem de despedida deixada por Miguel Nagib, ao lado de um vídeo⁹ em que ele explica o porquê de suspender suas atividades no movimento no dia 22 de agosto de 2020.

Segundo Nagib, em sua entrevista, sua saída do movimento se deve a frustração pela falta de apoio de pessoas influentes, políticos, citando até mesmo o presidente Jair Bolsonaro, e o Supremo Tribunal Federal, que julgou como inconstitucionais vários dos projetos apresentados e aprovados em alguns municípios e estados. Além disso, o advogado também expressou sua indignação contra as diversas denúncias de doutrinação que foram arquivadas pela justiça.

Devemos deixar claro que nosso posicionamento neste trabalho é em favor de uma escola democrática e que desenvolva o indivíduo em toda a sua integralidade, pois, “não é possível abrir mão da visibilidade e da transparência do poder”, e só a partir desta transparência é que se efetiva uma educação e participação social democrática. (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.44)

Assim como defendem a democracia no que tange a participação da sociedade nas decisões que lhes interessam, Oliveira e Queiroz (2018, p.33) também apontam que “A democracia prevê a estratégia da livre discussão para a formação de maioria, não negando, assim, a possibilidade de lados opostos colocarem na mesa de debate seus respectivos interesses”, afirmação que coloca em cheque a defesa de uma escola “sem partido” e sem discussões que adentrem temas que incomodam as esferas conservadoras da sociedade, pois “a disputa por formação de hegemonia é algo legítimo e até esperado no Regime democrático – a democracia como processo está aberta à confrontação dialética dos mais distintos” (Ibidem, 2018).

Ainda sobre democracia, é salutar trazer também as contribuições de Rageteles e Galvão (2018, p.3) em que eles afirmam que a democracia “não é um mero instrumento para a escolha de representantes e que seu exercício não se esgota no momento do voto”, pois isso “empobrece” o conceito de democracia, pois

A democracia transcende a esfera procedimental e não se limita meramente a um sistema jurídico, ou seja, a democracia não é somente um conjunto de garantias institucionais. É a luta dos sujeitos

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg>.

por sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora do sistema.
(Ibidem, p.3)

A escola, como espaço que agrega indivíduos das mais variadas realidades sociais e históricas, deveria promover uma formação que ofertasse a todos uma educação que contemple um desenvolvimento em totalidade, cujo aluno não só aprenda sobre as ciências exatas, biológicas e humanas, mas que compreenda o mundo tal como ele é, identificando a realidade social e compreendendo a engrenagem do mundo.

Além disso, a escola também deve propiciar a socialização e a construção da identidade dos indivíduos, garantindo assim os princípios necessários para se tornar um cidadão consciente e crítico, pois, na visão de Ragetes e Galvão, a escola deve ser compreendida como “um lugar privilegiado para a socialização dos saberes acumulados historicamente, os quais a maioria dos indivíduos não teria a oportunidade de acessar fora do espaço escolar” (2018, p.2).

Aludindo a Saviani, os autores ressaltam que “a função da escola não é apresentar a face visível da lua, ou seja, reproduzir o que já está dado pela vida ordinária, cotidiana e que já é de conhecimento do aluno, mas, mostrar sua face oculta”, portanto, o ensino escolar deve propiciar o conhecimento daquilo que está “oculto à nossa percepção imediata, ensinando o que ainda é desconhecido, mas que é fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais”, sendo assim, “as questões políticas não poderiam ser excluídas”. (RAGETELES e GALVÃO, 2018, p.2 apud SAVIANI, 2011, p.14)

Para isso, uma escola democrática e inclusiva deve promover a pluralidade e o amplo debate, tanto dos aspectos históricos, sociais e até políticos, entretanto, o que vem acontecendo é que o ESP, assim como “Seu próprio nome nega o acúmulo histórico da sociedade ocidental em torno das formas de aprimoramento e ganho de legitimidade da democracia.” (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.34).

A informação trazida pelo autor explicita que, havendo uma defesa pela democracia prevista constitucionalmente, não é coerente cercear a educação em uma escola e nem ao menos ameaçar uma professora em sala de aula acusando-as de “doutrinação”, sendo esta última caracterizada por qualquer tema que contrarie o conservadorismo e o neoliberalismo. Sobre a Constituição garantir a liberdade democrática, o autor traz o seguinte trecho:

Nesse embate, a educação é alçada à condição de um direito de todos e dever do Estado, e os princípios educacionais consolidados na Carta caminham na direção da defesa da liberdade de aprender, ensinar, divulgar o pensamento, além do realce ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (FRIGOTTO, 2018, p.34)

Na estratégia de criminalizar os professores com pensamentos contrários aos liberais, “miram no professor que não se coaduna com suas ideias e o alocam na categoria de “doutrinadores”, acusados de utilizarem a sala de aula como local de difusão da ideologia de esquerda” (QUEIROZ e OLIVEIRA, p.18, p.35).

Em linhas gerais, percebe-se que há um pressuposto de que os professores são militantes de esquerda que utilizariam de sua liberdade de cátedra prevista na Constituição para “fazer a cabeça” do aluno, desqualificando, além do professor, também o estudante, que em nenhum momento é tratado como sujeito de direitos, mas como um simples objeto incapaz de discernimento. (QUEIROZ e OLIVEIRA, p.18, p.35-36)

Este pensamento disposto acima nos permite analisar o quanto contraditório se explicita a preocupação deste Movimento acerca da capacidade de discernimento dos estudantes durante as aulas que abordam temas que causem divergência nos debates, colocando-os como incapazes de construir uma opinião acerca dos diversos temas apresentados em aula.

Tendo em vista que cada aluno chega à escola advindo de um contexto social, histórico e familiar diferente, o que tornaria o compartilhamento de diversos pontos de vista de forma respeitosa, o ponto chave da educação democrática.

Na contramão do que se espera de uma educação escolar democrática, o autor expõe:

o Escola sem Partido vem realizando, desde sua criação, ações sistematicamente orientadas para coibir a abordagem de determinados temas no processo formativo escolar, ainda que os projetos de lei vinculados à organização primem, majoritariamente, pela não alusão direta a esses temas, apoiando-se em termos gerais que condenam a “doutrinação político-ideológica” e reivindicam o respeito às “convicções político-ideológicas, morais ou religiosas” das famílias, a correlação entre, de um lado, o discurso mais geral presente na apresentação do site e no texto dos projetos, e, de outro, a discussão mais pormenorizada das situações às quais seus princípios gerais se aplicariam de fato, mostram uma nítida preocupação com a presença, no processo formativo, de discussões que problematizem as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as relativas às questões

de gênero, orientação sexual e modelos familiares, bem como de perspectivas críticas ao capitalismo e à educação conservadora. (ALGEBAILLE, 2017, p.67)

Esta afirmação do autor traz luz a real intenção do Movimento ESP, que é retirar do ambiente escolar qualquer informação contrária às ideias neoliberais e conservadoras, pois a preocupação deles está voltada para os ensinamentos de ideias “rivais”, e que na mentalidade deles poderia contaminar os estudantes a ponto de que ela reconheça que existe uma máquina que controla quase tudo que nos permeia de acordo com seus interesses, como apontaram os autores:

Nesse ponto, é interessante fazer um paralelo entre essas iniciativas e o ESP, pois todas elas podem ser localizadas no espectro político do conservadorismo. Desta forma, revelam-se resistentes à possibilidade da escola se fortalecer com um caráter plural, livre, enquanto que enfatizam a necessidade de se ater a determinados conhecimentos que os seus grupos de influência consideram pertinentes. (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.38)

Nessa disputa sobre o controle do caráter e função da escola, os apoiadores do ESP, em sua maioria, pertencem a grupos de direita, conservadores, armamentistas e ruralistas, como é o caso da bancada religiosa da Câmara dos Deputados, sendo seus representantes “constantemente convidados para audiências públicas, sempre defendendo uma pauta de interdição do debate de gênero nas escolas, de críticas aos movimentos e partidos de esquerda e de prevalência da educação familiar sobre a escolar”. (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.39)

O argumento aqui levantado é a de que, mesmo que os partidos defendam as ideias da população, o que essas bancadas almejam a princípio é utilizar a pauta ESP como “alavanca eleitoral”, seguidamente de alcançar uma hegemonia das ideias conservadoras e liberais/mercadoológicas na escola.

Para corroborar com a ideia trazida no parágrafo anterior, cabe ressaltar o que o próprio criador do Movimento Escola Sem Partido revelou em seu vídeo de despedida no site da Esp, em que ele aponta a frustração por perceber a utilização de sua pauta como bandeira em períodos eleitorais e logo depois de eleitos não continuarem lutando por ela, dando como exemplo o próprio presidente da república.

Mesmo que muitos apenas se utilizem da pauta em forma de projetos para passar uma imagem de defensores da família tradicional para a população, a forma como apresentam a ideia do Esp, atrelando a ele todo tipo de subversão,

criminalizando a oferta de uma educação democrática e plural em sala de aula, sua pretendida neutralidade proposta pela ESP “não passa de uma grande estratégia para esconder seu caráter de antagonismo ao docente que propõe uma educação emancipadora e crítica fora dos valores do mercado, principalmente aquele da escola pública” (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.39). Sobre isso:

Insuportável também se tornou para as classes dominantes a ampla liberdade de organização de movimentos sociais e culturais que lutam por seus direitos negados sem o estigma da criminalização; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país. (FRIGOTTO, 2017, p.23)

A democracia, mesmo que defendida em seus nos textos de apoio ao ESP, é constantemente questionada no âmbito escolar, como nos reescreveu Frigotto sobre a afirmação de Rancière (2014) “chama a atenção para o fato de haver, entre muitos indivíduos, uma enorme contestação à moderna democracia de massa vigente” (2018, p.46), ou seja, a democracia assume diferentes configurações partindo dos agentes do discurso, como por exemplo a defesa de uma democracia que sirva apenas aos ideais de mercado e do modelo neoliberal de sociedade, em detrimento de uma democracia que alcance todas as classes, e que proporcione uma consciência crítica e política concernente à toda sociedade.

Segundo Rancière (2014), autor parafraseado por Queiroz e Oliveira (2018, p.46) a contestação da democracia assume vários motivos, dentre eles “a crítica marxista à formalidade do modelo democrático burguês”, e a tendência à crença “por parte daqueles que adotam a lei divina, revelada como único fundamento da ordem humana” e, por conseguinte, os autores expõem que “a EsP tem maciço apoio da bancada parlamentar religiosa e permite localizar diversos atores que mobilizam ideias criticadas por Rancière e que adotam uma perspectiva teológica como referência de mundo”. (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.46)

Nas palavras dos autores (QUEIROZ e OLIVEIRA, p.2018, p.47) “o artefato produzido pela EsP coincide mais com o cerceamento do docente em convergência com a visão orgânica de sociedade, do que promove a construção de pluralidade de ideias” uma vez que, considerados todos os projetos de lei intitulados “Escola Sem

Partido”, e outros que tentam proibir os estudos de gênero¹⁰ são barrados em razão de sua inconstitucionalidade.

Em vários estados brasileiros os projetos de lei Escola Sem Partido foram apresentados e tramitaram no entorno de inúmeros debates que inflamaram a população, a esfera política, a mídia e a educação. Analisaremos cada um deles mais a frente, mas neste momento, traremos o caso de Alagoas, que apresentou a Lei nº 7.800/2016 que instituía a “Lei da Escola Livre”, que foi alvo de questionamento sobre sua constitucionalidade pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O próprio nome já traz uma ideia de que a escola não é livre, e em seu artigo 1º, enfatizam a “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, ou seja, deixam nas entrelinhas que a escola estaria contaminada com a doutrinação nestes aspectos:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”, atendendo os seguintes princípios:

- I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II – pluralismo de ideias no âmbito acadêmico;
- III – liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;
- IV – liberdade de crença;
- V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;
- VI – educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;
- VII – direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica;(QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.43)

Conforme previsto na citação acima, seus autores defendem a neutralidade política, ideológica e religiosa, no entanto, ao observar o site Escola Sem Partido podemos observar que os únicos relatos chamados de doutrinação são os que criticam o atual presidente, os que trazem discussões sociais como feminismo, homofobia e

¹⁰ Estudar Gênero significa estabelecer um recorte sobre aspectos da realidade social existente – no presente e/ou no passado – que têm como peça fundamental a organização de papéis sociais baseada numa imagem socialmente construída acerca do que foi consolidado como sendo masculino ou feminino por exemplo. Portanto, procura compreender como a ideia de uma masculinidade hegemônica influencia nas relações e restringe as opções sociais de mulheres, de crianças e dos próprios homens, e propor estratégias de libertação. Aqui, nos Estudos de Gênero, estão as pesquisas sobre violência doméstica, violência sexual, feminicídio, desigualdade econômica e outras assimetrias relacionadas às desigualdades de gênero. (VÁSQUEZ, 2017) Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>.

racismo, e ainda, os que trazem realidade sobre a desigualdade social para que ela seja identificada e problematizada.

Sobre a defesa da “neutralidade política e ideológica, o Ministro Barroso (STF) descreveu o seguinte ao alegar a inconstitucionalidade da referida lei:

A ideia de neutralidade política e ideológica da lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância, tal como previstas na Lei de Diretrizes e Bases. [...] A imposição da neutralidade – se fosse verdadeiramente possível – impediria a afirmação de diferentes ideias e concepções políticas ou ideológicas sobre um mesmo fenômeno em sala de aula. A exigência de neutralidade política e ideológica implica, ademais, a não tolerância de diferentes visões de mundo, ideologias e perspectivas políticas em sala. (STF, 2017)

Conforme o previsto constitucionalmente então, a escola deve propiciar o amplo debate e integrar as diferentes opiniões e maneiras de enxergar o mundo, sendo que um não pode ser imposto ao outro em forma de lei por ferir a democracia expressa pelo pluralismo de ideias, liberdade e tolerância aos que pensam diferente. Sobre a afirmação de que os pais deveriam se contrapor às informações acessadas pelos estudantes na escola, o Ministro Barroso foi enfático ao dizer que à eles não é permitido “controlar as informações que seus filhos recebem na escola, sob pena de se “impedir o acesso dos jovens a domínios inteiros da vida, em evidente violação ao pluralismo e ao seu direito de aprender”, sendo que isso configuraria “flagrante violação a diversos princípios constitucionais” (STF, 2017), e conforme o ministro afirmou:

(...) justamente, o acúmulo e o processamento de informações, conhecimentos e ideias que proveem de pontos de vista distintos, experimentados em casa, no contato com amigos, com eventuais grupos religiosos, com movimentos sociais e, igualmente, na escola. (STF, 2017)

Partindo desta premissa, é ímpar salientar que o ensino deve ser democrático e agregador de todos os pontos de vista, visto que “ninguém é neutro, mas sim fruto de suas diversas experiências acumuladas no curso de suas existências.” (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2018, p.45). Sobre isso, traremos a fala de Barroso que define resumidamente o caráter educacional tal como ele deveria ser:

A liberdade de ensinar é um mecanismo essencial para provocar o aluno e estimulá-lo a produzir seus próprios pontos de vista. Só pode

ensinar a liberdade quem dispõe de liberdade. Só pode provocar o pensamento crítico, quem pode igualmente proferir um pensamento crítico. Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno, e não o reduzir, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser “vulnerável”. O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza. (STF, 2017)

O movimento Esp foi o pontapé inicial para as tentativas de tomar o controle do que é ensinado e debatido nas escolas, mas a partir disto, o movimento acabou criando ramificações, e outros projetos começaram a ser apresentados, alguns contra a “ideologia de gênero”, e outros como a supracitada “escola livre”.

Sobre o termo “ideologia de gênero”, gostaríamos de fazer um alerta sobre seu nome, que foi escolhido propositalmente para ser visualizado com o peso de uma ideologia, algo a ser combatido por ser uma ideia rival à moralidade e aos bons costumes. A “ideologia de gênero” é na verdade “estudo de gênero”, temática que contempla a discussão dos papéis do gênero na sociedade, como explicitou a autora:

[...] os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o 'olhar de gênero'. E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. Como explicar a ausência das mulheres na política? Ou então, por que a educação familiar e escolar define e reitera funções e 'papéis' sociais sexuados? E por que a recorrência da violência de gênero, da sexualidade domesticada, da identidade enclausurada? (SCAVONE, 2008, p.178)

Discutir papéis de gênero, a exclusão de mulheres de espaços políticos e empresariais, a discrepância salarial entre o homem e a mulher que executam as mesmas funções no mercado de trabalho, a liberdade sexual, a violência doméstica, e até mesmo a masculinidade tóxica que também faz parte dos estudos de gênero se tornam, no discurso conservador e neoliberal, uma ameaça aos valores e a manutenção da sociedade pautada pela moralidade cristã.

Quando se referem aos estudos de gênero, chamando o de “ideologia de gênero”, tentam criminalizar o debate sobre essas questões sociais, questões essas que poderiam libertar homens e mulheres destes papéis determinados desde o nascimento para cada um.

[...] em lugar da aversão à mulher, que marcou boa parte da história da Igreja, há a exaltação de seus papéis tradicionais. A igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda de sua “dignidade extraordinária” na condição de “especialista do amor”. A complementaridade entre os sexos é explicada pela ideia de que “Deus dotou a mulher de um ‘gênio feminino’, acompanhando sua função de gestadora, que se caracteriza por uma propensão e um dom naturais para o cuidado e a sensibilidade às necessidades dos outros” que será central na elaboração dos pensadores católicos contrários à “ideologia de gênero”. Trata-se, portanto, de uma verdade fundada na fé, por mais que, nos debates públicos posteriores, muitas vezes se busque minimizar tal elemento. Por um lado, há o esforço de embasar o discurso com argumentos científicos, sejam eles de base biológica, psicológica ou sociológica. Por outro, tenta-se mostrar que a posição da Igreja não está “fundada sobre uma crença religiosa particular”, sendo antes “uma resposta aos desafios éticos contemporâneos”. (MIGUEL, 2016, p.598-9)

Aliados, a bancada ruralista¹¹ e a bancada evangélica¹², se posicionam, em sua maioria, aos ideais da direita, apoiando as políticas neoliberais, na medida em que afirmam existir uma ameaça comunista no Brasil, direcionando seus ataques principalmente aos partidos de esquerda. Esses grupos justificam que há uma suposta ameaça comunista devido ao crescimento da militância feminista em defesa da igualdade de gênero, e das conquistas LBTQIA+, que segundo eles, trará destruição a família tradicional.

Pautados neste discurso de que os grupos de esquerda que se posicionam contra a desigualdade social, feministas, LBTQIA+ e antirracistas integram uma ameaça comunista, os apoiadores do movimento Escola Sem Partido, que integram em grande parte dos partidos conservadores de direita, encontraram no Movimento

¹¹ A bancada ruralista, ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), é uma das maiores e mais atuantes bancadas da Câmara dos Deputados, formada por mais de 200 deputados federais (do total de 513) de diversos partidos. [...] A Frente Parlamentar da Agropecuária defende políticas públicas de estímulo ao agronegócio. De modo geral, reivindica a ampliação do financiamento rural e a flexibilização da legislação trabalhista e criticam as legislações ambientais e a reforma agrária. (SASAKI, 2017) Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>.

¹² Além da filiação religiosa, os integrantes da bancada compartilham afinidade com valores ditos de “defesa da família”, incluindo propostas legislativas restritivas a direitos reclamados por movimentos de mulheres, negros, indígenas e LGBTI+, entre outros. (Congresso em Foco, 2020) Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>.

não só um lugar para centralizar suas inquietações religiosas, mas também, uma oportunidade de adentrar a educação escolar.

Acreditamos ter encontrado ao longo da pesquisa indícios suficientes para afirmar que o Movimento Escola Sem Partido não é algo isolado com relação ao cenário político e ideológico brasileiro. Acreditamos ter demonstrado como o movimento insere-se na lógica de contenção da laicização da sociedade e secularização do Estado, tal como defendido por Cunha. Os mesmos parlamentares, que propuseram as leis programa ESP e congêneres, foram autores dos projetos de lei contrários ao aborto, à eutanásia, a direitos da população LGBT, que contrariam a tradicional moral cristã. Seus discursos baseiam-se na defesa da família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero, identificada por estes grupos como “ideologia de gênero”. (MOURA, 2016, p.98)

O avanço dessas idéias, justificam-se em parte pelo retorno crescente do fundamentalismo religioso, que encontrou suporte na bancada evangélica, que segundo Miguel (2016, p.593), tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990. Essa bancada se constitui de vários grupos religiosos em sua maioria evangélicos, mas destacou a participação de grupos católicos também fundamentalistas, e de um político espírita, Luiz Bassuma, que teve dois mandatos como deputado.

Argumentando em defesa da família, da moral e dos valores cristãos, o grupo de conservadores presentes no cenário político, buscam apoiadores sob o escudo dos discursos contra o feminismo, direitos LGBTQI+ e, alguns, contra uma suposta ameaça comunista.

[...] a ONU, os Tratados e Organizações Internacionais e os poderes dos Estados Nacionais (Poder Judiciário, Legislativo e Executivo) reconhecem e promovem novos direitos e legislações para regular as estruturas familiares que emergiram nos tempos contemporâneos. Tudo isso desestabilizou a velha moral cristã, que se vê, assim, colocada como mais uma moral - e não como a única fonte verdadeira -, sendo interpretada, inclusive, como estrutura histórica passível de ultrapassagens. Nessa medida, contra essa percepção de perda e ultrapassagem, os setores religiosos católicos conservadores se insurgem em uma batalha pela recuperação da hegemonia perdida. É duvidoso que a obtenham novamente, mas sua energia e ações têm se dirigido em três frentes principais: pressão sobre os legisladores (deputados e senadores), com a constituição de grupos pró-vida; pressão para impor mudanças nas legislações aprovadas; apoio aos candidatos a cargos eletivos em diversos níveis (municipal, estadual e federal); e mobilização social, com palestras, vídeos, passeatas, campanhas e outras ações que

buscam engajar grupos, indivíduos e organizações, dentro e fora da Igreja Católica. (SILVEIRA, 2015, p. 42)

O objetivo destes grupos, aparentemente se fundamenta na defesa da moralidade e da resistência cristã, mas como traz a autora Moura, parafraseando Reis e Almeida (2015, p.73)

[...] a cada eleição, no Brasil, o número de políticos ligados a instituições religiosas aumenta significativamente. Segundo os autores, “emplacar o título de utilidade pública para instâncias ligadas a instituições religiosas tem sido uma estratégia entre católicos e evangélicos. O investimento público permite a expansão das atividades proselitistas desses grupos religiosos” porque, quando uma entidade recebe tal título, fica isenta de recolher o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados e ainda recebe, via de regra, verba do Estado. (MOURA, 2016, p.93)

Em uma entrevista concedida por Miguel Nagib em 28 de novembro de 2021, ele responde a perguntas sobre inconstitucionalidade dos projetos de lei, e sobre a questão dos debates sobre gênero e política na escola. Trarei alguns trechos, a começar por este, que trata exclusivamente da questão de gênero e feminismo, partindo da análise da Lei 14.164/21¹³ que trata da inclusão dos debates sobre a violência doméstica no âmbito escolar:

Qual alteração a Lei 14.164/21 promove na legislação brasileira?

A pretexto de combater a violência contra a mulher, essa lei oficializa em toda a educação básica duas das principais pautas da extrema-esquerda: o feminismo e a ideologia de gênero. É óbvio que a lei não diz isso, mas é isso que ela efetivamente faz ao instituir e entregar nas mãos das feministas e esquerdistas que infestam nossas escolas uma “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, a ser realizada todos os anos no mês de março; e estabelecer que conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher — conteúdos que serão definidos e formatados por essas mesmas feministas e esquerdistas — sejam incluídos, como temas transversais, nos currículos da educação básica. Ou seja, a Lei 14.164/21 oficializou a doutrinação e a engenharia social feminista e de gênero nas escolas brasileiras. (REVISTA ESMERIL, 2021)

¹³ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. (BRASIL, 2021)

Combater a violência de gênero e promover uma visão de igualdade e respeito para Nagib, significa que a introdução destes conteúdos na escola, possui um caráter doutrinador e transgressor. Perguntado sobre a constitucionalidade da lei, ele responde que:

A lei, em si mesma, não é inconstitucional. Inconstitucional é o que as feministas farão nas escolas ao suposto abrigo dessa lei. A lei abre um leque infinito de conteúdos e abordagens que poderão ser feitas pelas escolas e pelas professoras. Por exemplo: ao dizer que a escola deve “promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher”, a lei está ecoando um dos principais dogmas do feminismo, que é aquele segundo o qual a causa da opressão e da violência contra a mulher é a desigualdade de gênero. E como para o feminismo a desigualdade é fruto de diferenças “socialmente construídas” — já que a biologia não tem nada a ver com isso, como reza a ideologia de gênero —, é preciso acabar com essas diferenças. Como? Ora, encorajando, induzindo e até mesmo constringendo meninos a se comportar como meninas e vice-versa. (REVISTA ESMERIL, 2021)

Partindo do exposto, fica mais claro a preocupação de Miguel Nagib com a divulgação das ideias feministas no ambiente escolar, pois como ele mesmo defendeu na entrevista, a perspectiva dos debates de gênero nas escolas “é a do feminismo, a mais antifamília e anticristã das pautas ideológicas da esquerda” (REVISTA ESMERIL, 2021). Respondendo a mesma pergunta, o entrevistado destaca sua real preocupação por trás da adesão dos estudantes as ideias combatidas por ele:

Uma vez que o estudante preste sua adesão intelectual e emocional a essa ideologia, ele tenderá a agir de acordo com ela, tanto social, como politicamente, o que significa, entre outras coisas, apoiar e votar nos políticos e nos partidos que defendem as bandeiras feministas. Não por acaso, todos os partidos de esquerda votaram pela aprovação dessa lei, valendo destacar as manifestações de voto das deputadas Érika Kokay (PT/DF) e Talíria Petrone (PSOL/RJ). (REVISTA ESMERIL, 2021).

Ou seja, neste trecho, Nagib deixa escapar que a real motivação para o combate às ideias feministas é de que estudos de gênero se pautam pelos partidos que se posicionam a favor destas ideias, e pela concepção de mundo que ali estão subjacentes.

Perguntado sobre a possibilidade de denúncia de represálias e perseguições que podem ocorrer dentro da escola, Nagib afirma que há um “comportamento mafioso de certos professores e gestores escolares” (REVISTA ESMERIL, 2021),

uma afirmação um tanto quanto pesada ao tratar da liberdade de cátedra e de pensamento tanto defendida pela lei e até mesmo por ele, mas essa não foi a fala mais violenta do advogado. Perguntado sobre a doutrinação e sua identidade, ele respondeu que:

A doutrinação nas escolas e universidades segue rigorosamente as pautas que interessam aos partidos e organizações de esquerda. Como essas pautas embicaram nas últimas décadas para as políticas identitárias, o mesmo ocorreu com a doutrinação. Um exemplo interessante dessa mutação foi a troca de ícones ocorrida nas escolas: o machão comunista Che Guevara foi substituído por Frida Kahlo, símbolo da feminista empoderada e sexualmente promíscua. (ENTREVISTA, 2021)

No trecho acima, Nagib deixa explícita sua visão sobre uma mulher que exerce sua liberdade sexual, e sobre a figura de Che Guevara, atribuindo essas qualidades às organizações de esquerda. Configurando uma ameaça à família tradicional e aos ideais econômicos e sociais, no ano de 2014, o Deputado Estadual Flávio Bolsonaro convidou o advogado para juntos, formularem um projeto para ser apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e no mesmo ano, seu irmão, o vereador Carlos Bolsonaro lançou o Projeto de Lei 864/2014¹⁴ para apreciação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Além destes, muitos outros projetos e emendas que tentaram instituir o Escola Sem Partido foram propostos em âmbito municipal, estadual e federal. Para ilustrar o cenário geral das tentativas de implantar o Esp, organizamos uma tabela contendo os dados das propostas, desde o ano de 2014, ano em que começava uma caçada aos partidos e ideias de esquerda.

Organizamos a tabela abaixo com o objetivo de compilar os projetos/emendas e decretos que foram apresentados no Senado e na Câmara dos Deputados, tendo eles um teor proibicionista de debates plurais no âmbito escolar. Mais adiante, tratarei de alguns projetos ou emendas específicas por sua repercussão, seja em razão de aprovação, seja pela intervenção das instituições democráticas do Brasil, como no caso do Supremo Tribunal Federal.

¹⁴ Projeto de Lei nº 867/2014 - Ementa: Cria no âmbito do sistema de ensino do município, o "Programa Escola Sem Partido". Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/apl/legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>.

Tabela 1 - Projetos de Lei, Emendas ou Decretos de Lei apresentados em âmbito Municipal, Estadual e Federal por autor(a) e partido político

Projetos de Lei/Emenda, Decreto - Nº	Autor(a)	Partido	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
PL nº 7.180/2014	Erivelton Santana	PSC/BA		x	
PL nº 7.181/2014	Erivelton Santana	PSC/BA		x	
PEC 435/2014	Erivelton Santana	PSC/BA		x	
PL nº 867/2015	Izalci	PSDB/DF		x	
PL nº 1.859/2015	Alan Rick e outros.	PRB/AC		x	
PDC nº 122/2015	Flavinho	PSB/SP		x	
PL nº 1.411/2015	Rogério Marinho	PSDB/RN		x	
PL nº 2.731/2015	Eros Biondini	PROS/MG		x	
PL nº 3.236/2015	Pr. Marco Feliciano	PSC/SP		x	
PL nº 4.486/2016	Rogério Marinho	PSDB/RN		x	
PLS nº 193/2016	Senador Magno Malta	PR/ES			X
PL nº 5.487/2016	Prof. Victório Galli	PSC/MT		x	
PL nº 8.933/2017	Pastor Eurico	PHS/PE		x	
PL nº 10.577/2018	Cabo Daciolo	PATRI/RS		x	
PL nº 10.659/2018	Delegado Valdir	PSL/GO		x	

Projetos de Lei/Emenda, Decreto - N°	Autor(a)	Partido	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
PL n° 9.957/2018	Jhonatan de Jesus	PRB/RR		x	
PL n° 246/2019	Bia Kicis e outros	PSL/DF		x	
PL n° 2.692/2019	Otoni de Paula	PSC/RS		x	
PL n° 258/2019	Pastor Eurico	PATRI/PE		x	
PL n° 3.674/2019	Hélio Lopes	PSL/RS		x	
PL n° 3.168/2020	Daniel Siqueira	PSL/RS		x	
PL n° 4.520/2021	Dr. Jaziel	PL/CE		x	
PL n° 1.176/2022	David Soares	UNIÃO/SP		x	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Essa tabela que elaboramos mostra a quantidade de projetos de lei, projetos de emenda constitucional e decretos que tentaram coibir a suposta doutrinação nos ambientes escolares, tendo uma variação de direcionamento, ou seja, alguns utilizaram o termo “Escola Sem Partido”, outros visavam a exclusão dos estudos de gênero, com a justificativa de que a educação sexual, religiosa e política não deveria ser tarefa da escola, e sim da família.

Podemos nos questionar a partir destes dados acima supracitados, a repentina emergência em instituir projetos antidemocráticos a partir de 2014, ano em que ocorreram as passeatas contra o aumento das passagens de ônibus, com a repetição da frase “O gigante acordou”, e posteriormente à este fato, iniciou-se uma queda de braço entre a direita e a esquerda em relação ao impeachment da ex Presidente Dilma Rousseff.

Isso nos mostra que a crise política e econômica ocorria em consonância com as disputas pela controle educação, ou seja, após quase quatorze anos em que o Partido dos Trabalhadores liderou o país, a direita enxergou a possibilidade de

derrubar o PT com o apoio das mídias sociais, rádio, televisão e até mesmo por meio das fake News, e para isso, se apropriou do discurso de que havia uma doutrinação político-partidária ocorrendo nas escolas, com vistas a criar uma sensação de que a escola estava contaminada de ideias de esquerda e que estas eram subversivas, como afirmou os autores,

Antes tida até como pueril, tamanha sua inconsistência teórica e jurídica, não se imaginava que a iniciativa tomaria a dimensão que tem hoje e que se espalharia para todo o Brasil, aproveitando uma forte onda conservadora e feroz, que se fortaleceu após as manifestações de 2013, passando pelas últimas e acirradíssimas eleições presidenciais e catalisada pelos recentes movimentos de rua que defendiam o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, democraticamente eleita. (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 49)

A autora Rosa (2018, p.51) afirma que “Tanto as demandas por instrução quanto às disputas curriculares têm como pano de fundo diferentes concepções de sociedade e de ordenamento socioeconômico.”, então, partindo desta premissa, devemos nos questionar: Qual a real intenção por trás das tentativas de coibir a pluralidade e os princípios democráticos já conferidos em lei, dentro das escolas?

A mesma autora, em seu texto “Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças”, que faz parte do livro Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido, traz dados reais sobre as violências sofridas por homens e mulheres, no seio familiar, sendo essas violências de natureza física, psicológica ou sexual, contabilizando também as violências contra pessoas LGBTQIA+, dados estes que trazem uma contradição no discurso dos defensores do Movimento Esp, em que afirmam que a escola, ao promover a democracia e livre expressão estaria destruindo a família e indo contra a sociedade conservadora, pois

Ao contrário do que afirmam os moralistas, é o autoritarismo, os estigmas, as humilhações e violências que levam à desintegração das famílias. O respeito à dignidade de crianças e jovens, incluindo os identificados com a comunidade LGBT, contribui para manter laços familiares de afeto e solidariedade. Nesse sentido, a escola faz parte de uma rede de apoio e proteção nos casos de violência intrafamiliar e de promoção dos direitos humanos na sociedade pela valorização e o respeito às diferenças. (ROSA, 2018, p. 52)

Ou seja, a sociedade é, ainda, muito conservadora e os dados de violência mostram que a comunidade LGBTQIA+ ainda é muito desrespeitada, perseguida, excluída e violentada, assim como as mulheres continuam sofrendo violências de

gênero em quantidades alarmantes, indo contra a ideia de que há uma hegemonia sendo formada para destruir a família e os valores tradicionais.

Contrariamente as afirmações dos políticos sobre a neutralidade política dos que apresentam tais proposições legislativas, a teia formada por eles deixa explícita que se trata de partidos de direita, liberais e conservadores os que defendem que não se discutam temas plurais nas escolas e que se reservem os direitos sobre a educação religiosa, partidária e sexual apenas ao âmbito familiar.

Mesmo que muitas destas propostas tenham sido barradas pela inconstitucionalidade, podemos observar que ocorreram conquistas por parte destes grupos, como por exemplo o fato de que “em 2014, por causa de grande pressão exercida pelo movimento, o Plano Nacional de Educação (PNE) teve “excluídas todas as metas relativas ao combate à desigualdade de gênero” (ROSA, 2017, p. 51, apud Penna, 2015).

Compreender e analisar as interligações partidárias por trás deste movimento supostamente apartidário é necessário “para que se identifique, se enfrente e aniquile esta ameaça às liberdades constitucionalmente asseguradas” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 52), e, partindo desta premissa, traremos as contribuições destes autores, que fizeram uma ampla investigação através da ARS (Análise das Redes Sociais), a fim de realizar este mapeamento, e conforme afirmaram,

[...] usa-se a ARS com a finalidade de explorar os reais significados do projeto Escola sem Partido e suas implicações, tomando sua análise na atual conjuntura brasileira. Neste contexto, coloca-se o foco na noção de rede de afiliação desenvolvida por Wasserman e Faust (2013), que permite a visualização dos vínculos não formalizados entre atores e eventos. Para os autores, nas redes de afiliação se relacionam um conjunto de atores e um conjunto de eventos, entendidos como categorias específicas de situações sociais nas quais os atores definem seu pertencimento. (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 53)

Fazendo uma alusão a Minella (2007) os autores nos dizem que “quando uma pessoa ou um grupo de pessoas participa de mais de um evento, uma conexão é estabelecida entre esses dois eventos”. (2007, p.37) O mesmo pode ocorrer com os atores, que podem ser conectados por eventos (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 54).

Através da análise das redes sociais, os autores Espinosa e Queiroz fizeram uma coleta de dados e eventos em que representantes e simpatizantes com o

projeto fizeram parte, interligando-se como uma teia rumo ao objetivo de alavancar o Esp e ingressá-la nos debates políticos, jurídicos e educacionais.

A começar pelo próprio Miguel Nagib, os autores traçaram uma rota desde a sua participação como colaborador do Instituto Millenium, até sua simpatia pelos políticos apoiadores do impeachment da ex Presidente Dilma, como por exemplo o ex-deputado e agora presidente Jair Bolsonaro e o Deputado Estadual e fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), Marcel Van Hattem, além de participar de eventos de cunho conservador, Nagib também foi um ativo militante pró-impeachment.

Alguns dos eventos que contaram com a participação de Nagib: palestrante do I Congresso de Fundação do Partido Conservador, em Curitiba, junho de 2015; palestrante do I Congresso de Agentes Políticos Evangélicos do Brasil (Capeb), evento organizado pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que iria se realizar em outubro de 2015, mas que foi cancelado (entre os palestrantes, estavam o Deputado Federal Eduardo Cunha pelo PMDB/RJ e o Pastor Silas Malafaia); entrevistado no programa “Conexão Conservadora”, podcast sem periodicidade que divulga entrevistas e séries de programas sobre conservadorismo e apresentado por Alex Brum Machado; entrevistado no programa virtual “Papo que Bate”, comandado por Bia Kicis; entrevistado no programa “Terça Livre”, conduzido por Allan dos Santos, que faz parte de um projeto que surgiu em 2014 como reação ao que chama de “fraude” das eleições. Os fundadores declaram-se seguidores de Olavo de Carvalho. (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 55)

Dos outros participantes desta teia, chamam a atenção Bia Kicis, ex-procuradora e atual deputada pelo Partido Liberal. A deputada se intitula seguidora de Olavo de Carvalho¹⁵ e participa do Foro de Brasília¹⁶. Segundo os autores Espinosa e Queiroz (2017, p.56), ela subscreveu uma das petições de afastamento da Presidente Dilma, e, “promove “discussões” a favor do Escola sem Partido e contra os partidos e movimentos da esquerda brasileira” em seu canal na internet, e, ainda, mantém “relação com diversos grupos pró-impeachment, como os Revoltados On Line”¹⁷, site criado por Alexandre Frota, outro participante ativo na militância antiesquerda e pró-impeachment.

O último grupo citado no parágrafo anterior, intitulado Revoltados on-line,

¹⁵ Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, autoproclamado filósofo, foi um influenciador digital e representante do conservadorismo no Brasil, com influência na extrema-direita brasileira.

¹⁶ Segundo seus idealizadores, é uma organização apartidária; é um Think Tank por excelência, que objetiva a produção e difusão de conhecimento para a América Latina. Disponível em: <https://www.facebook.com/www.forodebrasil.com.br/>.

¹⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/revoltadosonline/>>.

[...] afirmaram veementemente que os professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais e ensinando em suas salas de aula “a ideologia de gênero” com o intuito de exterminar a família tradicional, transformando os alunos em gays e lésbicas” (RAGEDELES e GALVÃO, 2020, p. 07)

Além da participação nestes eventos mencionados, Kicis também faz parte do Instituto Resgata Brasil¹⁸, que conforme descrição fornecida na própria página “é uma entidade que visa fortalecer a democracia legítima através da liberdade, direito e a vida”. Sua participação neste site se deu junto à Claudia Castro, do Democratas, que também apoiou o impeachment de 2016.

Outros nomes citados pelos autores são Orley José da Silva e Luís Lopes Diniz Filho. Orley, conforme as informações coletadas pelos autores no portal cristão “Gospel 10”, “é um evangelista assembleiano de Goiânia, que milita no evangelismo universitário há 17 anos”, e além de apoiador do Esp, Orley é “representante dos professores simpatizantes à iniciativa durante as audiências públicas sobre o tema do assédio ideológico nas escolas e na defesa dos projetos de lei do Escola sem Partido” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 56).

Ainda sobre Orley, os autores destacam que,

Do seu blog “De olho no livro didático”, denuncia a suposta “doutrinação” por meio do livro didático. Segundo as críticas de Da Silva, o Governo Federal exalta, através do livro didático, as figuras de socialistas brasileiros e promove o modelo socialista de sociedade, além de desconstruir os valores familiares. (ibidem, p.56)

Uma das reclamações de Orley sobre o livro didático foi polêmica, pois criticou a “presença de conteúdos relacionados ao Candomblé e Umbanda em livros didáticos do Ministério da Educação”, e segundo a concepção defendida por ele e pelo Esp, “os autores desse livro didático, juntamente com os professores, se dedicam a convencer sistematicamente os alunos a se converterem ao Candomblé e a Umbanda, uma vez que afirmam a existência de uma suposta doutrinação religiosa neste conteúdo” (RAGEDELES e GALVÃO, 2020, p.08)

Sobre Luís Lopes Diniz Filho, professor de geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ele também colabora com o Instituto Millenium, e segundo os autores Espinosa e Queiroz (2017, p. 57) “o professor acusa a ideologização dos

¹⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/Instituto-Resgata-Brasil-278715055806358/>>.

livros didáticos de Geografia”, fazendo críticas aos livros didáticos na área da Geografia para o ensino superior, centrada na suposição de que tais livros teriam certo viés ideológico anticapitalista que, segundo ele, é a posição hegemônica nas universidades brasileiras.”.

Outros personagens são Ana Caroline Campagnolo, professora de história em Santa Catarina, autodeclarada anti-feminismo, antiesquerda e seguidora de Olavo de Carvalho, Adolfo Sachsida, também apoiador do Esp, e Porto de Matos, sendo que esse último,

É professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e supostamente é o vice-presidente do Escola sem Partido. Tem atuado em várias audiências públicas também como especialista no tema da doutrinação e seus textos são citados como referências. Porto de Matos e Da Silva participaram do debate da Comissão de Educação na Câmara de Deputados sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na mesa de Ciências Humanas. (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p.58)

Sobre as interligações dos atores acima mencionados com o Esp, com a direita e com o conservadorismo, segundo os autores “a primeira e mais gritante de todas as conexões é que todos os parlamentares, sem exceção, defendem o afastamento da Presidente Dilma Rousseff”, (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 59), mas chama a atenção também a conexão dos partidos de direita e da bancada evangélica no apoio ao Esp, “notadamente as igrejas neopentecostais”, e conforme os autores,

Também integrante da bancada evangélica, o já citado Deputado Izalci (PSDB/DF) é um outro exemplo que nos permite ligar o Escola sem Partido aos evangélicos. Izalci é autor do PL nº 867/2015, que busca incluir o Escola sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além dele, o Deputado Federal Erivelton Santana (PSC/BA), que propôs o PL nº 7.180/2014, apensado ao PL nº 867/2015, por conter proposta semelhante, igualmente pertence à chamada bancada evangélica. (ibidem, p.59)

Ainda sobre a bancada evangélica, Espinosa e Queiroz também apontaram a participação da família Bolsonaro. O Deputado Federal Antônio Carlos Martins de Bulhões (PRB/SP), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, e o Deputado Federal Marcos Feliciano (PSC/SP), pastor da Catedral do Avivamento, igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e o Senador Magno Malta, do Partido da República, “pastor evangélico da Igreja do Evangelho Quadrangular e autor do

PL nº 193/2016, que tramita no Senado Federal, e também deseja incluir, entre as Diretrizes e Bases da Educação, o Programa Escola sem Partido.” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p.60)

Como se pode observar, a participação ativa no apoio ao Esp advém dos partidos de direita e dos ultraconservadores, como já afirmado anteriormente, como no caso dos integrantes da bancada evangélica, e conforme ressaltou os autores os “defensores dos valores que denominam da “família tradicional” e também da ditadura militar, como se pode comprovar pelas redes que o Escola sem Partido conseguiu articular no Congresso Nacional” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p.60).

Destarte, fica evidente a disputa entre a concepção de sociedade que se quer fazer prevalecer no ambiente escolar. De um lado se posiciona a esquerda e a defesa do debate plural e democrático, em defesa dos direitos das minorias e em defesa da superação da desigualdade de classes, e do outro, o liberalismo econômico, a meritocracia e o conservadorismo religioso, ou seja, conforme afirmaram os autores Espinosa e Queiroz “não passa de uma grande armadilha a preconização de que o Escola sem Partido possui natureza apartidária, e que não possui “qualquer espécie de vinculação política, ideológica” (2017, p.61), pois,

A ARS nos permite perceber a profundidade das relações nitidamente partidárias entre os ideólogos do Escola sem Partido com parlamentares com posições políticas retrógradas e conservadoras, nos três níveis da federação brasileira. Também pôde ser destacado o forte vínculo do Escola sem Partido com partidos ligados a segmentos evangélicos, como, por exemplo o PSC, cujo presidente é um pastor evangélico. O apartidarismo e a negação a vinculações ideológicas do Escola sem Partido caem totalmente por terra com a ARS, e isso deve ser denunciado, pois sua associação ao que há de mais anacrônico na sociedade brasileira busca, sim, implantar uma ideologia obsoleta e inconstitucional em vários matizes. (Ibidem, p.61)

Atualmente, o advogado e criador do site Escola Sem Partido deixou a liderança do movimento alegando falta de comprometimento por parte do governo com a causa, acusando o próprio presidente Jair Bolsonaro de ter usado o Esp apenas como alavanca eleitoral, e pelos constantes fracassos jurídicos ao serem dados como inconstitucionais vários dos projetos, emendas e decretos lançados nas câmaras municipais, estaduais e no senado.

Entretanto, apesar de o Esp não dotar mais da mesma força a qual possuía de 2014 a 2018, o Movimento deixou suas marcas na sociedade na medida em que

vemos constantemente um certo medo e combate por parte dos pais a suposta “ideologia de gênero” e a doutrinação político partidária no ambiente escolar.

No próximo capítulo, trataremos da repercussão do Esp no Estado do Paraná, fazendo um levantamento minucioso em cada município, a fim de analisar em quantas e em quais cidades foram apresentados projetos, emendas ou decretos com essa temática, trazendo também as respostas do poder judiciário frente às tentativas de se impor leis e diretrizes que segundo o Supremo Tribunal Federal, violam a liberdade de cátedra docente

3. AS CÂMARAS MUNICIPAIS QUE PROTOCOLARAM O QUESTIONAMENTO DOCTRINÁRIO NAS ESCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Após a contextualização do momento histórico que Brasil vivenciou e que abriu precedentes para o surgimento do Movimento Escola Sem Partido, adentraremos na pesquisa de campo para demonstrar em que níveis o Estado do Paraná aderiu ao movimento e vislumbraremos a constitucionalidade dos projetos apresentados e suas consequências para a educação paranaense.

Neste primeiro momento, com o intuito de explicar as condições ideológicas que permitiram o crescimento dessa política conservadora e reacionária, retomamos os conceitos de ideologia apresentados por Marx, Marilena Chauí, Althusser e Luís Antônio Cunha, para que a partir desses elementos possamos ingressar no terreno em que o Movimento acontece, entendendo, portanto, o porquê e como acontece.

O homem se distingue dos animais através do pensamento organizado e da produção de suas condições de existência e para que se continue essa produção, é necessário que se reproduza constantemente os conhecimentos adquiridos e que, a partir destes, novos aprendizados e modo de produção determinados historicamente podem assim emergir.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como produzem*. O que os

indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2007, p. 87)

Em sua obra “A ideologia Alemã”, Marx descreve que os pensamentos e ideias a respeito da estrutura social, física e mental são produtos elaborados pelo homem, e “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real”, (MARX, 2007, p. 93).

Dito isso, Marx também afirma que essa produção de consciência deve partir do homem “ativo”, impulsionado pela consciência do real, e não do imaginário.

[...] Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. (MARX, 2007, p. 94)

Ou seja, a partir da realidade material e dos fatos reais é que devem se formar as abstrações, e não o seu contrário, sendo que, se as abstrações partirem primeiro das ideias, e não dos fatos concretos, estas seriam um “falseamento” da realidade das coisas, deixando de se perceber os fatos e o real em sua essência.

A autora Marilena Chauí, traz uma concepção de ideologia semelhante à de Marx. Chamando a atenção para os equívocos em que muitos incorrem sobre a ideologia representar um “ideário”, ou puramente um conjunto de ideias, ela explica que ideologia é “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. (CHAUÍ, 2008, p. 7)

Essa distorção do que é ideologia – defendida por positivistas – é por si só uma ideologia, pois parte da teoria para a prática, e sendo assim:

Essa concepção da prática como aplicação de ideias que a comandam de fora leva à suposição de uma harmonia entre teoria e ação. Assim sendo, quando as ações humanas – individuais e sociais – contradisserem as ideias, será obtidas como desordem, caos, anormalidade e perigo para a sociedade, pois o grande lema do positivismo é: “Ordem e Progresso”. Só há “progresso”, diz Comte, onde houver “ordem”, e só há “ordem” onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade. (CHAUÍ, 2008, p. 31)

Sendo assim, dessa distorção do real decorre a “implícita afirmação de que o poder pertence a quem possui o saber” (Chauí, 2008) fazendo a exclusão do homem “ativo” e da abstração a partir do real como descreveu Marx, e ainda, desfigurando a práxis defendida pela autora, na medida em que desconsidera a prática como fundamento para a formulação da prática “real”. Sobre isso, a autora diz que

A história não é, portanto, o processo pelo qual o Espírito toma posse de si mesmo, não é história das realizações do Espírito. A história é história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É história do modo como se reproduzem a si mesmos (pelo consumo direto ou imediato dos bens naturais e pela procriação), como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo como produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma da propriedade que constituem as formas das relações de produção). É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja numa interpretação real, pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações. (CHAUÍ, 2008, p. 47-48)

Utilizando o exemplo da análise da mercadoria de Marx, Chauí descreve que para se compreender a essência de algo, deve-se utilizar o método histórico-dialético¹⁹, e partir “do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à observação)”, como por exemplo uma simples mercadoria, e “percorrer o contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação”. (Chauí, 2008, p. 48)

Ainda utilizando o exemplo da mercadoria, deve se ultrapassar o “parecer social” (ibidem), e analisar as questões implícitas, como por exemplo a mais-valia produzida pelo trabalhador que atuou na confecção de um objeto, e que muitas

¹⁹ O motor da dialética materialista é a forma determinada das condições de trabalho, isto é, das condições de produção e reprodução da existência social dos homens, forma que é sempre determinada por uma contradição interna, isto é pela luta de classes ou pelo antagonismo das condições de trabalho e não-proprietários (servos, escravos, trabalhadores assalariados) (CHAUÍ, 2008, p. 53)

vezes este mesmo trabalhador não consegue comprar a partir do salário que na maioria das vezes garante apenas sua sobrevivência. Essa relação agora feita, constitui uma contradição, como descreveu a autora:

Assim, por exemplo, a mercadoria será considerada a forma mais simples e mais abstrata do modo de produção capitalista, o qual aparece imediatamente para nós como uma imensa produção, acumulação, distribuição e consumo de mercadorias. A análise da mercadoria revelará, por exemplo, que há mais mercadorias do que supúnhamos à primeira vista, pois um elemento fundamental do modo de produção capitalista, o trabalhador, que aparece como um ser humano, é, na verdade, uma mercadoria – ele vende no mercado sua força de trabalho. (CHAUÍ, 2008, p. 48-49)

No bojo da produção da mercadoria, estão contidas também o “valor de uso e valor de troca”, portanto, como explicou a autora “ela não é uma “coisa”, mas um valor. Como valor de uso, parece valer por sua utilidade, e, como valor de troca, parece valer por seu preço no mercado” (CHAUÍ, 2008, p. 49).

Para Louis Althusser, tudo o que é produzido – materialismo histórico – deve ser também reproduzido como garantia de existência, e parafraseando Marx, o autor afirma que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção” (ALTHUSSER, 2022, p. 13). Sobre a ideologia, Althusser foi mais além ao dizer que existem “aparelhos ideológicos do Estado”, sendo eles:

- O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); O AIE escolar (sistema das diferentes escolas públicas e particulares); O AIE familiar; O AIE jurídico; O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos; O AIE sindical; O AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.); O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.). (ALTHUSSER, 2022, p. 43-44)

Estes aparelhos ideológicos cumprem o papel de garantir a reprodução do modo de produção capitalista. A começar pela reprodução da força de trabalho, que consiste no fornecimento de condições mínimas de sobrevivência (o salário-mínimo por exemplo), e a formação escolar, sendo esta a responsável não só por formar mão-de-obra qualificada, mas também para que se internalize valores e regras em benefício da manutenção do sistema capitalista.

O autor por sua vez, partindo da análise de Marx, descreve que, segundo sua percepção é a de que “a ideologia não tem história, dado que a sua história está fora dela, está onde existe a única história possível, a dos indivíduos concretos, etc”, ou

seja, ela é “apenas o pálido reflexo, vazio e invertido da história real, mas ela não tem história própria” (ALTHUSSER, 2022, p. 73).

Neste ponto, o autor diz que acredita “poder sustentar que as ideologias têm uma história própria (embora esta história seja determinada em última instância pela luta de classes)”, e que também “a ideologia em geral não tem história, não num sentido negativo (a sua história está fora dela) mas num sentido absolutamente positivo” (ALTHUSSER, 2022, p. 74).

Para ele, novamente se assemelhando ao pensamento marxiano, na ideologia, “o que é representado não é o sistema das relações dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, ano, p. 82).

Notamos a partir desta análise, que a concepção de ideologia de Althusser coincide com a de Marx e Chauí no que diz respeito a concordância de que a natureza da ideologia é contida da distorção do real, portanto, não abordaremos nas diferenciações técnicas que ele traz a respeito da ideologia, uma vez que os conceitos aqui abordados são os que coincidem com os demais autores sendo assim, trataremos apenas da sua descrição dos aparelhos ideológicos, dando ênfase ao aparelho ideológico educacional, uma vez que este é um dos objetos de disputa dos setores políticos, econômicos e sociais, ou seja, espaço de luta de classes.

Por este mesmo motivo supracitado, não retomaremos os demais aparelhos ideológicos, pois estes já foram descritos no primeiro capítulo, então, nos ateremos à reprodução do sistema capitalista por meio da instituição escolar. Sobre isso, o autor afirma que, desde os primeiros anos escolares, “a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais” e “inculca-lhes durante anos [...] os saberes práticos” que advém da ideologia dominante, sendo estes “[...] o cálculo, a história, as ciências, a literatura”, ou “a ideologia dominante no seu estado puro (moral, instrução cívica, filosofia)”.

Ao chegar na idade útil a produção, “uma enorme massa de crianças cai na produção: são os operários ou os pequenos camponeses”, e quanto aos que apresentam condições de continuar os estudos, estes, preenchem “os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie”. Uma pequena parte, a que consegue ultrapassar esse limite, segundo o autor caem “no semi desemprego intelectual” ou

servem aos papéis de “agentes da exploração (capitalistas, managers)” geralmente se estes forem ligados à outros capitalistas, ou se tornam “os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são <laicos> convencidos)” (ALTHUSSER, 2022, p. 65), ou seja:

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas), de agentes da repressão (saber mandar e ser obedecido sem discussão, ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém, acomodados às subtilezas da Moral, Virtude, da Transcendência, da Nação [...] ALTHUSSER, 2022, p. 65-66)

Segundo o autor, a educação ofertada à classe trabalhadora é diferente da educação destinada aos filhos dos donos dos meios de produção, pois estes devem continuar no papel de liderança, enquanto aqueles devem permanecer desempenhando o papel da “mão-de-obra”, vendendo sua força de trabalho, como descreveu a seguir:

Ora, o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de cultura científica ou literária directamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). (ALTHUSSER, 2022, p. 20-21)

Mas para além do ensino das técnicas utilizáveis ao trabalho, a escola desempenha também o papel de reprodução da conformação e da submissão, sendo este o motivo das disputas pelo seu controle. Associando essa ideia ao Movimento Escola Sem Partido, podemos compreender o anseio pelo controle sistemático do que deve ser ensinado, uma vez que a escola e seus professores adotam uma postura de incentivo à uma educação crítica e libertadora, e gera-se uma ameaça ao sistema de reprodução capitalista.

Para fechar a sequência de concepções ideológicas que servirão como base para o entendimento da ideologia por trás do Mesp e de outras ações empreendidas

pelos liberais, traremos a análise de Luiz Antônio Cunha, que concorda que a ideologia é a “dissimulação”, ou a “ocultação do real”.

O autor deixa isso claro quando afirma que o discurso sobre a educação ter um papel de “correção das desigualdades sociais” é ocultar o verdadeiro papel da educação, que é o de reprodução das condições de acumulação, e dissimular que a educação pode ter esse fim, que é o de erradicar as desigualdades apenas através de políticas públicas de redistribuição de recursos que causem uma melhora na qualidade formativa dos professores e conseqüentemente dos alunos e da sociedade. Sobre essa dissimulação, Cunha (1981, p. 55) traz cinco pontos que criticam a concepção de que a educação, e apenas ela, pode “salvar” a sociedade desigual:

Primeiro, a escada, isto é, as oportunidades de escolarização, não é franqueada a todos. O atendimento do sistema educacional é extremamente desigual entre as diversas regiões do país e, em cada uma, entre as classes sociais. *Segundo*, mesmo onde há maior atendimento, verifica-se uma grande desigualdade na qualidade da educação. Ora o que conta, em termos de qualificação, é o produto a educação, e se esse é desigual, em termos de qualidade, não se pode dizer que há igualdade de oportunidades mesmo quando o atendimento do sistema escolar é amplo. *Terceiro*, as aptidões das pessoas não são características inatas; ao contrário, são um produto da sua primeira educação, associada às condições materiais de vida no que se refere à alimentação, ao desenvolvimento psicofisiológico, ao desenvolvimento de certas destrezas que cada classe social tem *como resultado da vida que leva*. Assim, imaginar que as aptidões são inatas é ignorar o que produz essas aptidões. *Quarto*, a educação (escolar, no caso) está toda organizada para premiar as aptidões desenvolvidas nas classes não trabalhadoras da sociedade. Assim, os processos de avaliação, mesmo os considerados “objetivos”, estão voltados para destacar os indivíduos que absorveram as aptidões (e os comportamentos, estados e manifestações) “naturais”, e “espontâneas”, dessas classes como, por exemplo, o verbalismo e as “boas maneiras”. *Quinto*, dizer que são “razões de ordem intelectual” são expressão de distinções sociais prévias que assumem uma aparência desligada da sua origem. Esse desligamento aparente é reforçado pelo fato e que há sempre uma certa quantidade de indivíduos oriundos da classe trabalhadora que progridem no sistema educacional. O que se esquece, sempre, é que esses indivíduos são exceções em número bastante reduzido em relação aos de mesma origem. (CUNHA, 1980, p. 55-56)

Tendo esses cinco pontos elencados, Cunha derruba o argumento de que, se bem desempenhados os papéis atribuídos à escola, a alcançabilidade de níveis superiores (classes sociais mais elevadas) dependerão apenas da capacidade intelectual de cada um, ocultando que para um bom desempenho escolar, os alunos

deveriam contar com uma base sólida de formação física, psíquica e social, o que faz com que as determinações façam voltas em si mesmas, como ele mesmo descreveu “dizer que as diferenças intelectuais produzem as diferenças de classe é dizer, na realidade, que as diferenças de classe produzem as diferenças de classe” (CUNHA, 1980, p. 56)

Por conseguinte, o que o autor diz é que a educação e os discursos sobre ela desempenham uma função ideológica, pois

[...] dissimula os seus próprios mecanismos de discriminação sociais, legitimando, então, essa discriminação; atrai, também, para si, a preocupação de setores descontentes da sociedade, que passam a vislumbrar na escola o instrumento de superação das condições econômica que produz e reproduz essas condições. (CUNHA, 1980, p. 57)

Dessa forma, esses discursos acerca da educação “lamentam as consequências dessa ordem econômica, deixando intocados, entretanto, os mecanismos que a produzem” (ALTHUSSER, 2022, p. 57), então, ao afirmar que “havendo mais recursos (materiais, humanos e financeiros)”, a situação de desigualdade seria solucionada é uma maneira de falsear a realidade, pois, fazendo isso, esses recursos seriam “redistribuídos de um modo tal que se reeditem os mecanismos de discriminação, como vem ocorrendo na política educacional” (ibidem, p. 58). Isso se confirma nas análises do Movimento Escola Sem Partido.

Sabendo disso, mesmo a menor mudança em forma de avanço em termos de uma educação escolar que desenvolva a criticidade, é vista como ameaça pelos liberais, que por sua vez desejam uma escolarização homogênea e baseada apenas em desenvolvimento de habilidades e competências.

O Brasil então passava por uma situação em que havia um clima de crise na economia, na política e nos setores conservadores devido ao avanço das ideias consideradas por eles como contraventoras da ordem, da moral e dos valores cristãos. Esses fatores, unidos à rede de *fake news* citada no primeiro capítulo deste trabalho, causaram uma explosão reacionária em todo o país.

Essa “explosão” reacionária pode ser observada pelas diversas manifestações ocorridas em 2013. O crescimento dos ataques ao governo que presidia o país naquele momento, e a toda esquerda, criminalizando todas as suas lutas que, no imaginário liberal na economia e conservador nos costumes, queria

destruir as famílias e o país a partir dos seus movimentos contra a homofobia, machismo, racismo, violências de toda a espécie e desigualdades sociais.

Todos esses movimentos citados foram tidos como partindo de um grupo que almejava desconstruir as bases de um país conservador, no entanto, podemos perceber depois do que fora apresentado e analisado nessa pesquisa, que não eram estes os principais motivos para as atitudes reacionárias que partiram da direita brasileira, mas sim, foram utilizadas como bandeiras para o convencimento de toda a população, unindo pessoas que se posicionavam contra o politicamente-correto, os que não negam o racismo no Brasil, os que não aceitam o movimento feminista e a igualdade de gênero, e os que guardavam sua homofobia à sete chaves.

Esse momento coincide com a força que ganha o Movimento Escola Sem Partido. Já desde os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff faziam até então um governo de conciliação de classe, e por mais que eles não confrontassem as denominadas forças de mercado, as demandas da classe trabalhadora e os ganhos conquistados tinham que ser barrados, e para isso, foi necessário o suporte midiático e empresarial que incentiva o ódio ao pensamento crítico e aos pobres. Um congresso e o poder judiciário coniventes com o contexto de golpe que viria a se instalar, depois das eleições de 2014.

A partir deste cenário construído estrategicamente, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi consumado, e assumiu um caráter demolidor inimaginável dos direitos sociais e subjetivos conquistados, afirmando um processo de expropriação maior ainda classe trabalhadora. Esse bloco que assume o poder assumiu abertamente uma recolonização econômica, cultural e educacional. Os exemplos dessas conquistas liberais se desenham nas reformas trabalhistas, previdenciária, educacional (Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular), e a Emenda Constitucional 95 que significou praticamente o congelamento por vinte anos dos investimentos na esfera pública, liquidando as bases materiais para a construção de uma sociedade e educação democráticas.

Ressalta-se que a partir das análises apresentadas nessa pesquisa de mestrado, exporemos os resultados do trabalho empírico de campo, identificando os projetos de lei propostos sobre o tema da “Escola Sem Partido” que deram entrada nas câmaras do Estado do Paraná. Para isso, construímos a seguinte tabela:

Tabela nº 2 – Projetos de Lei/Emendas e Decretos apresentados nas câmaras municipais do Estado do Paraná

MUNICÍPIO	PROJETO/ REQUERIMENTO, EMENDA: ESCOLA SEM PARTIDO	ANO	AUTORIA	SITUAÇÃO
Câmara dos deputados do Paraná	Projeto de Lei 748/2015: Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o “Programa Escola Sem Partido”.	2015	Deputados: Gilson De Souza (PL), Hussein Bakri (PSC), Pastor Edson Praczyk (PL), Ricardo Arruda (PSL), Claudio Palozi (PSC), Paranhos (PSC), Artagão Junior (PSD), Cantora Mara Lima (PSDB), Elio Rusch (UNIÃO), Cobra Reporter (PSD), Tião Medeiros e Schiavinato (PP)	Arquivado.
	Projeto De Lei nº 606/2016: Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa escola sem partido.	2016	Deputado: Ricardo Arruda (PSL) e Felipe Francischini (Solidariedade)	Rejeitado em plenário e arquivado.
Curitiba	Projeto de Lei Ordinária, proposição nº 005.00236.2014, que “Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, a disciplina “Educação e Escola Sem Partido”.	2014	Vereadora Carla Pimentel (PSC)	Devolvido à autora e não aplicado.
	Projeto de Lei Ordinária,	2017	Vereadores: Thiago Ferro	Em tramitação.

	proposição nº 005.00275.2017 que "Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola Sem Partido".		(PSDB), Ezequias Barros (PRP) e Osias Moraes (PRB).	
	Emenda Aditiva ao Projeto de Lei, Proposição nº 005.00275.2017, que "Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o Programa Escola Sem Partido.	2017	Vereadores: Thiago Ferro (PSDB), Dr. Wolmir (Solidariedade) Ezequias Barros (PRP) e Osias Moraes (PRB) .	Em tramitação.
Londrina	Projeto de Lei nº 00026/2017, institui, no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Londrina, o Programa Escola Sem Partido.	2017	Filipe Barros de Baptista Toledo Ribeiro (PRB)	Arquivado.
Maringá	Projeto de Lei Ordinária nº 14343/2017 , institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o programa escola sem partido.	2017	Vereador William Gentil (PL)	Arquivado em conformidade com o artigo 151, § 2º, do Regimento Interno (Inadmissibilidade)
Ponta Grossa	Projeto de Lei Ordinária nº 372/2017: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola sem Partido".	2017	Vereador Vinícius Camargo (PSD)	Aprovado.
Cascavel	Projeto de Lei nº 155/2017: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino do Município de Cascavel, o "Programa Escola sem Partido"	2017	Vereadores Rômulo Quintino (PSL) e Celso Dal Molin (PR)	Arquivado.
	Projeto de Lei Ordinária nº 19/2017: institui, no âmbito do sistema municipal de ensino do município de cascavel, o "programa escola sem partido"	2017	Rômulo Quintino (PL)	Arquivado a pedido do autor.

Foz do Iguaçu	Projeto de Lei 130/2014: Institui no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, o "Programa Escola sem Partido".	2014	Luiz Queiroga (DEM)	Retirado pelo autor.
	Projeto de Lei 95/2017: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino de Foz do Iguaçu, o "Programa Escola sem Partido".	2017	Dr. Brito (Patriotas)	Arquivado.
Colombo	Projeto de Lei do Legislativo Nº 769/2016: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola sem Partido".	2015	Hélio Feitosa Lima (PP)	Arquivado.
Toledo	Projeto de Lei nº 191/2014: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola sem Partido"	2014	Vagner Delabio (PSD)	Arquivado.
Apucarana	Projeto de Lei nº 123/2017: Institui no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola Sem Partido e dá outras providências.	2017	Vereador José Ailton Deco de Araújo (PL)	Retirado de pauta e arquivado.
Arapongas	Projeto de Lei do Legislativo nº 45/2017: Dispõe no âmbito do sistema municipal de ensino o programa escola sem partido e dá outras providências.	2017	Rubens Franzin Manoel (DEM)	Aprovado.
	Lei nº 3.609/2017: Dispõe no âmbito do Sistema Municipal de Ensino o Programa Escola Sem Partido e dá outras providências.	2017	Sergio Onofre da Silva (PSC)	Aprovado e transformado em lei.
Umuarama	Projeto de Lei Ordinária nº 52/2017 Institui no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Umuarama, o "Programa Escola	2017	Vereador Junior Ceranto (PSD)	Em tramitação.

Sem Partido”.				
Francisco Beltrão	Requerimento nº 100/18: solicita informações sobre a viabilidade técnica e política de ser apresentado, por iniciativa do Sr. Prefeito Municipal, projeto de lei ordinária que institui no sistema municipal de ensino de Francisco Beltrão o “Programa Escola sem Partido”.	2018	Pedro Claudionor dos Santos – DEM, Rodrigo Inhoatto - PDT	Em tramitação.
Rolândia	Projeto De Lei Nº 063: Dispõe no âmbito do Sistema Municipal de Ensino o Programa Escola Sem Partido e dá outras providências.	2017	Alex Santana (PSD), André Francisco Mariano Cardozo (PSC), Reginaldo Aparecido da Silva (PSD), Rodrigo da Costa Teodoro (PSD), João Salvador dos Santos (PSC)	Em tramitação.
Marechal Candido Rondon	Projeto de Lei nº 29/2017: Institui, no âmbito do Sistema de Ensino Municipal de Cornélio Procópio, o programa “Escola Sem Partido”.	2017	Ronaldo Pohl (PSD)	Vetado.
Cornélio Procópio	Projeto de Lei Nº 025/2018: Institui, no âmbito do Sistema de Ensino Municipal de Cornélio Procópio, o programa “Escola Sem Partido”.	2018	Ismar Medeiros da Nóbrega - PSD	Retirado de pauta pelo proponente.
Jacarezinho	Projeto de Lei do Legislativo nº 3/2018: Institui o programa "escola sem partido" no âmbito do sistema municipal de ensino e dá outras providências.	2018	Edilson da Luz (DEM)	Não aprovada.
Tijucas do Sul	Projeto de Lei Nº 22/2018: Institui, no âmbito do sistema	2018	Antonio Cláudio Martins (PSDB)	Não aprovada.

**municipal de
ensino, o
"Programa Escola
sem Partido".**

Santa Cruz de Monte Castelo	Projeto de Lei nº 002/2014: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "programa escola sem partido".	2014	Armando de Meira Garcia (Bola) PSDB	Aprovado mas impedido pelo STF.
-----------------------------	---	------	-------------------------------------	---------------------------------

Fonte: elaborada pelo autor.

Dos quatrocentos e noventa e nove municípios, dezenove apresentaram projetos de lei intitulado "Escola Sem Partido, sendo eles: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Colombo, Toledo, Apucarana, Arapongas, Umuarama, Francisco Beltrão, Rolândia, Marechal Candido Rondon, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Tijucas do Sul e Santa Cruz de Monte Castelo.

A partir de quais municípios apresentaram cada proposição, podemos perceber que, em relação a quantidade de municípios existentes no Paraná, o número de cidades que aderiram a essa temática não foi nada expressivo, no entanto, isso não quer dizer que a repercussão causada pelos debates e programações da mídia, redes sociais e pela população em geral, não tenha sido nociva para o conjunto dos professores que criticam o falseamento da história.

De acordo com a tabela, apenas dois projetos foram aprovados, passando "despercebidos" pelo STF. Mesmo que a compreensão da jurisprudência sobre a hierarquia de legislações, que faz com que se perca o efeito efetivo de tal lei entendida como inconstitucional pelas instancias jurídicas superiores, a sensação de perseguição e medo continuam sendo uma constante no cotidiano dos professores.

Em cinco municípios, os projetos estão há anos em tramitação, deixando-se notar que não houve apoio efetivo dos legisladores, ou os pronunciamentos expedidos pelos ministros sobre a inconstitucionalidade das proposições causaram o "abandono" de tais ideias.

Mesmo com o desconhecimento do que havia por trás destes projetos, seja almejar uma eleição ou reeleição, ou ganhar os holofotes em seus ambientes, a maioria da população passou a acreditar que realmente estas proposições tinham um teor sério e que visavam a proteção dos estudantes contra os professores que agora seriam vistos como doutrinadores.

Essa mobilização causada pela intensa divulgação destas ideias, aliadas ao cenário de perseguição a esquerda que se vislumbrava no recorte dos anos de 2014 a 2018, contribuíram em muito para que professores passassem a ter medo de apresentar aulas que abordassem temas atuais, como os de temas políticos, históricos e sociais. Professores passaram a ser gravados, principalmente se fizessem alguma crítica ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao fazer buscas na internet, poderemos observar alguns vídeos divulgados em que professores criticam o capitalismo e o ex-presidente, denunciados como se tal posicionamento político fosse afrontoso, enquanto os mesmos que criticavam o posicionamento político anti-esquerda de tais professores não traziam em suas plataformas professores elogiando o atual sistema ou o governo Bolsonaro, mesmo eles coexistindo e se expondo na mesma medida, ou seja, a escola neutra que se pretende, não é neutra. A neutralidade que se requeria era a proibição de se criticar a direita, o liberalismo, a moralidade cristã ou políticos da direita.

Em Maringá, em 2017, por exemplo, o vereador Alex Chaves enviou um requerimento (nº1769/2017) pedindo esclarecimento sobre um curso envolvendo diretores de instituições escolares, que supostamente teriam abordado a diversidade sexual, religiosidade, ideologia de gênero, e se o palestrante seria um líder da associação LGBT. A situação foi esclarecida e o requerimento foi arquivado, mas o sentimento de medo já havia sido causado.

No município de Cambé, não foi apresentada proposição sobre o Escola Sem Partido, mas os ataques aos professores acabaram ocorrendo da mesma forma. Em 2017, após a realização de um trabalho de Arte em um colégio estadual, os professores pediram para que os alunos fizessem trabalhos artísticos representando temas atuais que causassem incômodo a eles e a sociedade em geral, e o resultado foi surpreendente. Os alunos abordaram os casos de abusos sexuais ocorridos nas instituições cristãs, suicídio, aborto, entre outros. O que era para ser um trabalho impactante e reflexivo, acabou se tornando alvo de denúncias por parte dos pais que se ofenderam com a proposta, e não só eles, mas as manchetes chegaram até o então senador Magno Malta, que gravou um vídeo polemizando sobre o caso. Dois professores foram afastados do cargo como punição.

Em suma, o que fica subentendido a partir destes fatos é que tais “problemas” sociais não devem ser debatidos, eles devem ser ocultados, como forma de falseamento da realidade, como afirmou Marx acima; assim como a desigualdade

social e suas causas, assim como as violências de gênero, como o racismo e como a homofobia, pois no mundo liberal e consumista que vivemos, essas “anomalias” não devem ter espaço de debate.

Em Marechal Cândido Rondon, além do Projeto de Lei nº 29/2017, surgiu uma polêmica após uma aluna do ensino médio acusar a professora de doutrinação esquerdista após esta ter defendido o programa Mais Médicos. O vídeo chegou até o Movimento Brasil Livre (MBL), divulgado em sua página na plataforma Facebook, no entanto, não se encontra mais disponível, apenas na plataforma Youtube.

Estes exemplos, ilustram a reação em cadeia gerada pela intensa divulgação empreendida pelos partidários da direita e pertencentes às bancadas evangélicas e do boi. Não obstante, após a eleição do ex-presidente conservador e de extrema direita, estes assuntos arrefeceram aos poucos, ainda mais pelo tratamento de inconstitucionalidade determinada pelo STF, mas muitos políticos já tinham garantido os votos e até suas eleições e reeleições com a apropriação da pauta.

Na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o projeto de lei “Escola Sem Partido”, de autoria de Ricardo Arruda (PSL) e Felipe Francischini (PSL) entrou na Ordem do Dia no dia 16 de setembro de 2019, completando três anos de seu protocolo. Com um placar de 27 votos contra e 21 a favor, o projeto que previa implantar o Escola Sem Partido no sistema estadual de ensino foi derrotado.

Assim como na ALEP, projetos semelhantes foram apresentados em diversas câmaras municipais do Estado do Paraná, algumas sob o título “Escola Sem Partido”, e outros, proibindo a chamada “ideologia de gênero”.

A começar pelas proposições da câmara legislativa do Paraná, a ALEP, o deputado Ricardo Arruda que agora pertence ao PL, e que sempre deixou às claras seu apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentou o primeiro projeto 748/2015 junto a outros vereadores, o qual foi arquivado. Em seguida, em 2016, aliou-se ao Deputado Felipe Francischini (PSL) e apresentou novo projeto intitulado “Escola Sem Partido”, o qual foi derrotado em uma votação apertada, e teve seu projeto arquivado. No entanto, em 2022, o deputado Ricardo Arruda não se deu por vencido e demonstrou interesse em apresentar novamente o projeto, segundo a Folha de Londrina. (LONDRINA, 2023)

Os projetos de leis e emendas “Escola Sem Partido” apresentados em dezenove municípios, além dos dois projetos apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná, apresentam documentação igual ou semelhante a

documentação fornecida pelo site Escola Sem Partido, contendo como núcleo em comum o seguinte texto:

Esta Lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 30, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), o "Programa Escola sem Partido", em consonância com os seguintes princípios:

- I - dignidade da pessoa humana;
- II - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- III - pluralismo de ideias;
- IV - liberdade de aprender e de ensinar;
- V - liberdade de consciência e de crença;
- VI - proteção integral da criança e do adolescente;
- VII - direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania;
- VIII - direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

Estes incisos, se contradizem entre si na medida em que visam garantir o pluralismo de ideias e a liberdade de aprender e ensinar, liberdade de consciência e de crença, mas requer, em seu inciso II, uma suposta neutralidade política, ideológica e religiosa. Ora, o ambiente escolar é um espaço de convivência com as diversidades e com a pluralidade, e isso é posto para professores e alunos, sendo assim, as questões latentes na sociedade podem e devem ser tratadas em sala de aula, observando o pluralismo de ideias.

Quanto às atribuições do professor, as legislações propostas pelo Movimento expõem que, de acordo com suas funções, o docente:

- I - Não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas ou partidárias;
- II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;
- V - Respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções
- VI - Não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

Destarte, podemos apontar mais contradições no corpo deste documento, o primeiro, “Não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas ou partidárias” contradiz o princípio da pluralidade de ideias e liberdade de crença.

O inciso IV, diz que ao abordar um assunto, este deve ser apresentado de forma a contemplar as “principais versões, teorias, opiniões e perspectivas”, ou seja, na prática, haveriam duas formas de se compreender a escravidão no Brasil, as causas da desigualdade social, o machismo que mata uma mulher a cada sete minutos (UOL, 2022), ou a homofobia, que só em 2022 vitimou 256 pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIA+. (O GLOBO, 2023)

O autor Zanatta, que se intitulou favorável ao Escola Sem Partido, afirma que

O professor ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria; É esperado que o professor exponha as principais teorias sobre o assunto acadêmico acerca de um tema, o que não pode é a exposição de forma unilateral, tendo o assunto teorias, opiniões e ideias divergentes, sendo necessário a exposição dos pontos favoráveis e contrários a cada uma destas, mas tem que expor todas com o mesmo empenho e tempo. A liberdade de aprender do discente tem contido o direito de este conhecer todas ou as principais vertentes sobre o assunto, sem sonegar informações. A liberdade do professor vai até a onde começa a do aluno. (ZANATTA, 2018, p. 20-21)

Em termos práticos, os professores deveriam apresentar os dois lados do liberalismo (assumindo que existem dois lados, um positivo e outro negativo), sendo o negativo a desigualdade em razão da perda de direitos trabalhistas e exploração, ou que existem duas opiniões sobre o racismo, machismo e homofobia, ou ainda, que o desmatamento e a destruição do meio ambiente possuem duas faces, positiva e negativa.

Em resumo, devemos questionar o porquê de os movimentos reacionários afirmarem que há intensos debates sobre essas questões julgadas impróprias por eles, uma vez que, se essas temáticas forem realmente abordadas com seriedade, o cenário certamente seria outro.

Quanto ao inciso III, há quem concorde e quem discorde, entretanto, segundo as normas, os alunos não podem se ausentar da escola sem autorização de seus pais, e quando maiores de idade, a decisão cabe ao aluno participar de

manifestações ou não. No caso do primeiro, é certo que os alunos não podem ser obrigados a participar de manifestações e atos políticos e nem ao menos serem punidos por isso, o que recorre em crime que pode ser denunciado à Secretaria da Educação e até mesmo ao Ministério Público.

Além das normas que designam os comportamentos e o modo como o professor deverá lecionar, o artigo a seguir expõe que deverão ser fixados nas salas de aula e salas de professores “cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 (noventa) centímetros de altura por 70 (setenta) centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”, e se tratando de educação infantil, “os cartazes referidos no caput deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores”. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

Quanto às escolas particulares “que atendam a orientação confessional e ideologia específicas”, a lei não se aplica em razão das normas próprias acordadas pelos pais e estudantes. Ou seja, nas escolas particulares pode ser ensinado e aprendido todo tipo de conteúdo, priorizando-se a liberdade, e apenas a escola pública (a que forma a classe trabalhadora) deve ser vigiada e controlada, portanto, se “o projeto Escola Sem Partido, em sua definição, visa coibir práticas da doutrinação ideológica, propaganda político-partidária e ideologia de gênero nas escolas, através de uma consubstanciação de normas e princípios constitucionais e federais já existentes”. (ZANATTA, 2018, p. 10), por que essa mesma lei não poderia ser aplicada a todas as instituições, uma vez que segundo seus propositores, o não cumprimento destas normas acarretariam riscos para a sociedade?

Ao defender a liberdade de cátedra de forma “não doutrinadora”, como autor (ZANATTA, 2018, p. 10) acredita existir, este afirma que a “não observância ao direito de liberdade de cátedra, alcança-se o partidarismo, que confronta diretamente o princípio da neutralidade do estado, que não pode tomar parte ideológica e/ou político-partidária através de seus agentes no momento em que estes agem pelo Estado”, neste ponto, o autor defende que o Estado goza de uma neutralidade, quando sabemos que essa afirmação não é verdadeira, uma vez que o Estado é incumbido de garantir a ordem e progresso a acumulação de capital.

O autor (ZANATTA, 2018, p. 15) também acusa professores de esquecer ou desconhecer o “princípio constitucional” que “existe no intuito de guiar e nortear valores que fundamentam o Estado Democrático de Direito, buscando organizar

todas as ideias diferentes em um Estado, o qual não toma parte em ideologias partidárias, políticas e religiosas” e, por isso, defendem que não é possível agir com neutralidade.

Essa afirmação supracitada, contrapõe a realidade atual marcada pela presença incisiva do neopentecostalismo existente no Brasil, e que ganhou força com a eleição vencida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Podemos observar além de objetos (cruzes, por exemplo) em câmaras municipais, estaduais e federais, incentivo à cultos, criação de leis de cunho religioso ou até mesmo impedimentos de leis que fogem da doutrina cristã, ou seja, o Estado “neutro” defendido por Zanatta (2018), não é apartidário – basta lembrar como decorreu o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff -, e também não é laico, uma vez que os líderes, em sua maioria, defendem um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

A neutralidade pretendida pelos autores das propostas se torna inválida quando não há duas verdades sobre as temáticas debatidas. Vejamos o caso da homofobia, do racismo e da igualdade de gênero quando se diz que ideias opostas também devem ser apresentadas: o contrário da defesa de que homossexuais ou pessoas que não se identificam como homem/mulher devem ser respeitados, é a homofobia, o que constitui crime pela constituição. O mesmo pode se dizer do racismo e dos estudos acerca da escravidão, da valorização da ancestralidade e do respeito as religiões de matriz africana, seu contrário seria afirmar que o racismo não existe no país em moramos, tendo em vista as diversas notícias de violências sofridas diariamente por pessoas negras.

Em se tratando das questões de gênero, é preciso lembrar que “ideologia de gênero” foi uma expressão adotada para desvirtuar o conceito de “estudos de gênero”, sendo utilizados argumentos de que a escola estaria incentivando os alunos a se identificar com gêneros diferentes, ou que essa temática teria sido tomada por feministas que desejam destruir os papéis do homem e da mulher, e consequentemente a família tradicional. O primeiro argumento já foi tratado aqui, mas devemos lembrar que a escola não incentiva “mudanças de gênero”, e sim, apresenta a questão dada a sua relevância no contexto social que vivemos, priorizando a intenção de promover o respeito às diferenças.

Apesar de defender que os projetos Escola Sem Partido são constitucionais, e mesmo afirmando que os projetos não criam leis novas e diferentes das que já existem, o poder judiciário estaduais e federais já se manifestaram em contrário as

propostas, assim como a própria Ordem Dos Advogados do Brasil também o fez, como mostraremos a seguir.

O Tribunal de Justiça do Paraná, no poder de sua função jurídica, conferiu a necessidade de declarar que a proposta de Lei Municipal de nº 005.00275.2017, de Curitiba, “possui insanável vício de constitucionalidade formal, conspirando que a competência para legislar sobre as questões envolvendo diretrizes e bases da educação compete privativamente à União”. O tribunal em questão, afirmou que “apesar da iniciativa ter ares positivos”, na verdade o projeto viola:

disposições constitucionais de ordem formal e material; direitos fundamentais supralegais recepcionados pela Constituição e previstos em Tratados do qual o Brasil é signatário; decisões do Supremo Tribunal Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; bem como diversas outras normas relacionadas ao ambiente educacional e à liberdade de magistério. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

Dando prosseguimento à jurisprudência sobre a temática Escola Sem Partido, salientou-se que o projeto “viola preceitos constitucionais basilares”, e que “segue na contramão do desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária fundada na dignidade da pessoa humana e com o objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (ibidem)

Além das questões de violações da constitucionalidade, a jurisprudência foi cirúrgica ao afirmar que “a pretensão da Lei é de promover “censura prévia, de maquiagem a realidade, cercear a liberdade do professor e, sobretudo, seguir na contramão da história, a contrapelo dos objetivos constitucionais (...)” (ibidem) Ressaltou, ainda, que tais projetos

Aduziram ofensa ao devido processo legislativo considerando que a iniciativa para legislar sobre determinadas questões – Regime Jurídico dos Servidores Municipais – é exclusiva do Poder Executivo Municipal e, em outras questões – diretrizes e bases da educação – é exclusiva da União; G) sustentaram que a Advocacia Geral Da União se pronunciou contrariamente perante o Supremo Tribunal Federal, como *amicus curiae*, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537, certo que tal ADI trata de situação análoga verificada em um projeto de Lei do Estado de Alagoas; H) que os precedentes do STF dão guarida ao entendimento narrado neste mandamus e pretendem a concessão de tutela de urgência para que o Impetrado não inclua o projeto de lei impugnado na pauta de julgamento na Câmara de Vereadores da Capital. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

A partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal declarou-se “Ação direta de inconstitucionalidade” ao “Programa Escola Livre”, que mesmo se tratando da Lei 7.800/2016 de Alagoas, serviu de base para todas as demais jurisprudências em todo o Brasil, sob a justificativa de que tais proposições contêm “vícios formais de competência e iniciativa” e “afronta ao pluralismo de ideias”, argumentos que foram pontuados a seguir:

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III);
2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º);
3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais;
4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, c e e, ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos.
5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214).
6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º).
7. Plausibilidade do direito e perigo na demora reconhecidos. Deferimento da cautelar. (Supremo Tribunal Federal, ADI 5.537 – Ministro Roberto Barroso - DJE nº 56, 22/03/2017). Dessa forma, ponderando às inconstitucionalidades e ilegalidades constatadas no trâmite da proposição legislativas na iniciativa do Projeto de Lei nº 005.00275.2017 e o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal em relação ao direito de vereadores impetrarem Mandado de Segurança, mantém-se a sentença em sede de remessa necessária. Posto isso, manifesta-se o voto no sentido de conhecer e manter sentença em sede de remessa necessária. (TJPR – JURISPRUDÊNCIA)

No cerne do debate acerca do Movimento Escola Sem Partido, e tendo em vista as inúmeras proposições apresentadas, o Ministério Público do Paraná, “na qualidade de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, no exercício de sua missão constitucional prevista no art. 127 da Constituição Federal”, veio a público para “Afirmar seu compromisso inflexível e inabalável quanto à observância da supremacia da Constituição Federal”, defendendo “o direito à educação plural e livre, a gerar o pleno desenvolvimento das pessoas e a sua capacitação para o exercício da cidadania (art. 205 da Constituição Federal)” salientando e respeitando

os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como do pluralismo de ideias, do respeito à liberdade, do apreço à tolerância, da consideração com a diversidade étnico-racial e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, consagrados no art. 206, incisos I, II e III da Constituição Federal e no art. 3º, incisos II, III, IV, XI e XII, da Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional. (MPPR, 2019)

Além da liberdade de aprender e ensinar, o MPPR reiterou seu dever de velar “pela liberdade de consciência, de crença e de cátedra e pela possibilidade ampla de aprendizagem” como consta no artigo 206 da Constituição Federal, e pelo “princípio da laicidade do Estado brasileiro”, referido no artigo 19, I, também da Constituição Federal. (MPPR, 2019)

Para isso, há de se considerar que “a escola é ambiente científico adequado para a difusão dos valores da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político”, sendo que, não respeitados esses valores, a “construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” como preconizam os artigos 1º e 3º da Constituição Federal, não pode acontecer. (MPPR, 2019)

Portanto, o Ministério Público do Paraná afirmou

Repudiar qualquer tentativa de estabelecimento de vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de estudantes, possam gerar a perseguição de professores e demais servidores públicos da educação no exercício de suas atribuições, comprometendo os princípios fundantes da democracia brasileira, previstos nos incisos IV (“é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”) e IX (“é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente

de censura ou licença"), do art. 5º da Constituição Federal. (MPPR, 2019)

Concordando com outros órgãos que já se posicionaram, Ivonei Sfoggia (Procurador Geral de Justiça), estabeleceu que cabe as instituições designadas a guardar a constituição, que estes devem “atuar judicial e extrajudicialmente para garantir a educação pública de qualidade, coibindo as tentativas de estabelecer proibições vagas e genéricas de controle do conteúdo pedagógico desenvolvido nas escolas”. (MPPR, 2019)

Não apenas a Procuradoria-geral da União, e o Ministério Público Federal e Estaduais se posicionaram contra as propostas, mas também a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No Paraná, a OAB manifestou “preocupação em relação ao PL 606/2016, que dispõe sobre a promoção do respeito à neutralidade política, ideológica e religiosa aos alunos das instituições de ensino, em processo de deliberação na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep)”, e afirmou que

O projeto é manifestamente inconstitucional, primeiro, por vício de iniciativa, vez que a matéria de que trata é de competência exclusiva da União, como já destacado em parecer da Procuradoria Geral da República e em decisão monocrática do relator da ADI-5537, que tramita no Supremo Tribunal Federal. Segundo, ao pretender interferir na liberdade de cátedra, instituindo um rol de restrições sobre o corpo docente, estabelece verdadeiro regime de vigilância sobre o ensino e a aprendizagem. (OAB-PR, 2017)

A seção Paraná da OAB, ressaltou que tais projetos não podem servir como “instrumento para censura”, pois, sendo assim, colocaria em risco a “efetividade do Estado Democrático de Direito”, devendo prevalecer “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II da CF), bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. Do contrário, seria um “perigoso passo rumo à violação de direitos fundamentais” garantidos pela Constituição Federal. (OAB-PR, 2017)

Para o autor Renato Nunes Bittencourt (2017), o Escola Sem Partido é um projeto neoliberal, que

[...] visa estabelecer uma gestão pedagógica rigorosamente pragmatista, de modo a formar quadros técnicos altamente especializados para a organização dos seus escalões elevados, ao mesmo tempo em que visa precarizar as bases estruturais do sistema público de educação, de modo a naturalizar nas consciências juvenis as divisões sociais perpetradas pela ordem capitalista como se esta fosse uma estrutura inevitável. (BITTENCOURT, 2017, p. 119)

Ao tentar naturalizar a estrutura econômica e social, os defensores da educação escolar neutra conquistaram a reformulação curricular que reduz o contato dos estudantes com matérias reflexivas, como Filosofia e Sociologia, pois elas “estimulam uma reflexividade crítica sobre os valores vigentes, as ideias, o sentido da ação humana, as organizações sociopolíticas e suas contradições” (BITTENCOURT, 2017, p. 120)

A usual desvalorização institucional das disciplinas reflexivas se cristaliza no imaginário estudantil, que comumente identifica nesses conteúdos um momento de contragosto pessoal, já que nesses saberes críticos o estudante é estimulado pedagogicamente a analisar as bases sectárias de nossa formação política, tarefa que exige de cada pessoa uma inevitável autoanálise de seu papel como ator social, revelando comumente suas contradições axiológicas e suas feridas existenciais. (BITTENCOURT, 2017, p. 120)

Estimular a reflexão e a criticidade não é assumir um lado político, mas é uma ação política e social, uma vez que configura a análise da organização social e econômica, produzindo o debate e o conhecimento. O autor afirma que “é conveniente que questões partidárias não sejam inseridas na práxis pedagógica, evitando-se assim a polarização propagandística de ideias concernentes a uma dada associação política”, mas aponta que

Ocorre no discurso da Escola sem Partido uma tendenciosa confusão entre partidarismo e política, visando justamente retirar da dimensão educacional a necessária análise dos fenômenos concretos da práxis política. (BITTENCOURT, 2017, p. 122)

De acordo com Bittencourt (2017), o Escola Sem Partido que diz “lutar contra a manifestação de ideologias na educação é, ele mesmo, ideológico”, cujo interesse real disfarçado de neutralidade na educação escolar é “criar uma massa profissional alienada mediante sua adequação ao tecnicismo” (p. 122)

Por outras palavras, os promotores da Escola sem Partido pretendem excluir do debate educacional quaisquer temas usualmente associados ao espectro da esquerda para que as pautas direitistas dos partidos interessados nessa estigmatização da crítica política encontrem assim espaço livre para sua inoculação, visando degradar as já frágeis bases democráticas da sociedade brasileira, de modo a favorecer a hegemonia dos grupos políticos caracteristicamente obscurantistas e adeptos do discurso truculento afiliado ao fascismo. (BITTENCOURT, 2017, p. 122-123)

O Supremo Tribunal Federal portanto, frisou, julgando as tentativas de instituição do programa nas escolas públicas, que a Constituição garante uma educação emancipadora, que possibilite a pessoa o desenvolvimento pleno em todos os âmbitos da vida. Com esse propósito, elencou que devem ser observadas as diretrizes que garantem a liberdade de aprender e ensinar e o pluralismo de ideias. Também afirmaram que “a ideia de neutralidade política e ideológica pretendida pela lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância, tal como previstas na Lei de Diretrizes e Bases” (COELHO, 2021)

Destarte, excluindo o debate e a reflexão do espaço escolar, sobra apenas a exposição dos conteúdos prontos e acabados, abrindo espaço para a conformação e aceitação da sociedade desigual como natural e imutável, fechando o espaço para o questionamento do status quo, da desigualdade, e do diferente.

A escola é o espaço institucional que consideramos mais favorável à pesquisa, aprendizado e debate sobre as questões latentes na sociedade. Conforme afirmou o autor, “toda inserção de temáticas culturalmente polêmicas, que contestem a estruturação normativa do status quo são passíveis de vituperação e de judicialização”, ou seja, deve-se questionar e discutir todos os temas, principalmente os mais polêmicos, tendo em vista que um dos princípios da educação é a formação para a cidadania. Como destacou o autor:

Uma práxis cultural esclarecida não hesita em debater qualquer temática, dissolvendo os tabus que envolvem determinados conteúdos relegados ao esquecimento como forma justamente de se compreender os erros e os acertos de dada experiência sociopolítica. Quando ocorre o silenciamento da análise crítica em nome da pretensa harmonia pedagógica abre-se o caminho para a legitimação da barbárie, pois as vozes de dissenso são emudecidas e a unidade axiológica se torna o padrão por excelência. (BITTENCOURT, 2017, p. 123)

É por esta razão que a educação não é e nem pode ser neutra. Como explicou o autor Giroux (2003, p. 161), “a educação política significa reconhecer que a educação é política porque é diretiva e dirige-se a uma natureza inacabada daquilo que significa ser humano, intervir no mundo, pois o protagonismo humano é condicionado e não determinado”, destarte, o processo de construção do ser humano enquanto cidadão depende da constante construção e reconstrução dos saberes e suas significações, conforme do destaque a seguir:

[...] A educação política também significa ensinar aos estudantes a correr riscos, fazer perguntas, desafiar aqueles no poder, honrar tradições críticas e ser reflexivo a respeito da forma como a autoridade é utilizada na sala de aula e em outros espaços pedagógicos. Uma educação política propicia a oportunidade para que os estudantes não apenas se expressem de forma crítica, mas para que alterem a estrutura de participação e o horizonte de debate pelo qual suas identidades, seus valores e seus desejos são moldados. Uma educação política constrói condições pedagógicas para capacitar os estudantes para entenderem como o poder opera sobre eles, através deles e por eles, para construir e ampliar seu papel como cidadãos críticos (GIROUX, 2003, p. 161).

Questionar as estruturas sociais, as razões de ser da natureza, é formar para a cidadania. Uma educação que tolhe o debate, esconde ou não discute o diferente, não é neutra, pois se reforça o que está dado como pronto e acabado, esta é uma escolha política. Como ressaltou o autor “mesmo a defesa incondicional da neutralidade axiológica já se configura uma tomada de decisão, uma escolha singular. Exigir neutralidade de alguém, portanto, denota tendenciosidade.” (BITTENCOURT, 2017, p. 127)

O professor comprometido pedagogicamente com a formação de um coletivo de estudantes intelectualmente autônomos, reflexivos, dotados de senso crítico, quer que eles assim o sejam, circunstância que demonstra sua atuação proativa em favor desse processo ótimo de desenvolvimento das capacidades intelectuais. Se porventura postulássemos a absurda existência de professores desprovidos desse objetivo emancipatório, o docente guiado pelos princípios do formalismo da neutralidade se assemelharia a uma máquina propagadora de conteúdos, sem qualquer humanidade na criação do discurso pedagógico. (BITTENCOURT, 2017, p. 128)

O professor desprovido de criticidade supracitado é o que corresponde às ideias do Mesp, ou seja, um mero reprodutor de conteúdos, executor de tarefas e que forma outros seres humanos executores de tarefas não dotados de criticidade, que não questionam e não saem dos limites estabelecidos pela neutralidade.

Enquanto docentes, inseridos no cotidiano escolar, temos conhecimento de que com a abundância de conteúdos e um curto espaço de tempo já é difícil abrir espaço para o debate e para o estímulo da criticidade, da criatividade e da formação psicossocial para a transformação, mas para além disso, outros fatores também desestimulam e até impedem essa formação mais crítica, como por exemplo:

Baixos salários, assédio moral constante, precarização das condições trabalhistas, diversas condições degradantes são a regra do cotidiano profissional do professor, cada vez mais desestimulado a desenvolver uma carreira inovadora e proativa. A violência

concreta e a violência simbólica se conjugam na alienação existencial do professor. (BITTENCOURT, 2017, p. 129)

Portanto, além das dificuldades enfrentadas que foram citadas, o Escola Sem Partido “torna o docente ainda mais espoliado pelo sectarismo do status quo, refratário ao processo de esclarecimento intelectual que é resultado direto da livre iniciativa para pensar de todos os sujeitos inseridos no mundo educacional”, pois retira do professor a autonomia e o objetivo transformador da educação, submetendo os:

[...] ao crivo do mercado, que exige do professor a transmissão de conteúdos adequados ao espírito do capitalismo para tornar seus estudantes mais preparados para o processo altamente competitivo e imperdoável da sociedade administrada, mas também ao silenciamento do discurso imputado como subversivo pelos detratores defensores da soberania do mercado como princípio dogmático. (BITTENCOURT, 2017, p. 129)

Nesse contexto, se requer do professor duas escolhas, sendo que nenhuma delas é neutra. Como destacou Gadotti (1987, p. 18) “educar é reproduzir ou transformar, repetir servilmente algo que foi, [...] querer que o passado configure todo o futuro ou partir dele para construir outra coisa”. Destarte, se reafirma que educar “é um exercício político” não só porque se desenvolve no “espaço social da convivência, a esfera pública”, mas porque um dos objetivos da educação é a formação para a cidadania, ou seja, para que o estudante se torne um “participante ativo na organização social, não apenas como profissional, mas como sujeito político cômico de sua cidadania, muitas vezes escamoteada, mas que não pode jamais ser suprimida, não obstante todo reacionarismo contrário”. (BITTENCOURT, 2017, p. 131)

Sendo assim, não é doutrinação abordar e debater as temáticas tidas como polêmicas, vituperadas, que questionam o status quo e as bases que estruturam a sociedade, pelo contrário, isto é fomentar a criticidade, a criatividade e a construção e reconstrução do saber, como ressaltou o autor:

[...] o espaço educacional da análise crítica não pode ser controlado pela política do silêncio, que gera consenso não por convencer, por debater, por intercomunicar, mas por optar autoritariamente pelo vazio discursivo. Se porventura todos os temas considerados como tabus pelo status quo fossem descartados na dimensão educacional, científica e cultural, acreditaríamos ainda ser a Terra uma estrutura plana e o centro do universo. (BITTENCOURT, 2017, p. 132)

É a partir do questionamento e do debate que construímos as novas bases que estruturam a sociedade, entendendo o que reproduz a desigualdade e a exclusão, estimulando a transformação humana, econômica e social. É neste sentido que reiteramos que a educação não é neutra, pois ela se torna reprodutora ou transformadora a partir do silenciamento ou do debate, respectivamente. No caso da adoção do silêncio, serve aos poucos beneficiados pela reprodução das relações capitalistas, sendo que estes poucos são os que temem a quebra do silêncio e o debate, pois estes resultam em questionamentos, e questionamentos levam a compreensão sobre quem sustenta essas relações e como, ou seja, através da alienação e exploração, situações que se tornam objetivos de serem transformados quando confrontados pelo conhecimento e pela crítica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1960, no período que precedeu o golpe militar de 1964, o país vinha apresentando problemas econômicos que foi resultado da crise econômica e política do último governo Vargas, da herança das dívidas de construção de Brasília, e da pressão dos movimentos populares contra a desigualdade social. Essa contestação criou condições políticas para que João Goulart propusesse as Reformas de Base educacional, fiscal, política, urbana e agrária. O delírio da oposição da direita Udenista deflagrou uma campanha contra a suposta orientação comunista do governo que presidia o Brasil neste momento, pois de acordo com a direita, João Goulart almejava uma distribuição de renda nos moldes socialistas, como nos países Cuba e Rússia.

Baseado nisso, nota-se que há semelhanças com o contexto histórico que destituiu a candidata petista no ano de 2016, tendo em vista que a presidente havia aberto as portas para investigações de corrupção em seu governo, e havia apresentado a proposta de taxar grandes fortunas, trazendo medo e repúdio por parte dos donos do capital no país. Além disso, outro fato importante que ensejou seu impeachment, foi o acúmulo de desconforto por parte da classe dominante em razão das diversas políticas públicas de distribuição de renda que foram aplicados durante os governos petistas, como o aumento real do salário mínimo, redução de impostos para a compra de eletrodomésticos, automóveis, imóveis, entre outros. Na educação, havia sido criado o piso nacional do magistério, além dos investimentos

na criação de universidades, institutos federais e distribuição de bolsas de estudos através dos programas Prouni, Fies, Sisu e a criação das cotas sociais e raciais.

Além do desconforto causado pela ampliação do acesso das camadas populares ao que era exclusivo da classe dominante, os direitos trabalhistas também causaram incômodo aos defensores do liberalismo e do Estado Mínimo. Um exemplo disso, foi a polêmica em torno da regularização do trabalho das empregadas domésticas. Conquistas como essas, mesmo que paliativas, suscitam o mal-estar nas classes dominantes, uma vez que além de não aceitarem com facilidade que os pobres acessem produtos consumidos exclusivamente pelos ricos, ainda há o fator da redução de seus lucros em razão dos direitos trabalhistas aos quais os contratantes devem arcar, impossibilitando a super exploração.

Vale ressaltar que as políticas supracitadas não acabaram com a exploração, uma vez que ela é peça-chave na acumulação capitalista, mas a simples reparação em forma de direitos, mesmo que mínimas, trazem olhares de reprovação do setor capitalista para a classe trabalhadora e para os governos que se propõe a executar essas mudanças.

Outro fator que suscitou a ascensão da extrema-direita no Brasil, foram as conquistas de direitos pelas minorias, como a criminalização do racismo, homofobia, além da criação da lei Maria da Penha, criação da qualificação dos crimes contra a mulher como sendo o feminicídio, e a luta pela igualdade de gênero e equiparação dos direitos das mulheres em relação ao direito dos homens. Estas questões atingiram os setores conservadores, que sob o argumento de salvar a instituição familiar, defendem que tais direitos atinjam os princípios morais religiosos e deturpam os papéis femininos e masculinos determinados pela religião cristã.

Aumento da criminalidade também foi atribuída aos valores de esquerda, que segundo a direita conservadora, foi causada pela defesa aos direitos humanos, vista por estes como uma proteção a criminosos, ignorando o contexto social que faz nascer e reproduzir as condições para o surgimento da criminalidade. A desigualdade social, representada pela fome, escassez, acesso desigual a uma escolarização de qualidade, a exploração trabalhista que faz reduzir o tempo familiar de qualidade e a sobrecarga dos chefes de família, são as principais causas do aumento da criminalidade, de forma objetiva ou subjetiva. Por exemplo, uma criança cujos pais, ou às vezes só a mãe, trabalham na maior parte do dia para garantir seu sustento, acaba por ter sua convivência reduzida, e conseqüentemente se torna

vulnerável a toda sorte de influência, além de outros fatores subjetivos que estão imbricados neste processo.

Algumas pessoas podem ter dúvidas sobre o liberalismo ser, portanto, o caminho para a melhoria da qualidade de vida. A resposta é negativa, uma vez que, em um governo liberal, o Estado seria mínimo, ou seja, as coberturas de saúde e educação seriam feitas pelo setor privado, e o controle de preços feita pelo Estado não poderia ocorrer, tornando inacessíveis estes serviços de suma importância para a classe trabalhadora. Alguns também levantarão questionamentos sobre a negociação de salários que poderia beneficiar patrões e empregados, e a resposta também é negativa, uma vez que para se obter lucro, uma empresa precisa da produção de mais-valia, ou seja, necessita explorar o trabalho e necessita pagar apenas o suficiente para que uma família possa sobreviver. A suposta competitividade que a retirada dos direitos trabalhistas poderia causar, só faria com que os trabalhadores tenham que aceitar longas jornadas e salários insuficientes, uma vez que há um exército de reserva esperando por uma vaga no emprego.

A ocultação destes fatores, aliados ao discurso argumentativo de que a interferência do Estado na competição do mercado e nos direitos trabalhistas prejudicam o crescimento econômico são feitas hoje, através da mídia e das redes sociais. Atualmente, com o avanço da tecnologia, grande parte do país tem acesso a aplicativos de acesso à informação e envio de mensagens instantâneas. Estas ferramentas foram utilizadas de maneira metódica pela extrema-direita, que de acordo com a temática abordada no segundo capítulo deste trabalho, uniu grupos que compartilhavam valores distintos, fazendo com que estes se associem a um grupo maior, acreditando que suas crenças fazem parte de um só conjunto: o da direita.

Uniram pessoas de grupos religiosos a grupos armamentistas e de combate à “criminalidade”. Uniram pessoas que defendem o liberalismo e o combate à corrupção aos grupos religiosos e armamentistas, e assim por diante, até formar um grupo só, que por sua vez, defende o conservadorismo, o armamentismo, a meritocracia e liberdade de mercado, o patriotismo, o combate aos direitos humanos, a “ideologia de gênero” e o combate ao Escola Sem Partido. Desenvolvido este grupo maior, criou-se uma frente ampla em favor da eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, que venceu a eleição através da defesa do “cidadão de bem”, e de todas as bandeiras aqui mencionadas.

No decorrer do processo de convencimento da população de que a extrema-direita seria a salvação para todos os problemas enfrentados pelo país, construiu-se o cenário facilitador do impeachment, e abriu-se o caminho para que as ideias reformistas na Educação se concretizassem. Em detrimento dos avanços educacionais já conquistados, a direita conseguiu executar a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, em que a primeira oferece opções de escolha de estudos por eixos (negligenciando o aprendizado de todas as disciplinas), e a segunda, baseia a educação no desenvolvimento de habilidades e competências, garantindo por meio destas reformas, uma educação nos moldes criticados por Chauí, Althusser e Cunha: a educação técnica, puramente para a execução de funções, sem apelo a criticidade e conseqüentemente afastando a consciência de classe.

O Escola Sem Partido, movimento criado por Miguel Nagib, que defende a neutralidade na educação em detrimento da suposta doutrinação de esquerda que a direita afirma existir nas escolas, ganhou espaço neste cenário a partir de 2014, alcançando seu pico de apresentação de proposições nos anos de 2016 a 2018 na véspera das eleições presidenciais. O então candidato à presidência Jair Bolsonaro utilizou a defesa do movimento como alavanca eleitoral, assim como outros candidatos ligados à direita, bancadas evangélicas, ruralistas e armamentistas também o fizeram.

Neste momento, a acusação de que as escolas estavam tomadas pela “ideologia de gênero” e por ideias de esquerda ganhou força, o que garantiu a divulgação do movimento e do site Escola Sem Partido, que foi utilizado como meio de denúncia a professores que tratassem de temas como racismo, equidade de gênero, desigualdade social, homofobia ou que fizessem críticas ao liberalismo e ao candidato Jair Bolsonaro. Um fato curioso sobre a suposta neutralidade que se diziam garantir, é que após uma análise crítica do site, não se encontram atividades, vídeos ou depoimentos de professores fazendo críticas a direita ou aos parlamentares da esquerda, ou seja, ficou claro que a doutrinação só estava constatada se os professores estivessem tecendo comentários negativos aos defendidos pela extrema-direita e pelos conservadores, nunca o contrário.

A pesquisa apresentada no segundo capítulo deste trabalho comprovou que, em detrimento da suposta neutralidade, os personagens políticos que aderiam ao movimento e apresentavam projetos estavam diretamente ou indiretamente ligados

aos partidos de direita e extrema-direita, armamentistas, ruralistas e religiosos, ou seja, não havia neutralidade. Ou seja, assim como no restante dos estados brasileiros, as proposições foram feitas por autores pertencentes a partidos majoritariamente de direita, com destaque para o Partido Social Cristão, Partido Liberal, Partido Social Democrático, Partido da Social Democracia Brasileira e Progressistas, que aparecem inúmeras vezes na tabela aqui apresentada.

Na tabela supracitada, pode-se perceber a participação expressiva do Partido Social Cristão, com projetos apresentados por Hussein Bakri, Claudio Palozzi, Paranhos, Carla Pimentel, Pergio Onofre da Silva, André Francisco Mariano Cardozo e João Salvador dos Santos.

Do Partido Social Democrático, os autores foram Artagão Junior, Cobra Repórter, Reginaldo Silva, Rodrigo da Costa Teodoro, Ronaldo Pohl, Ismar Medeiros da Nóbrega, Vinicius de Camargo, Vagner Delabio, Junior Ceranto e Alex Santana.

Do Partido Liberal, foram quatro: Pastor Gilson de Souza, Edson Praczyk, Romulo Quintino e José Airton Deco de Araújo. Também foram quatro do Partido da Social Democracia Brasileira, com a Cantora Mara Lima (que agora é filiada ao Republicanos), Thiago Ferro, Antonio Claudio Martins e Armando de Meira Garcia.

Do Partido Democratas foram também quatro autores, Luiz Queiroga, Rubens Franzin Manoel, Edilson da Luz e Pedro Claudionor dos Santos. Já o Partido Progressista, contou com a participação de Schiavinato, Tião Medeiros e Helio Feitosa Lima.

Os partidos com menos participação em apresentação de tais proposições foram o Partido Social Liberal, que contou apenas com Ricardo Arruda e Rômulo Quintino; Partido Solidariedade com Felipe Francischini e Dr Wolmir; Partido dos Republicanos, com Osias Moraes e Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro. Dos Partidos União, Partido Republicano Progressista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido Patriota e Partido da República (que agora é conhecido como Partido Liberal), apenas uma participação foi contabilizada, sendo seus autores, respectivamente, Elio Rusch, Ezequias Barros, William Gentil, Rodrigo Inhoatto, Dr. Brito e Celso Dal Molin.

Assim sendo, conclui-se que o partido que se quer fora da escola, é o de esquerda, ou seja, naquele momento se requeria uma escola sem as ideias que revelassem a exploração capitalista, as incoerências conservadoras, as causas da desigualdade, e que suscitassem a consciência de classe.

Dessarte, conforme tratado no segundo capítulo, o Movimento Escola Sem Partido não é um anseio isolado, fruto da preocupação com a educação escolar como um todo, e sim, um conjunto de atos organizados pelo grupo político da direita conservadora, cujo objetivo é coibir as ideias que confrontam a ideologia e que ameace a reprodução do capital.

Partindo da premissa de que a educação é permeada pela luta de classes, e que ela acontece de forma mediada e controlada, tanto por organismos internos quanto externos, por meio de diretrizes, referenciais e currículos que determinam seus próprios conceitos de educação, direitos e deveres, e que impõem, ainda que subjetivamente, o que deve ser ensinado e a partir de quais métodos isso deve ser feito, fica claro que existem objetivos que não estão explícitos nas inúmeras páginas da Base Nacional Comum Curricular, na Reforma do Ensino Médio e no Movimento Escola Sem Partido.

Destarte, podemos nos perguntar então, quais as intenções de economistas, empresários, ruralistas, religiosos, armamentistas e banqueiros ao se interessar pelos conteúdos programáticos a serem ensinados em escolas, e até na formação de professores? Quais os benefícios estes buscam ao querer que todo um país aprenda na escola apenas as habilidades e competências necessárias para um bom desempenho no mercado de trabalho? Por qual motivo não se pode debater questões sociais latentes na sociedade?

São questionamentos simples, mas que devemos nos fazer sempre que movimentos, currículos e documentos como estes forem propostos, uma vez que uma educação pautada pela práxis educativa, pelo debate, democracia e pensamento crítico se mostram como ameaça aos propositores de uma educação mais técnica e limitada, pois desta forma, podemos reconhecer os objetivos nas entrelinhas, e atuar de forma democrática mas combativa, pois para os que desejam um ensino público que revele as relações políticas, econômicas e sociais, currículos como estes são em grande parte um retrocesso para as conquistas da classe trabalhadora.

O Movimento Escola Sem Partido foi tido como inconstitucional pelo poder judiciário brasileiro, mas deixou cicatrizes em professores que foram perseguidos, deixou medo e um clima de desconfiança dentro da escola e fora dela. Pais e alunos continuam convencidos de que existe “ideologia de gênero”, sem saber ao menos que não existe esse termo, e que o verdadeiro tema, os “estudos de gênero” nada

tem a ver com orientação sexual, e sim, com o debate acerca dos papéis de gênero e equidade entre os direitos de homens e mulheres.

A educação que propunha o debate acerca do respeito as mulheres e a diversidade e pluralidade, sejam elas de gênero, sexualidade, religião e opiniões políticas, foi podada, abrindo novamente o espaço para a discriminação e subjetivação de emoções e sentimentos que poderiam ser elucidados por meio do conhecimento.

A herança que ficou é a da perseguição a suposta doutrinação, e acreditamos que não será fácil, nem rápido recuperar a educação libertadora e emancipatória defendidas por Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e outros grandes autores da área educacional. No entanto, enquanto educadores e estudiosos, não é uma opção, a desistência. O caminho a trilhar é o da defesa da educação pública democrática, plural e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola sem Partido: o que é, como age e para que serve**. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p.63-74.

ALMEIDA, R. **Bolsonaro presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira**. Novos estudos. CEBRAP 38 (1) • Jan-Apr 2019

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Editora Paz & Terra. 13ª edição. 2022.

Arte em colégio de Cambé causa grande polêmica. Disponível em: <https://www.portalcambe.com.br/arte-em-colegio-de-cambe-causa-grande-polemica/> Acesso em 22 de setembro de 2022.

Arruda volta a apostar em aprovação do Escola sem partido. <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/arruda-volta-a-apostar-em-aprovacao-do-escola-sem-partido-3229275e.html?d=1>, 2023. (Acesso em 21/03/2023)

BARBOSA, Ivone Garcia. SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins. SOARES, Marcos Antônio. ARRUDA, Lilliane Braga. **A BNCC e a regulação da educação infantil: perspectiva crítica**. Fórum Nacional Popular De Educação.

BITTENCOURT, R. N. **A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido**. Revista Espaço Acadêmico - n. 191 - Abril/2017.

BLANCO, P. **O Desafio Diário de educar para a Democracia**. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/o-desafio-diario-de-educar-para-a-democracia/> Acesso em: 21/09/2020

BRASIL. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL, **Lei nº 14.164, de 10 de Junho de 2021**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm Acesso em: 28/05/2022

Brasil registrou 256 mortes violentas de LGBT em 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml>, 2023.

Brasil tem 1 estupro a cada 10 minutos e 1 feminicídio a cada 7 horas. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/07/brasil-tem-1-estupro-a-cada-10-minutos-e-1-femicidio-a-cada-7-horas.htm> 2022. Acesso em 21/03/2023.

COELHO, Marcos, Vinicius, Furtado. **O STF e a inconstitucionalidade do "Escola Sem Partido"**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido?pagina=2>. Acesso em: 28/08/2023.

Caso Lava-Jato. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, "Convenção de Belém do Pará". Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª edição – São Paulo: Brasiliense, 2008.

CUNHA, Luiz, Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alvez Editora S.a, 1980.

Diretoria da OAB Paraná. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/nota-oficial-sobre-o-projeto-de-lei-6062016/> Curitiba, 31 de outubro de 2017.

Estado Mínimo: o que é? Disponível em: < <https://www.politize.com.br/estado-minimo/>> Publicado em 06/03/2023. Acesso em: 14 de julho de 2022.

ESPINOZA, Betty Solano; QUEIROZ, FELIPE, Campanuci. **Breve Análise Sobre as Redes do Escola Sem Partido**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "Sem" Partido, Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. São Paulo: Cortez, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez / Autores associados, 1987.

GONÇALVES, L. L. P. D. **Das condições discursivas do "bolsonarismo": crise social, econômica e política na formação de uma brasilidade conservadora no século XXI pelo Facebook**. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2021.

Iluminismo: o que foi e qual a sua importância? < <https://www.politize.com.br/iluminismo/>> Publicado em 18/06/2021. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Lei ordinária nº 3.468, de 2015, de Paranaguá. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2015/347/3468/lei->

[ordinaria-n-3468-2015-dispoe-sobre-a-aprovacao-do-plano-municipal-de-educacao-de-paranaqua-e-da-outras-providencias](#) Acesso em 21/03/2023.

Lei complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, São Paulo. <https://www.pge.sp.gov.br/blog/Lei%20Org%C3%A2nica%20PGE%20revista%20e%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20LC%201082-08.pdf> Acesso em: 22/03/2023

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Acesso em: 17/03/2023

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGUEL, L. F. **Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro.** Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 15, pp. 590-621 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2016.

MINISTRO LUIS ROBERTO BARROSO NO STF EM 2017 SOBRE A LEI 7.800 “ESCOLA LIVRE” DE ALAGOAS: STF. **Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade 5.537 Alagoas. 2017.** Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/651968457/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-5537-al-alagoas> Acesso em: 06/06/2022.

MOURA, F. P. **“Escola Sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no ensino de história.** Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NEVES, D. **Crise de 29.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiaq/crise29.htm>

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>

Procuradoria Geral da República, 2017. **PGR questiona leis de seis municípios que proíbem material sobre ideologia de gênero em escolas** <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-questiona-leis-de-seis-municipios-que-proibem-material-sobre-ideologia-de-genero-em-escolas> **16/06/2017.** Acesso em 29 de outubro de 2022.

RAGEDELES, J. P., GALVÃO, A. C. M. **Por uma educação democrática: um olhar de luta e resistência ao movimento Escola Sem Partido.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 31, p. 01-18, Presidente Prudente-SP, dezembro, 2020.

ROSA, R. T. D. **Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças.** In: Penna, F. Queiroz, F. Frigotto, G. **Educação Democrática, Antídoto ao Escola Sem Partido.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social.** São Paulo: Editora Nilobook, 2013.

SANTOS, F. A. S. LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1984.

SASAKI, F. **O poder da bancada ruralista no Congresso**, 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>. Acesso em 16/06/2022.

SCAVONE, Lucila, **Estudos de gênero: Uma sociologia feminista?** Universidade Estadual Paulista/Araraquara Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 173-186, janeiro-abril/2008. Sobre nós. Instituto Millenium. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/sobre-nos/> Acesso em: 14/06/2022.

SILVA, José Rogério da. **Educação infantil: da constituição de 1988 a BNCC, avanços e entraves!** - Educere - Revista da Educação, v. 20, n. 2, p. 371-392, jul./dez. 2020

SROUR, S. “**Se o teto de gastos for desrespeitado, a dívida brasileira entrará numa trajetória insustentável**”. Instituto Millenium. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/se-o-teto-de-gastos-for-desrespeitado-a-divida-brasileira-entrara-numa-trajetoria-insustentavel-afirma-solange-sroure/> Acesso em: 14/06/2022.

TJPR – Jurisprudência <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pr/1284382769>: Acesso em: 28 de outubro de 2022.

VÁSQUEZ, G. G. H. **Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/> Acesso em: 27 de novembro de 2022.

Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica. Congresso Em Foco, 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/> Acesso em: 30/06/2022.

WALTENBERG, G. SILVA, E. **Esmeril News entrevista o advogado, Procurador Aposentado do Estado de São Paulo em Brasília e fundador do Escola Sem Partido sobre os efeitos da Lei 14.164/21 para as Famílias brasileiras**. Revista Esmeril, 2019. Disponível em: <https://revistaesmeril.com.br/entrevista-dr-miguel-nagib/>. Acesso em: 16/06/2022.

ZANATTA, Lucas, Pavan. **Projeto Escola Sem Partido: Legalidade do Projeto no âmbito Municipal e Poder de iniciativa do Legislativo**. Centro Universitário Toledo Araçatuba, 2018.